

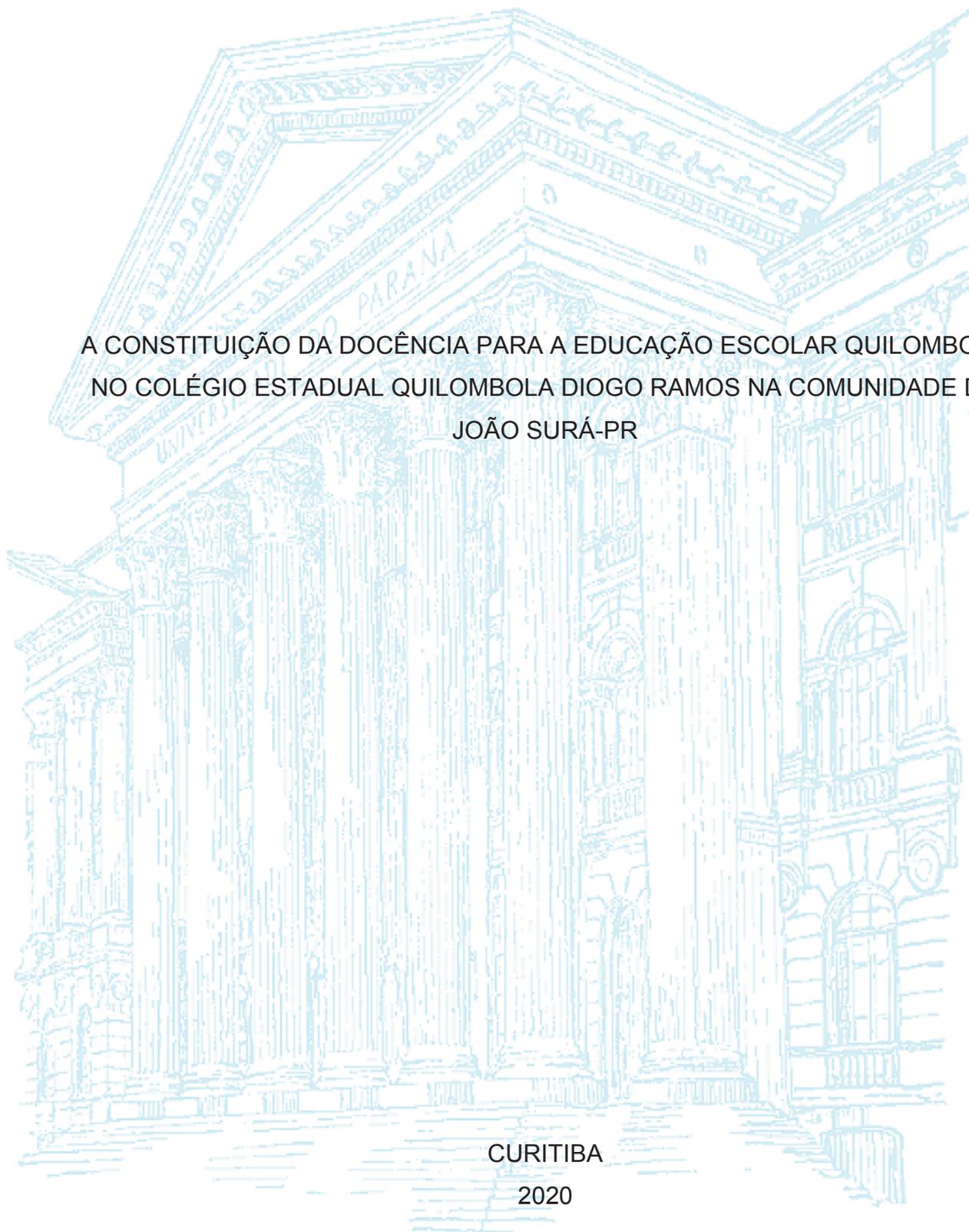
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA GONÇALVES DA ROCHA

A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA  
NO COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS NA COMUNIDADE DE  
JOÃO SURÁ-PR

CURITIBA

2020



VANESSA GONÇALVES DA ROCHA

A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA  
NO COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS NA COMUNIDADE DE  
JOÃO SURÁ-PR

Dissertação apresentada ao Curso de Pós Graduação em Educação, Linha de Diversidade, Diferença e Desigualdade Social, do Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucimar Rosa Dias

CURITIBA

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de  
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças  
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Rocha, Vanessa Gonçalves da.

A constituição da docência para a educação escolar quilombola no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos na comunidade de João Surá-PR / Vanessa Gonçalves da Rocha – Curitiba, 2020.  
169 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.  
Orientadora: Profª Drª Lucimar Rosa Dias

1. Quilombos – Educação. 2. Quilombos – Paraná. 3. Quilombolas.  
4. Professores – Formação. 5. Professores e comunidade. 6. Diretrizes curriculares – Educação. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -  
40001016001P0

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **VANESSA GONÇALVES DA ROCHA** intitulada: **A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS NA COMUNIDADE DE JOÃO SURÁ-PR**, sob orientação da Profa. Dra. LUCIMAR ROSA DIAS, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica  
29/09/2020 21:03:54.0  
LUCIMAR ROSA DIAS  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
23/10/2020 06:06:01.0  
SONIA FÁTIMA SCHWENDLER  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica  
25/10/2020 13:05:35.0  
MÔNICA VASCONCELLOS  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Assinatura Eletrônica  
21/10/2020 17:25:03.0  
CASSIUS MARCELUS CRUZ  
Avaliador Externo (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ)

Com muito carinho às professoras que trabalham comigo no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e às pessoas da Comunidade Quilombola de João Surá.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por colocar pessoas boas em meu caminho, por me permitir sonhar com o mestrado e colocar diante de mim as oportunidades para realizar esse sonho.

À minha mãe e minha irmã que souberam me dar o espaço necessário para dedicar-me à escrita, leitura e estudo durante estes trinta meses.

Ao meu pai que sempre mostrou, pelo exemplo e pelos conselhos, que a educação é nossa maior riqueza.

Ao diretor Cassius por se empenhar em buscar parcerias para proporcionar novas oportunidades de formação aos/às profissionais do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, por nos incentivar a desenvolver um trabalho diferenciado e ser nosso parceiro.

A todas e todos da comunidade Quilombola de João Surá, que me acolhem, desde o ano de 2010, como profissional e sempre me recebem como parte da comunidade. Graças as suas lutas, pelo território e pela educação, foi possível que eu realizasse este estudo e vivenciasse uma docência lindamente comprometida com seus princípios.

Às minhas colegas professoras que são parte essencial deste trabalho, as quais não mediram esforços para me auxiliar na construção desta pesquisa, e das demais que construímos durante o mestrado. Com vocês eu compreendo na prática o significado da filosofia UBUNTU<sup>1</sup> e divido a autoria desta dissertação. Obrigada!

À Prefeitura Municipal de Adrianópolis que atende aos/às estudantes universitários, cedendo o transporte que pude utilizar nas viagens para as aulas em Curitiba.

Às minhas amigas e amigos de uma vida toda e àqueles/as que fui encontrando pelo caminho. Gratidão pela torcida e incentivo.

À Ândrea que abriu as portas de sua casa para me acolher durante o período de aulas obrigatórias e eletivas do mestrado. Obrigada pelo companheirismo, Ândrea!

Às pessoas do Grupo de Estudos e Trabalho ErêYá, as quais me acolhem e me ensinam muito. Mesmo no meu silêncio apreendo um pouco sobre cada uma de

---

<sup>1</sup> "Eu sou porque nós somos": Filosofia Africana baseada no respeito, solidariedade e humanidade, em que os indivíduos não se constituem na individualidade, mas sim na coletividade.

vocês e as admiro pela força, união, sabedoria e afetividade que dispõem ao lutar por uma educação antirracista.

Ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da UFPR por ter aceitado o desafio de oferecer uma turma do curso Pré-Pós na Comunidade Quilombola de João Surá.

À professora Carolina dos Anjos a qual estive em todas as etapas do Pré-Pós nos animando, advertindo e nos encorajando a participarmos do processo seletivo para ingresso na pós-graduação.

Aos colegas de curso que durante três semestres se mostraram companheiros/as e sempre tiveram uma palavra de ânimo ao grupo e nos apresentaram pesquisas lindas em andamento. Sucesso, colegas!

Aos professores e às professoras do Pré-Pós: Alessandra, Raquel, Diego, Carina e especialmente ao meu primeiro orientador, professor Wagner Barbosa. Vocês são fantásticos!

Às pesquisadoras maravilhosas que conheci nesse percurso e me inspiraram a escrever: Givânia, Clareth, Georgina, Aparecida, Waldete...

À banca examinadora que avaliou este trabalho e contribuiu para que as discussões propostas no texto fossem ampliadas, culminando em uma dissertação coerente a partir do campo de estudo de cada membro e membra. Obrigada: Dr Cassius Cruz, Dra Mônica Vasconcellos e Dra Sônia Schwendler. Agradeço à convidada especial, Givânia Maria da Silva que está cursando o doutorado na Universidade de Brasília, mas que há muito tempo é doutora nos conhecimentos da Educação Escolar Quilombola.

À minha querida orientadora Dra Lucimar Rosa Dias, que admiro mais a cada dia e com a qual aprendo muito. Obrigada por respeitar minhas limitações, me encorajar a prosseguir e ver em mim o potencial que eu mesma não enxergo. Por me apontar os caminhos para a pesquisa e construir esse texto comigo. Esta dissertação está sendo finalizada graças ao seu trabalho, criatividade, sabedoria e seu comprometimento que são excepcionais.

*Tempo de nos aquilombar*

*[...]*

*É tempo de ninguém se soltar de ninguém,  
mas olhar fundo na palma aberta  
a alma de quem lhe oferece o gesto.*

*O laçar de mãos não pode ser algema  
e sim acertada tática, necessário esquema.*

*É tempo de formar novos quilombos,  
em qualquer lugar que estejamos,*

*[...]*

*a mística quilombola persiste afirmando:*

*“a liberdade é uma luta constante”.*

*Conceição Evaristo*

## RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo compreender os processos envolvidos na constituição do que aqui denominamos **Docência Quilombola**. Para tanto, foram investigadas ações formativas, experiências profissionais e histórias de vida de dez professoras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, situado na Comunidade Quilombola de João Surá, em Adrianópolis – Paraná. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, orientada pela investigação exploratória e tendo como principal procedimento a observação-participante, com coleta de narrativas autobiográficas e entrevistas. O referencial teórico foi composto por Silva (2012), Cruz (2012), Gomes (2011), Freire (1996), Tardif (2014) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A Docência Quilombola apreendida neste campo investigado é orientada pelas redes tecidas entre a comunidade, professoras e gestões da escola, em especial, duas delas que configuraram marco divisor para a formação das professoras e o desenvolvimento de práticas docentes que se adequam às orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Dentre as conclusões mais relevantes, destaca-se que a constituição da Docência Quilombola é realizada por professoras quilombadas, ou seja, aquelas que não são de origem quilombola, e por quilombolas que se tornam professoras. Os dados analisados nas diferentes etapas da pesquisa apontaram que há de fato uma docência que pode ser denominada de Docência Quilombola e sua constituição se realiza a partir da vivência das professoras no território e no seu engajamento nas lutas da comunidade, respeitando-a como protagonista na efetivação da Educação Escolar Quilombola e como produtora de Educação Quilombola. Ela se inicia nos laços de compromisso político, firmados entre os diferentes atores sociais, e cada professora experiencia de forma singular as atividades desenvolvidas pela instituição e pela comunidade para compreender seu papel de educadora no território e na modalidade da EEQ.

Palavras-chave: Docência Quilombola. Quilombo João Surá. Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Educação Escolar Quilombola. Educação Quilombola.

## **ABSTRACT**

The present dissertation had as objective to understand the processes involved in the constitution of what we call here Quilombola Teaching. For that, training actions, professional experiences and life histories of ten teachers from the State School Quilombola Diogo Ramos, located in the Quilombola Community of João Surá in Adrianópolis - Paraná, were investigated. The research had a qualitative approach and was guided by exploratory investigation and had participant observation as its main procedure, with collection of autobiographical narratives and interviews. Using Silva (2012), Cruz (2012), Gomes (2011), Freire (1996), Tardif (2014) and the National Curricular Guidelines for Quilombola School Education as reference. Quilombola teaching learned in this investigated field is guided by the networks woven between the community, teachers and school administrations, in particular, two of them that configured a dividing point for the formation of teachers and the development of teaching practices that are adapted to guidelines of the National Curriculum Guidelines for Quilombola School Education. Among the most relevant conclusions, it is noteworthy that the constitution of the Quilombola Teaching is carried out by teachers who are not educated, that is, those who are not of quilombola origin and by quilombolas who become teachers. The data analyzed in the different stages of the research pointed out that there is in fact a teaching that can be called Quilombola Teaching and its constitution takes place from the experience of the teachers in the territory and their engagement in the struggles of the community respecting it as protagonist in the realization of Quilombola School Education and producer of Quilombola Education. It begins with the bonds of political commitment established between the different social actors and each teacher experiences the activities developed by the institution and the community in a unique way to understand their role as an educator in the territory and in the EEQ modality.

Key-words: Quilombola teaching. Quilombo João Surá. Quilombola State College Diogo Ramos. Quilombola School Education. Quilombola Education.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- LISTA DE DESCRITORES.....	30
-------------------------------------	----

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS .....	17
FIGURA 2 - IMAGEM DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JOÃO SURÁ .....	29
FIGURA 3 - ESTUDANTES QUILOMBOLAS EM ATIVIDADE ESCOLAR .....	35
FIGURA 4 - PROFESSORA QUILOMBOLA .....	43
FIGURA 5 - CASA DA MEMÓRIA DO QUILOMBO DE JOÃO SURÁ .....	52
FIGURA 6 - REFERÊNCIA AO PROFESSOR DIOGO RAMOS NO RELATÓRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ.....	55
FIGURA 7 - ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOÃO SURÁ .....	60
FIGURA 8 - FORMATURA DA TURMA PAULO FREIRE EM JOÃO SURÁ.....	61
FIGURA 9 - JOVENS QUILOMBOLAS ENVOLVIDOS NO TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	62
FIGURA 10 - PROJETO PADRÃO DE ESCOLAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS....	64
FIGURA 11 - PROJETO PADRÃO PARA ESCOLAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS- INTERIOR .....	65
FIGURA 12 - COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS- CONSTRUÇÃO PROVISÓRIA .....	66
FIGURA 13 - PLACA INFORMATIVA SOBRE A OBRA DA NOVA UNIDADE ESCOLAR .....	66
FIGURA 14- COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS – NOVO PRÉDIO.....	67
Figura 15 - EDUCADORAS QUILOMBOLAS NO INÍCIO DE ANO LETIVO .....	89
FIGURA 16 - PROFESSORA QUILOMBOLA EM ATIVIDADE NA PRAÇA CENTRAL DE ADRIANÓPOLIS.....	90
FIGURA 17 - CAPTURA DE TELA DO <i>SITE</i> DA SEED-PR.....	92
FIGURA 18 - TEMA GERADOR ESCOLHIDO PARA O ANO DE 2019 .....	96
FIGURA 19 - EQUIPE DE EDUCADORAS EM INTERVALO DURANTE A SEMANA PEDAGÓGICA.....	100
FIGURA 20 - PARTE DO GRUPO DE EDUCADORAS EM ATIVIDADE OCORRIDA NA C.Q. CÓRREGO DO FRANCO .....	104
FIGURA 21 - TURMA PRE-PÓS QUILOMBOLA DA UFPR .....	106
FIGURA 22 - EDUCADORAS E COMUNIDADE QUILOMBOLA EM ATIVIDADE FORMATIVA .....	111
FIGURA 23 - ATIVIDADE PEDAGÓGICA NA RESIDÊNCIA DE UMA FAMÍLIA QUILOMBOLA .....	116
FIGURA 24 - ESTUDANTE TECENDO PENEIRA DURANTE OFICINA SOBRE CULTURA LOCAL.....	118
FIGURA 25 - RAPADURA E TAIADA FEITAS EM OFICINA COM ESTUDANTES E FAMÍLIAS QUILOMBOLAS.....	120
FIGURA 26 - REUNIÃO ENTRE COMUNIDADE, PROEFSSORAS E EQUIPE DA SEED-PR	121
FIGURA 27 - ESTUDANTES, PROFESSORAS E EQUIPE DA SEED-PR .....	122
FIGURA 28- ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO <i>IN LOCO</i> .....	124

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2009 .....	70
TABELA 2- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2010 .....	71
TABELA 3- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2011 .....	74
TABELA 4- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2012 .....	75
TABELA 5- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2013 .....	78
TABELA 6- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2014 .....	81
TABELA 7- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2015 .....	82
TABELA 8- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2016 .....	84
TABELA 9- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2017 .....	85
TABELA 10- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2018 .....	86
TABELA 11- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2019 .....	87

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- APED - Ação Pedagógica Descentralizada
- CEB - Câmara da Educação Básica
- CEEBJA - Centro de Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CONAE - Conferência Nacional de Educação
- CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
- DCNERR - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais
- DCNEEQ - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola
- DCEC - Diretrizes Curriculares da Educação do Campo
- DEDI - Departamento da Diversidade
- EaD - Educação a Distância
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- EEQ - Educação Escolar Quilombola
- EQ - Educação Quilombola
- EM - Equipe Multidisciplinar
- GTCM - Grupo de Trabalho Clóvis Moura
- NEREA - Núcleo de Estudos das Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência
- PSS - Processo Seletivo Simplificado
- SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
- SEED-PR - Secretaria de Estado da Educação do Paraná
- SESU - Secretaria de Educação Superior
- SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- UFPR - Universidade Federal do Paraná
- UNOPAR - Universidade Norte do Paraná

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>1. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: TRAJETÓRIAS DE LUTA</b> .....	<b>29</b>
1.1 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	29
1.2 DE ONDE VEM A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA? .....	35
1.3 MARCOS LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM ÂMBITO NACIONAL E ESTADUAL.....	43
<b>2. A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JOÃO SURÁ E ALUTA PELA EDUCAÇÃO</b> 52	
2.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO JOÃO SURÁ .....	52
2.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JOÃO SURÁ E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO ESTADO DO PARANÁ.....	62
2.3 O COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EXPERIMENTAL PARA A EEQ NO ESTADO DO PARANÁ .....	63
<b>3 A FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA QUILOMBOLA DO C.E.Q. DIOGO RAMOS NO PERÍODO DE 2013 A 2019</b> .....	<b>90</b>
3.1 A OFERTA DE CURSOS PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO PARANÁ .....	91
3.2 FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA.....	100
3.3 AÇÕES DE FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA PROMOVIDAS PELA INSTITUIÇÃO EM CONJUNTO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA: RELATOS DE OBSERVAÇÕES.....	106
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>129</b>
<b>APÊNDICE 1- PRODUÇÃO CIENTÍFICA SELECIONADA PARA LEITURA</b> .....	<b>133</b>
<b>APÊNDICE 2- SOLICITAÇÃO DE NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS</b> .....	<b>140</b>
<b>ANEXO 1- AUTOBIOGRAFIAS</b> .....	<b>141</b>
<b>ANEXO 2- QUESTIONÁRIOS SOBRE A SEMANA DE ESTUDO E PLANEJAMENTO</b> .....	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

Concluir o Ensino Médio com a tarefa de escolher um curso para direcionar a vida acadêmica e profissional não foi muito fácil, eram muitos os sonhos e na mesma proporção a quantidade de fatores que interferiram nessa tomada de decisão. Eu aspirava ser jornalista, mas as condições financeiras e a distância das cidades, onde as universidades se encontram situadas, não contribuíram para que eu saísse de Adrianópolis, interior do Estado do Paraná, para seguir o que desejava naquele momento. Sendo assim, iniciei a licenciatura no curso de Letras-Português e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR VIRTUAL), tendo por finalidade formar-me para lecionar na Educação Básica, especificamente, nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A formação inicial da professora<sup>2</sup> da Educação Básica é tema de importante debate, pois o preparo para iniciar a carreira docente em cada disciplina ou área de conhecimento é considerado indispensável para que a qualidade do ensino alcance níveis satisfatórios. Antônio Nóvoa (1995, p.25) aponta que a formação da professora:

[...] deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de auto-formação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional.

A discussão de Nóvoa demarca o compromisso individual da professora em relação a sua formação e vale ressaltar que, além desse processo de responsabilidade de cada uma, deve existir um compromisso institucional, apresentado como uma política pública de formação que valorize a diversidade na formação de professoras.

Durante meu processo acadêmico na graduação percebi que essa etapa de formação é importante, mas precisa melhorar quando pensamos na diversidade de modalidades educacionais existentes na educação básica. Devendo esta auxiliar também nas demais perspectivas da função docente, favorecendo os meios que permitam a construção de uma identidade profissional reflexiva, pois aprendi o básico

---

<sup>2</sup> Ousadamente, estamos utilizando a categoria professoras sempre no feminino, embora, tenhamos homens que participaram da pesquisa, o grupo investigado é majoritariamente composto por mulheres. A inversão para o feminino é uma provocação ao determinismo do padrão da língua portuguesa que diz que o correto é flexionar para o gênero masculino, ainda que a maioria do universo docente seja de mulheres.

nas disciplinas específicas e metodologias de ensino, mas sem contexto a partir da diversidade.

Estudei durante três anos e meio na modalidade de Educação a Distância (EaD), e é importante destacar aqui que por meio da EaD muitas pessoas conseguiram e estão conseguindo obter uma graduação, principalmente em meu município, Adrianópolis/PR, que fica a 130 km da capital e distante de outra cidade que ofereça cursos de graduação presencial. Soma-se a esse fato também a questão financeira, pois as mensalidades de um curso EaD são muito menores se comparadas aos cursos presenciais, considerando que conseguir uma vaga, em instituição de ensino superior pública, não é muito simples para quem estudou durante toda a educação básica também na rede pública.

Obtive uma formação universitária precária para compreender a diversidade que constitui a educação básica e tal experiência deixou-me insegura para iniciar a vida profissional. Nesse sentido, considero os cursos de aperfeiçoamento e as vivências docentes como fundamentais para pensar a formação de forma contínua, que surge das necessidades cotidianas e específicas de cada instituição de ensino, pois, embora tenhamos Diretrizes Curriculares para as distintas modalidades da Educação Básica e que orientam o trabalho docente, é sabido que cada região, cidade, bairro ou comunidade demanda fazeres pedagógicos diferentes. E, pensando em uma formação docente mais diversa para atuar na e com as diversidades, essa formação é ainda mais deficitária, ignorando outros conhecimentos e silenciando-os nos processos de formação, seja inicial ou continuada.

Com isso, há então a necessidade de procurarmos novos horizontes para aprender outras metodologias de ensino, ou ainda, nos profissionalizarmos para buscar uma possível reformulação e, assim, acompanhar a dinâmica de constante aprendizagem que está presente na profissão docente. Afinal, foi com essa situação que me deparei quando recém-formada em 2010, mesmo ano em que comecei a exercer a docência em um colégio situado em uma Comunidade Quilombola<sup>3</sup>, no Vale do Ribeira, município de Adrianópolis.

---

<sup>3</sup> A nomenclatura Remanescente de Quilombo é utilizada apenas quando referenciado texto de documentos com bases legais, visto ser o termo neles utilizado.

FIGURA 1 - COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MUNICÍPIO DE ADRIANÓPOLIS



FONTE: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná<sup>4</sup> (2017).

Em agosto de 2010, fui convocada para lecionar em uma turma de Educação de Jovens e Adultos, que ainda estava em processo de abertura no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Eu estava devidamente inscrita no Processo Seletivo Simplificado (PSS)<sup>5</sup> para professores estaduais e com documentação apta a exercer a função, mas recém-formada e com muitas dúvidas profissionais, pois não tinha experiência como professora, contudo, aceitei o desafio.

Os primeiros meses foram realmente desafiadores, já que havia a necessidade de cativar os/as estudantes que, por estarem há muitos anos fora do ambiente escolar, poderiam desistir da matrícula. Foi o que realmente aconteceu com parte da turma, que logo na primeira semana deixou de frequentar as aulas. Os/as discentes eram, em sua maioria, já idosos/as e estavam matriculados/as no ciclo de nível fundamental 2 (6º ao 9º ano), porém muitos deles não eram de fato alfabetizados. Os/as dez estudantes que

<sup>4</sup> <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Quilombolas2017/ADRIANOPOLIS.pdf>. Acesso em: 15 abril 2019.

<sup>5</sup> O Processo Seletivo Simplificado é a forma de contratação temporária de servidores públicos no estado do Paraná.

decidiram ficar após a primeira semana permaneceram até o final do ciclo. Nesse período, minha relação com a escola e com a comunidade se fortaleceu na medida em que as trocas de experiências ocorriam.

As aulas foram sempre alegremente permeadas pela contação de histórias ouvidas e passadas pelos/as mais velhos/as, além de outras aprendizagens sobre as tradições da comunidade quilombola, fator muito importante para mim, visto que, mesmo sendo moradora do município de Adrianópolis, nunca soube como viviam, quais eram as tradições e culturas das comunidades quilombolas que existem na região.

Nas palavras de Givânia Maria da Silva, proferidas durante o processo de qualificação desta dissertação, a minha situação como docente na comunidade quilombola passou por um processo de aquilombamento, destacando em sua observação que tornei-me uma “professora aquilombada”. As observações, por ela mencionadas, acabaram por fazer-me compreender de um ponto de vista não imaginado o que isso, enfim, significaria para minha constituição docente. Ao ponderar sobre esse aquilombamento que ocorre na vivência dentro do território, reconhecendo e sentindo-me parte dos processos de luta que permeiam o cotidiano da comunidade, percebo que uma parte de minha identidade pessoal e profissional passa a ser vista por ângulos outros, aos quais eu me percebia alheia.

As reflexões que se sucederam, após essa descoberta, permitiram-me compreender os motivos pelos quais, em muitos momentos, optei por permanecer no quadro docente da escola mesmo tendo oportunidade de abrir o contrato em outras escolas do município – como professora não efetiva – e, depois, na condição de professora concursada, com vaga destinada a outra escola e município, pois me sentia parte daquele projeto educacional, ao qual me comprometi e vivencio cotidianamente em processo de aprendizagem e “ensinagem”, e que está além de uma suposta segurança profissional. Minha permanência no quadro docente da instituição ocorre por meio da carta de anuência<sup>6</sup> que a comunidade me concede todos os anos, e, com isso, a Secretaria de Educação do Estado garante meu suprimento de aulas dentro do padrão de 20 horas ao qual sou efetiva no Quadro Próprio do Magistério.

---

<sup>6</sup> O Estado solicita o que foi denominado de carta de anuência, ou seja, um documento emitido pela comunidade confirmando que conconcorda que aquela professora faça parte do corpo docente do colégio quilombola. A carta é emitida pela Associação de Remanescentes de Quilombo João Surá aprovada em reunião dos/as associados/as.

Eu diria que viver a docência na comunidade foi um processo de aquilombamento que me arremeteu, tornando-me parte de uma história que envolve sujeitos que ensinam, aprendem, educam, transmitem valores, conhecimentos e que são partes constituintes da pessoa, professora e pesquisadora quilombada que me definem.

Quando me coloco também como pesquisadora, passo a lembrar que, durante esse período em que trabalho no colégio, algumas pesquisas apresentaram análises sobre as experiências vivenciadas por estudantes e professoras no colégio. A exemplo das teses: *O Currículo em Escolas Quilombolas do Paraná: a possibilidade de um modo de Ser, Ver e Dialogar com o mundo*, de Antonio Ferreira (2014) e *Escolas para quilombolas: identidade, territorialidade no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires*, de Paula de Fabiane Moreira da Silva (2020). Enquanto a primeira aborda a Educação Escolar Quilombola no Estado do Paraná, abrangendo os municípios de Palmas e Adrianópolis, a segunda trata de compreender como as práticas educacionais, que se desenvolvem nas duas escolas pesquisadas, colaboram para fortalecer a luta pela identidade e pelo território quilombola. Silva (2020) referencia o fazer pedagógico que ocorre no colégio Diogo Ramos, destacando a relação da comunidade com a educação presente nas práticas pedagógicas da escola. Ambos os/as pesquisadores/as são externos à comunidade e ao colégio, sendo assim, não há registros de pesquisas realizadas por docentes da instituição.

Porém, essa realidade de produção acadêmica, desenvolvida por pesquisadores/as externos à comunidade, tende a mudar, pois, em 2017, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR) iniciou uma parceria com o colégio e a comunidade por intermédio da professora Carolina dos Anjos, esta que desenvolve pesquisa e extensão junto à comunidade. A pedido das professoras do colégio, uma turma do Curso Pré-Pós - Preparação para a Pós-Graduação<sup>7</sup> - foi aberta na comunidade sob a coordenação da professora anteriormente citada e colaboração da professora Lucimar Rosa Dias. A turma foi composta por docentes da escola e também por outras que atuavam em escolas que atendem estudantes quilombolas, bem como pessoas de outros quilombos próximos,

---

<sup>7</sup> O objetivo geral do curso foi preparar candidatos e candidatas para participação em processos seletivos para programas de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado e doutorado, no Brasil. Disponível em: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/pre-pos/>. Acesso em: 12 abr 2019.

além de demais interessados. Foi a partir desta ação que recebi orientações que me encorajaram a participar do processo seletivo de mestrado em educação da UFPR<sup>8</sup>, tendo, enfim, uma oportunidade de ser então a primeira docente do colégio a ingressar no mestrado com a intenção de pesquisar a própria instituição.

Embora faça parte da equipe docente do colégio, minha vivência como pesquisadora nos momentos de observação, produção de informações e escrita desta dissertação são partes que me constituem em uma nova perspectiva acadêmica e profissional, pois a experiência como docente na EEQ faz-me refletir diariamente sobre a necessidade de realizar uma prática educativa que considere a existência de sujeitos, definidos por Freire (1996) como: um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, havendo então objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos. Compreendo, assim, que minha constituição como professora da Educação Escolar Quilombola acontece no próprio quilombo, permeada por essas trocas constantes de aprendizado. Assim, meu problema de pesquisa me atravessa de muitas formas, seja pela experiência como docente neste espaço, seja por ser pesquisadora em contexto muito diferenciado de outros, porque uma escola que desenvolve uma educação quilombola certamente carrega em si muitos diferenciais na constituição do ser professora quilombola.

Há uma definição atualmente formal de Educação Escolar Quilombola, sustentada pelo artigo 9º da resolução 08/2012- publicada pelo Conselho Nacional de Educação Básica e Câmara da Educação Básica- em seus parágrafos 1 e 2, que coloca o conceito a partir das instituições. Segundo o artigo, a Educação Escolar Quilombola compreende: 1) escolas quilombolas; 2) escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas. E, em parágrafo único: Entende-se por escola quilombola aquela localizada em território quilombola.

Considerando a relevância da EEQ, o Coletivo de Educação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o CONAQ, publicou a nota técnica nº 01 em 12 de novembro de 2019<sup>9</sup>, com o objetivo de orientar gestores/as, docentes, estudantes e lideranças quilombolas, bem como para cobrar o cumprimento efetivo a respeito da Educação Escolar Quilombola, apontando que:

<sup>8</sup> Em 2019 o pedagogo e quilombola Benedito Florindo de Freitas Júnior, que também participou do curso preparatório, ingressou no Mestrado em Educação na Linha de Pesquisa: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social.

<sup>9</sup> Nota técnica disponível no endereço eletrônico: <http://conaq.org.br/noticias/nota-tecnica-do-coletivo-de-educacao-da-conaq/>. Acesso em: 16 mar. 2020.

[...] as escolas localizadas nos quilombos são escolas quilombolas, no entanto, para que se efetive uma Educação Escolar Quilombola nestes territórios, cabe aos gestores e gestoras escolares estaduais e municipais, atuarem no sentido de garantir as condições necessárias para o seu funcionamento. Algumas ações são necessárias, tais como: informar no censo escolar; investir num processo de formação que permita ter a comunidade como lócus dessa formação, suas lutas, manifestações e valores culturais e ancestrais; estabelecer contínuo diálogo com as lideranças quilombolas no sentido de trazer para a escola, em forma de currículo vivo a vida da comunidade. (CONAQ, 2019, p.3).

Essa compreensão de EEQ, pensada pelos sujeitos quilombolas, amplia o que consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais como definição de Educação Escolar Quilombola e reforça o entendimento de Givânia Maria da Silva (2012), quando ela define esta modalidade como um instrumento de luta, de identificação, de acolhimento dos conhecimentos locais e universais, de valorização da pessoa e da afirmação, situando os quilombolas como sujeitos de direitos.

É a partir dessa forma de pensar a educação e os processos envolvidos nas práticas docentes em comunidades quilombolas que surgem inquietações impulsionando o meu questionamento sobre a constituição da docência quilombola. E pensando ainda no processo de formação desta profissional, que para desenvolver sua atividade pedagógica precisa ter aportes de formação diferentes daqueles comumente disponíveis nos cursos de licenciatura. Pressupõe que saiba dialogar com os conhecimentos da comunidade em que trabalha, propiciando momentos de interação entre os conhecimentos ancestrais, costumes e crenças e os conteúdos curriculares pré-estabelecidos por uma base nacional curricular, que nem sempre considera as comunidades como produtoras de conhecimento. Pois, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (DCNEEQ). “Art. 34 §1º: Os currículos da Educação Básica na Educação Escolar Quilombola devem ser construídos a partir dos valores e interesses das comunidades quilombolas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos”. (BRASIL, 2012, p.34).

Sendo assim, para a efetivação de um currículo que atenda a tais pressupostos, é imprescindível que haja um corpo docente comprometido com a educação escolar para e com a população quilombola. De tais considerações resulta o problema que esta dissertação pretende investigar, qual seja: Como ocorre a docência de professores e professoras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, situado

na comunidade quilombola de João Surá, em Adrianópolis, no Paraná? Existe uma docência quilombola? Quais seriam seus princípios?

A partir dessa problematização, o objetivo geral desta dissertação foi investigar os processos formativos institucionais, ou não, que podem constituir uma docência quilombola no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos.

Para isso, foi realizado o levantamento de ações formativas ocorridas no colégio no período de 2013 a 2019, assim como consideradas várias experiências observadas, entre 2018 e 2019, e que perpassaram o trabalho das professoras da instituição, analisando quais as contribuições destas para a constituição profissional de uma docência quilombola.

Compreendemos por processos formativos, durante as observações que ocorreram entre 2018 e 2019, as situações vivenciadas pelas docentes colaboradoras desta pesquisa, isto é, reuniões da associação de moradores da comunidade em que eles e elas participaram, o trajeto realizado até o colégio, situações de formação sistemáticas, bem como outras atividades externas à escola que contavam com a presença do grupo.

Como já dito, esta pesquisa foi construída a partir da minha inserção como uma observadora-participante, privilegiada na medida em que não sou uma pessoa estranha ao grupo, mas que faço parte dele todo o tempo, compartilhando a vivência em conjunto e com vínculo, tanto profissional quanto pessoal, com o corpo docente e com a comunidade desde 2010. Maria Cecília de Souza Minayo (1992) afirma que, na pesquisa qualitativa, a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma oportunidade ímpar na produção dos dados, desde que se tome sempre o cuidado de triangular diferentes procedimentos na busca pela resposta ao problema proposto. Portanto, ser parte do grupo investigado nesta pesquisa me permitiu observar a partir de uma lente que aproximava ainda mais dos sujeitos participantes, permitindo exercitar a empatia e a colaboração, elementos citados pela autora como imprescindíveis a uma pesquisadora.

Para alcançar o que nos propusemos nesta pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar as ações de formação continuada realizadas pela SEED – PR e suas contribuições para a constituição da docência quilombola e para a Educação Escolar Quilombola de 2013 a 2019;

- Registrar e analisar as múltiplas experiências que vivenciam as professoras do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e a influência destas na constituição da docência quilombola;

- Conhecer, por meio de narrativas autobiográficas, as histórias profissionais das docentes da comunidade e como percebem a sua constituição como professora quilombola.

Diante de tais objetivos e da problemática proposta para investigação, definimos o projeto de pesquisa para encaminhar esta dissertação, ele foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná<sup>10</sup>, bem como foi avaliado pelo Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte<sup>11</sup>, o qual emitiu parecer favorável para obtermos autorização de pesquisa na unidade educacional. Da mesma forma, foi autorizada pela Comunidade Quilombola de João Surá, representada pelas professoras do território na ocasião de apresentação do projeto de pesquisa. Permitindo-nos, assim, caminhar e desenvolver este estudo com coerência e respeito ao ser humano protagonista desta pesquisa.

A pesquisa teve duas fases: a primeira na qual apresentei-me como pesquisadora e sinalizei que as atividades formativas as quais vislumbrasse potencial formativo seriam observadas. Assim ocorreu a observação e acompanhando atividades com todas as professoras que trabalham com alunos do 6º ao 9º ano e com estudantes do Ensino Médio do colégio, a observação constitui o

[...] principal instrumento da investigação, o observador pode recorrer aos conhecimentos e experiências pessoais como auxiliares no processo de compreensão e interpretação do fenômeno estudado. [...]. A observação direta permite também que o observador chegue mais perto da "perspectiva dos sujeitos", um importante alvo nas abordagens qualitativas. Na medida em que o observador acompanha in loco as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações. Além disso, as técnicas de observação são extremamente úteis para "descobrir" aspectos novos de um problema. Isto se torna crucial nas situações em que não existe uma base teórica sólida que oriente a coleta de dados. (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p.26).

Cientes de haver formas diferentes de realizar a observação durante uma pesquisa, optamos pela observação participante, que, conforme apontam Ludke &

<sup>10</sup> Número do Parecer: 3.135.532, mesmo considerando que a área da educação ainda não possui um comitê apropriado às suas pesquisas e cientes de que Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, tem questionado a submissão de pesquisas em educação a um comitê de ética não orientado pelas especificidades do campo educacional decidimos passar pelo comitê de ética da UFPR.

<sup>11</sup> Núcleo Regional de Educação da Secretaria de Estado de Educação do Paraná responsável pelo Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos.

André (1986), confere ao observador a responsabilidade de revelar desde o início sua identidade como pesquisador, assim como os objetivos propostos em seu estudo. Tal opção justifica-se pela possibilidade de obter acesso a maior número de informações e contar com a cooperação do grupo envolvido na pesquisa, havendo ainda a necessidade de comungar as decisões sobre o que deve ou não ser publicado no estudo. O fato de ser parte da equipe docente permite-me maior tempo de observação como pesquisadora em campo e propicia a capacidade de acompanhar e participar de uma maior variedade de situações, que não poderiam ser encontradas por meio de entrevistas esporádicas, por exemplo.

Pensando nas potencialidades da observação para produção dos dados no campo investigativo, percebemos a necessidade de utilizar como ferramenta metodológica o diário de campo, ferramenta adequada para realizar as anotações de observações durante o período de imersão como pesquisadora no colégio, por meio do diário de campo é possível realizar um

[...] registro completo e preciso das observações dos fatos concretos, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do profissional/investigador, suas reflexões e comentários. O diário de campo facilita criar o hábito de observar, descrever e refletir com atenção os acontecimentos do dia de trabalho, por essa condição ele é considerado um dos principais instrumentos científicos de observação e registro e ainda, uma importante fonte de informação para uma equipe de trabalho. Os fatos devem ser registrados no diário o quanto antes após o observado para garantir a fidedignidade do que se observa [...]. (FALKEMBACH, 1987, p.19).

Dessa forma, a primeira fase da pesquisa aconteceu fazendo uso da ferramenta mencionada, permitindo assim que as atividades formativas, previstas em calendário letivo nos anos de 2018 e 2019, fossem acompanhadas. Iniciando em 08 de junho, participando agora como pesquisadora, na atividade realizada sob a orientação da Secretaria de Educação do Estado chamada: *Formação em Ação Disciplinar*, e finalizando em julho de 2019, na Semana Pedagógica. Assim como outros processos formativos ocorridos, conforme planejamento interno da escola e comunidade, esses não são organizados pela secretaria de educação responsável pela instituição.

Em junho de 2018, realizamos a primeira atividade de campo que foi uma observação-participante na formação continuada ofertada pela Secretaria de Educação. Nessa ocasião, acompanhamos dois dias de formação que antecedem o início das aulas após o recesso escolar, a Semana Pedagógica, nesse momento nosso intuito foi perceber como a escola encaminha as ações formativas previstas.

Em fevereiro de 2019, em outra Semana Pedagógica, foi realizada nova observação e, em seguida, enviamos questionários a duas pessoas que atuavam na Equipe Pedagógica e a oito professoras. Desses, tivemos o retorno de 8 questionários, dois da equipe pedagógica e seis da equipe docente. As questões buscavam capturar as considerações do grupo sobre o conteúdo da Semana Pedagógica em relação à Educação Escolar Quilomobola.

A segunda etapa da pesquisa ocorreu em junho de 2019, e consistiu na coleta das autobiografias. Foram escolhidas 10 professoras a partir dos seguintes critérios: professoras não quilombolas, com no mínimo cinco anos de docência, e professoras quilombolas que atuam no Colégio pesquisado. Segundo Maria Helena Menna Barreto Abrahão (2012, p. 46), “[...] narrar histórias e contar a vida caracteriza-se como uma das possibilidades de tecer identidade, de compreender como nos tornamos professores e das configurações que nos são forjadas nos nossos percursos de vida-formação”. De acordo com Abrahão (2003), a pesquisa narrativa é considerada um aporte que visa valorizar as trajetórias das vidas narradas, não se atendo tão somente ao discurso ali reproduzido por meio de palavras ou forma de texto, mas considerando também as histórias de vida. Segundo Otávio Cruz Neto, na história de vida

[...] geralmente acontece a liberação de um pensamento crítico reprimido e que muitas vezes nos chega em tom de confidência. É um olhar cuidadoso sobre a própria vivência ou sobre determinado fato. Esse relato fornece um material extremamente rico para análises do vivido. Nele podemos encontrar o reflexo da dimensão coletiva a partir da visão individual. (2001, p.59).

A afirmação acima não ignora o fato de que a pessoa que relata faz escolhas sobre o que vai ou não escrever, conforme ocorrem em outras formas de apreender narrativas, como por exemplo, as entrevistas. Toda narrativa parte daquilo que a pessoa quer e/ou consegue trazer à tona e, por isso, o fundamental é compreender que a apreensão do que é dito passa também pela apreciação de outros documentos, do contato com outras narrativas e sobretudo do respeito ao que a interlocutora apresenta para a análise.

Dessa etapa participaram 10 professoras, 6 professoras quilombolas e 4 professoras que não são quilombolas. Consideramos importantes os dois grupos porque estamos investigando a possibilidade de que o exercício docente de professoras na comunidade se realiza por meio de uma docência quilombola, e partimos do pressuposto que ela não é inerente ao quilombola, mas é construída por meio de diferentes estratégias educacionais produzidas no território. Por isso,

compreender os processos de constituição dessa profissionalidade específica, tanto de quem é do quilombo como de quem não é, nos pareceu fundamental.

Para selecionarmos professoras não quilombolas definimos que seriam aquelas que tivessem pelo menos 5 anos de atuação no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Sem esse critério de tempo de atuação teríamos um número aproximado de 24 professoras que em algum momento atuaram na instituição, o que seria bastante expressivo, porém dificultaria nossa análise devido ao tempo necessário ao término da pesquisa. O critério de tempo de trabalho na instituição foi importante, também, pois a permanência relaciona-se tanto com a escolha pessoal da professora de ali atuar, mas, sobretudo, com a concordância da comunidade por meio da carta de anuência de que a profissional responde ao que se espera. Nesse sentido, a comunidade é evidenciada, logo de início, como importante na constituição da docência aqui destacada, na medida que valida as práticas e as relações que definem a permanência ou não das professoras no colégio.

Das dez narrativas, duas foram escritas por professores negros, um quilombola, da Comunidade Quilombola Córrego das Moças, e outro não quilombola. Das oito professoras, cinco se autodeclararam negras e as três professoras não negras, também não são quilombolas. Tendo esse perfil prévio, enviamos às professoras um convite para participarem da pesquisa (apêndice 2). As participantes tiveram um período de 30 dias para escrever suas histórias a partir da seguinte provocação: “Ser docente na Educação Escolar Quilombola”. Durante o processo de observação, as profissionais sabiam vários detalhes da pesquisa e eram sempre muito receptivas. Para essa produção em especial, fizemos uma conversa com cada uma explicando o que tínhamos como intenção e assim foi solicitado que escrevessem a partir do enunciado: “Você tem um papel muito importante na construção da Educação Escolar Quilombola no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e agora está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre a constituição do/a “docente quilombola.” Sendo orientadas a narrar suas trajetórias pessoais e formativas como docentes na instituição. No texto serão apresentados trechos das autobiografias, situando a autoria e ano de escrita, pois obtivemos concordância das professoras para divulgar suas identidades.

A abordagem autobiográfica vem sendo utilizada na área de educação como uma ferramenta que auxilia na investigação e conhecimento dos modos de vida da docente, com a intenção de conhecer processos de formação e autoformação (MOITA, 1995), considerando para tanto que as próprias docentes têm a oferecer

contribuições importantes a respeito de sua profissão. A narrativa autobiográfica compreende um processo de (auto)conhecimento e revelação a partir das formas singulares com que cada indivíduo vivencia, apreende e representa o mundo e as coisas que o constitui, revelando assim seu processo de formação mediante as configurações de seus percursos formativos em diferentes tempos e espaços, envolvendo o antes, o durante e o depois (SILVA; MAIA s/p. p.5).

A narrativa autobiográfica, como um procedimento metodológico, permite-nos indicar os processos individuais que cada docente experiencia. Moita (1995) afirma que a autobiografia permite o diálogo entre o individual e o sociocultural, já que "põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos" (p.113). Embora as sujeitas desta pesquisa sejam todas professoras, que têm em comum as experiências advindas dos processos formativos na Comunidade Quilombola de João Surá e nas esferas formativas anteriormente sinalizadas, é a partir das narrativas que analisamos como os eventos de formação continuada e demais experiências, envoltas no contexto da EEQ, vivenciadas por essas professoras constituem sua docência quilombola.

A leitura das narrativas autobiográficas foi realizada inspirada na técnica de Bardin (2006), que propõe que a análise de conteúdo ocorra em três fases: 1) pré-análise, etapa na qual se realiza a leitura flutuante do material coletado, para então selecionar o que será analisado e enfim formula-se as hipóteses de acordo com as informações contidas no material; 2) exploração do material para então proceder uma descrição analítica dos dados; 3) tratamento dos resultados que possibilitará a inferência e interpretação de forma crítica e reflexiva do conteúdo das narrativas autobiográficas.

Além da observação participante, anotações registradas no diário de campo e coleta de narrativas autobiográficas, foram realizadas conversas com duas lideranças quilombolas- Santana Fogaça de Cristo Ramos e Clarinda de Andrade Pereira- para compreender como o processo de reivindicação por educação no quilombo aconteceu e como tem sido vivenciar a educação escolar no território. Também foram aplicados questionários às professoras e equipe pedagógica como complemento de dados a respeito das atividades formativas previstas em calendário letivo. O uso variado de ferramentas nos permitiu aproximar o máximo possível das perspectivas das

professoras sobre os processos formativos imbricados na docência quilombola, bem como dos sujeitos envolvidos na luta pela educação escolar em João Surá.

Para responder as indagações que nos mobilizaram a realizar esta pesquisa, organizamos este texto do seguinte modo: No capítulo 1, apresentamos a revisão bibliográfica realizada com a finalidade de levantar produções acadêmicas – teses, dissertações e artigos acadêmicos no Banco *SCIELO (Scientific Electronic Library)* e *Google Acadêmico*. Além disso, dicorremos sobre os conceitos que permeiam esta pesquisa: formação continuada de professores, conceito de quilombo, Educação Escolar Quilombola e seu referencial legal no âmbito do Estado do Paraná, considerando o colégio onde a pesquisa foi realizada. A partir das leituras referenciadas no levantamento, situamos a luta quilombola pela educação, bem como expomos as definições concernentes à compreensão do que entende-se por Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola. Ao final do capítulo, são apresentados os marcos legais que permeiam a modalidade EEQ em âmbito nacional e estadual.

Iniciamos o capítulo 2 apresentando o nosso lócus de pesquisa, isto é, a Comunidade Quilombola de João Surá, o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e os processos de luta envolvidos na busca por uma educação diferenciada no território.

A discussão do capítulo 3 destina-se à apresentação central desta dissertação, ou seja, por meio dos próprios sujeitos buscamos apreender os modos pelos quais se constituem como professoras quilombolas e exercitam a docência quilombola no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Para tanto, considerou-se as diferentes experiências deste processo, desde os momentos de formação sistemáticos oferecidos pela Secretaria de Educação do Estado, bem como os processos de formação continuada desenvolvidos pela própria instituição de ensino e pela comunidade quilombola.

No último tópico apresentamos as considerações finais, nas quais fazemos um balanço do processo desta pesquisa, as novas inquietações que esta experiência nos proporcionou, bem como, apontamos outras possibilidades de continuidade da pesquisa.

## CAPÍTULO 1

### 1 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: TRAJETÓRIAS DE LUTA

FIGURA 2 - IMAGEM DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JOÃO SURÁ



FONTE: Élide Pereira dos Santos (2017).

#### 1.1 O QUE DIZEM AS PESQUISAS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Desenvolver uma pesquisa, mesmo que utilizando metodologias que envolvem sujeitos, territórios e narrativas- orais ou não- exige a necessidade de compreender o que autores e autoras já discutiram a respeito do tema investigado. Para isso, durante o processo de investigação, é importante que façamos um levantamento bibliográfico acerca do tema em questão, nesse caso: A Educação Escolar Quilombola.

Para tanto, recorremos a três bancos de dados distintos: Banco de Teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), SCIELO (*Scientific Eletronic Library*) e *Google Acadêmico*. Em buscas realizadas nos meses de julho e agosto de 2018<sup>12</sup>, período da pesquisa destinado à etapa de levantamento bibliográfico, foram levantadas teses, dissertações e artigos que permitem o diálogo entre o campo da pesquisa e as referências teóricas que contextualizam as discussões a respeito da Educação Escolar Quilombola e da Formação Continuada para Professores da referida modalidade de ensino.

<sup>12</sup> O Levantamento com maior detalhamento foi realizado neste período, pois logo após começamos as atividades de campo, porém atualizamos e foi possível incluir duas pesquisas de mestrado realizadas em 2020 por Fabiane Moreira e Aline Santos.

Para direcionar a pesquisa sobre a Educação Escolar Quilombola, foram selecionados nove descritores, conforme consta no quadro 1, os quais permitiram levantar produções acadêmicas de acordo com o tema proposto para a pesquisa.

QUADRO 1 - LISTA DE DESCRITORES

<b>Descritores</b>
Educação Escolar Quilombola
Educação Quilombola
Prática Pedagógica em Comunidades Quilombolas
Prática Pedagógica na Educação Escolar Quilombola
Prática Pedagógica na Educação Quilombola
João Surá
Quilombo João Surá
Educação do Campo e quilombo
Formação Continuada de Professores

FONTE: A autora (2018).

Alguns descritores foram utilizados de duas formas, como por exemplo, “Educação Quilombola” e “Educação Escolar Quilombola”, com o intuito de refinar o máximo possível a pesquisa, no entanto, os resultados retornaram duplicados, não influenciando conforme era esperado. O mesmo ocorreu com os descritores “Prática Pedagógica na Educação Escolar Quilombola/ Prática Pedagógica em Comunidades Quilombolas”, que trouxeram os textos já decorrentes da primeira busca com o termo “quilombola”. Já a pesquisa com o descritor “Formação Continuada de Professores” resultou em muitos textos relacionados ao ensino de ciências e matemática, não contribuindo com o objetivo proposto para este levantamento bibliográfico. De todo modo, a busca permitiu-nos ter um quadro significativo da produção neste campo.

Os resultados das buscas, a partir dos descritores mencionados, trouxeram 28 artigos, 7 dissertações, 3 teses, 2 dossiês temáticos e 1 livro. Os títulos, autoria e ano de publicação de todos os textos selecionados para leitura e análise de conteúdo estão apresentados no anexo 1. Para delimitar nossa discussão nesse momento,

apresentamos seis textos que nos auxiliaram a desenvolver um debate acerca da temática e compreender como a EEQ vem sendo apresentada no campo acadêmico.

Consideramos importante destacar a dissertação intitulada: *Identidade e Territorialidade: Os Quilombos e a Educação Escolar no Vale do Ribeira*, cuja autoria é de Lisângela Kati do Nascimento (2006). A autora teve por objetivo analisar o ensino de geografia nas escolas públicas de Eldorado e Iporanga, ambos os municípios estão situados no lado paulista do Vale do Ribeira e são próximos à Comunidade Quilombola de João Surá (que faz divisa com o município de Iporanga pelo Rio Ribeira de Iguape), daí a relevância de sua pesquisa ao nosso objeto de estudo: a proximidade geográfica e a realidade das comunidades quilombolas que possuem vínculos com a comunidade a qual investigamos.

O período em que a investigação foi realizada e a dissertação foi escrita permite perceber a oferta da educação escolar em quilombos em um processo anterior às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EEQ. A conclusão da autora é de que nos anos de 2005 e 2006 a escola não atendia a educação escolar almejada pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, pois os resultados da pesquisa apontaram para a falta de comprometimento dos professores ao ensinar a disciplina de geografia, considerando a realidade e as demandas das comunidades quilombolas, que na ocasião da investigação pautava a luta contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape e questões ligadas a titularização de territórios remanescentes de quilombos.

Segundo a autora, apenas uma professora conseguiu abordar o tema quilombo nas aulas de geografia das escolas que observou, demonstrando que houve deficiência na incorporação do reconhecimento do território dos estudantes quilombolas. Mesmo sendo uma pesquisa realizada em outro estado, que não o Paraná, a abordagem da autora nos permite dialogar com esta pesquisa, pois é possível refletir sobre a importância da formação docente para atuar na EEQ, tendo em vista que os dados da pesquisa evidenciam e revelam que havia deficiência na efetivação da referida modalidade, e tal aspecto está associado à falta de comprometimento das professoras investigadas. No entanto, apesar dessa afirmativa da autora, há que se considerar ainda que existe a hipótese da falta de conhecimento a respeito dos conteúdos atrelados à modalidade EEQ. Desse modo, podemos compreender que a docência quilombola é ponto primordial, visto que se ela não for comprometida com as realidades e demandas das comunidades quilombolas não auxiliará na construção de

uma identidade quilombola, assim como não contribuirá efetivamente com o almejado nas lutas quilombolas: a defesa do território.

No artigo *Quilombos e Educação: Identidades em Disputa*, Shirley Aparecida de Miranda (2018) apresenta um Estado da Arte sobre a Educação Escolar Quilombola a partir de produções que compreendem os anos de 2003 a 2014. A autora descreve de forma detalhada e crítica os artigos, dissertações e teses sobre a temática, apontando que a educação escolar quilombola, de forma diferenciada como deve ser, ainda continua em disputa, pois os materiais didáticos são produzidos a partir de uma visão eurocêntrica do conhecimento e chegam às escolas dos territórios quilombolas sem considerar a educação quilombola.

A disputa também ocorre no reconhecimento do direito ao acesso à educação, visto que as pesquisas analisadas apontam que as comunidades travam na justiça uma batalha para garantir a educação escolar nos quilombos. O panorama que este artigo revela é imprescindível na discussão sobre a EEQ em João Surá, pois permite analisar a modalidade a partir de uma visão ampla a respeito das pesquisas produzidas nesse campo nos últimos anos, e assim, analisar também como ocorrem as disputas no contexto dessa comunidade específica.

Outra produção de destaque é a dissertação *Educação como Processo de Luta Política: A Experiência de Educação Diferenciada do Território Quilombola de Conceição das Crioulas*, de Givânia Maria da Silva (2012), a qual aborda a formação docente para professores da Educação Escolar no Quilombo Conceição das Crioulas, em Pernambuco. As ponderações apresentadas são pertinentes a outras localidades que desenvolvem a Educação Escolar Quilombola, e apresenta indicativos de superação para os desafios da formação continuada para os docentes dessa modalidade de educação, definida pela autora como diferenciada, e que pressupõe então uma docência diferenciada. Silva conclui que a tarefa de formar professoras vai além das questões teóricas e metodológicas e da condução do “saber” e do “conhecimento válido” – é também formar “intelectuais orgânicos”. Nessa perspectiva, pensamos a formação de professoras do C.E.Q. Diogo Ramos, investigando a construção desse saber profissional que emerge das experiências para além das questões metodológicas, ou seja, a construção de um saber que nasce da vivência no território quilombola de João Surá.

É na dissertação de mestrado intitulada: *Professores em Escolas De Comunidades Quilombolas: Práticas Pedagógicas e Recomendações Legais*, de Dalva

Vieira de Araújo (2017), que encontramos o tema da formação de professoras para a EEQ tratado de forma específica. O texto tem por objetivo geral analisar a presença ou ausência das recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola nas práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores das escolas em Comunidades Quilombolas. A autora investiga duas escolas quilombolas, uma localizada no Piauí e outra no Maranhão, tendo como sujeitos de pesquisa um total de onze professores. Em seu texto, a autora sinaliza todas as recomendações legais concernentes à docência nesses espaços e evidencia a necessidade de se priorizar a formação inicial para as licenciaturas de quilombolas:

A formação desses professores para atuar nessas escolas tem caráter de urgência, bem como consolidar a Educação Escolar Quilombola como modalidade de Educação Básica e que conduza as políticas afirmativas que corrijam as desigualdades educacionais que historicamente incidem sobre essa parcela da população. (ARAÚJO, 2017 p. 67).

A constatação da autora sobre a urgência da formação de professores dialoga com nosso objeto de pesquisa, embora nossos sujeitos estejam inseridos em outra realidade geográfica, também estão fazendo parte de uma docência quilombola que demanda comprometimento e formação específica para a modalidade. Ao concluir a dissertação, a autora constata que os professores investigados atuam em conformidade com a DCNEEQ, mas deixa aberta a necessidade de aprofundar a pesquisa e questionar: “Quem são os professores que atuam em comunidades quilombolas? De onde vêm? Já conheciam essa cultura?” Questões que também estão presentes em nossa pesquisa.

A discussão a respeito da Educação Escolar Quilombola no Estado do Paraná, com enfoque no Vale do Ribeira, é sistematizada na dissertação de mestrado de Cassius Marcelus Cruz (2012), que objetiva delimitar as ações do governo estadual, mais especificamente da Secretaria de Estado da Educação, no que diz respeito às ações desenvolvidas em prol das comunidades quilombolas. O autor faz um esboço geral a partir da inclusão da temática nas políticas públicas no estado, e historiciza como as reivindicações pela educação nos territórios quilombolas no Estado ocorreram, diagnosticando que o

[...] histórico e os efeitos das experiências de escolarização para as comunidades quilombolas compuseram um quadro de problemas, para os quais a SEED procurou elaborar uma Política de Educação Escolar Quilombola, que teve como uma de suas alternativas a elaboração de uma Proposta Pedagógica específica para as escolas quilombolas. Esse processo,

entretanto foi marcado pela capacidade de inclusão da demanda em um contexto de clima político favorável, de organização dos movimentos negro e quilombola e de diversas mudanças na esfera de governo que afetaram diretamente as dinâmicas de formulação e implementação. (CRUZ, 2012, p.78).

O texto de Cruz (2012) evidencia o papel de articulação das comunidades quilombolas no estado, sintonizado com a luta nacional em busca de uma educação própria. Ele apresenta o panorama de demandas e ações relativas às comunidades quilombolas e educação escolar quilombola. Segundo o autor, com a mudança do Governo Estadual, no ano de 2003, há inserção de militantes nas pastas governamentais, favorecendo a articulação e o diálogo entre a esfera governamental e as comunidades.

Numa sequência cronológica, em 2004, acontece no Estado o Encontro de Educadores Negros, pautando a existência de comunidades quilombolas no Paraná. Em 2005, cria-se o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, em resposta ao movimento iniciado em 2004. No ano de 2006, os representantes do governo vão até as comunidades para audiências públicas, bem como ocorrem as primeiras certificações de comunidades quilombolas. O ano de 2007 é marcado pela criação do Departamento da Diversidade na Secretaria de Educação. Em 2008, apresentam-se as propostas pedagógicas para as comunidades quilombolas, que, em 2009, já iniciam as atividades escolares nos territórios de João Surá e Palmas. Em 2010, é aprovado o funcionamento das escolas.

A dissertação de Fabiane Moreira foi defendida em 2020 e trata também do Colégio Quilombola Diogo Ramos, conforme já citamos anteriormente, sua análise caminha por outra direção a está buscando compreender como as práticas pedagógicas desenvolvidas nesta instituição e na Escola Municipal do Campo Augusto Pires de Paula, que recebe alunos quilombolas, podem colaborar na constituição das lutas quilombolas. Esse campo de estudos aponta a necessidade de compreendermos o campo de modo geral, mas há necessidade de conhecer as especificidades de cada comunidade.

Os seis textos mencionados estão em situações geográficas diferentes, porém as aproximações do campo ideológico, ou seja, a conquista da educação escolar nos espaços quilombolas e luta pela efetivação desta, estão presentes em todos eles, com o propósito de demarcar uma educação diferenciada que requer formação específica e comprometimento com as comunidades. Afinal, a EEQ só ocorre devido à luta dos/as

próprios/as quilombolas que reconhecem suas comunidades como espaço educador, bem como consideram os espaços de educação escolar como ambiente de construção de identidades e autonomia, preservando as formas específicas de viver e de pensar, de manter e utilizar culturas, seus modos próprios de produção, reelaboração e transmissão de conhecimento (MIRANDA, 2018).

Considerando a análise embasada nos estudos aqui destacados, e nas pesquisas elencadas no anexo, a perspectiva desta dissertação é de contribuir para o campo de estudos relacionado à Educação Escolar Quilombola, visto que trazemos como objeto de pesquisa um colégio pertencente à rede pública de ensino do estado do Paraná e visamos aprofundar a temática dentro do campo da formação continuada para um grupo de docentes específico, e tal abordagem não consta nas publicações analisadas. Sendo assim, partiremos para o campo investigativo, considerando a trajetória da comunidade numa relação de ética e responsabilidade com as professoras e demais sujeitos envolvidos nesta pesquisa.

## 1.2 DE ONDE VEM A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA?

FIGURA 3 - ESTUDANTES QUILOMBOLAS EM ATIVIDADE ESCOLAR



FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS><sup>13</sup>

Para que o alcance dos objetivos desta pesquisa sejam compreendidos de forma contextualizada, faz-se necessário abordar o conceito de quilombo, que possui

<sup>13</sup> Pagina do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos no *Facebook*.

um histórico permeado por ressemantizações ao longo da história; e o conceito de educação quilombola, o qual consideramos basilar na efetivação da educação escolar quilombola, que ocorre na escola. A compreensão a respeito de tais conceitos e o que cada um significa, se pensados interseccionadamente, favorece uma melhor apreensão do que discutiremos ao tratar da constituição da docência quilombola, visto que é uma nova dimensão dentro de todas essas especificidades.

Isso posto, a sequência deste capítulo foi organizada de maneira que as definições pertinentes, e já mencionadas, sejam apresentadas em uma explanação individualizada, tecendo caminhos que permitem inter-relacionar a docência quilombola dentro de um movimento que possui uma história iniciada a partir dos quilombos. Afinal, para compreender o conceito de Educação Escolar Quilombola é pertinente apresentarmos os termos quilombo e quilombola, os quais, de acordo com Ilka Boaventura Leite (2008), foram ressignificados e a nova forma de entender tal fenômeno é primordial para situarmos o lugar, os sujeitos e a modalidade de educação a qual nos referimos.

Segundo Kabengele Munanga (1996), a palavra Quilombo veio para o Brasil com os povos de línguas bantu que foram trazidos e escravizados no país. Sua ortografia original é *Ki-lombo*. O quilombo africano tinha uma conotação de centralização de uma instituição política e militar transétnica, isto é, que estava aberta a receber diferentes etnias para compor o grupo. Sobre o quilombo brasileiro, Munanga (1996) ainda afirma que é

[...] sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos. Escravizados, revoltados, organizaram-se para fugir das senzalas e das plantações e ocuparam partes de territórios brasileiros não povoados, geralmente de acesso difícil. Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. (p. 63).

O mais conhecido e populoso quilombo que se tem registro no Brasil é Angola-Janga (Angola pequena), registrado na história como Quilombo de Palmares. Estava situado em Alagoas, na Serra da Barriga. Foi liderado por Aquilune, Ganga-Zumba e, posteriormente, por Zumbi e Dandara. Angola Janga resistiu ao sistema escravocrata de 1597 a 1695, articulando formas próprias de economia que possibilitaram que os mais de vinte mil aquilombados vivessem em liberdade. O governo brasileiro realizou

muitas tentativas de extermínio ao quilombo, todas frustradas até o ano de 1695, quando o líder Zumbi foi capturado, e, com armas de fogo e forte artilharia, o exército conseguiu vencer o sistema de resistência que ali se firmava.

Palmares é o maior símbolo que exemplifica o conceito de Quilombo no país, porém, felizmente não é o único, os territórios quilombolas somam hoje o número de 3.432, segundo informações da Fundação Cultural Palmares, em relatório atualizado até a Portaria nº 96, de 12 de maio de 2020, sendo destes 2.785 reconhecidos e certificados como Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ"s). Contrapondo esses números, a CONAQ estima que sejam cerca de 6 mil e os dados do IBGE, obtidos durante o pré-teste feito em preparação ao censo de 2020, adiado para 2021, apontam que realmente ultrapassam mais de 5 mil. Essa confirmação será apresentada pelo censo, sendo que é a primeira vez que o IBGE vai incluir os quilombolas como categoria censitária. Tal ausência é uma forma do Estado ignorá-los, uma postura que faz com que pouco se saiba dos quilombos. A ausência de dados sobre os quilombos reflete na formação em todas as áreas, principalmente em política voltadas para a educação aderindo à modalidade específica.

Os quilombos são caracterizados historicamente nos livros didáticos por sua localização de difícil acesso, mas atualmente não são todos que se encontram em tal descrição, visto que a urbanização chegou a muitos desses espaços. Além do fato de existirem quilombos em fazendas herdadas de antigos patrões, como no caso da Comunidade Quilombola de Água Morna, no Paraná. Essa comunidade, segundo a história narrada pelos descendentes de pessoas escravizadas, ficou por herança aos negros escravizados e hoje o território pertence às famílias desses ancestrais, registrando os traços culturais que fazem parte da identificação de um quilombo. Sendo assim, a definição mais recente que os intelectuais melhor conseguiram traduzir para tal fenômeno, baseia-se na ideia de que

[...] a utilização do termo quilombo passa ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta, como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade. (NASCIMENTO, 2009, p. 53).

Essa luta permanente por melhores condições de vida passa também pelo reconhecimento e titulação de terras pertencentes às Comunidades Quilombolas, como aponta Alfredo W. B. de Almeida (2005, p. 17):

Na Constituição Federal de 1988, as comunidades remanescentes de quilombolas são definidas como aquelas que “constituem uma identidade étnica predominantemente negra, situadas em território nos quais desenvolvem atividades fundamentais à reprodução física e cultural”. No seu artigo 68 das Disposições Transitórias, a Constituição ainda prevê o reconhecimento e a titulação de áreas remanescentes de quilombos, a partir do auto reconhecimento, das perícias e laudos antropológicos – pré-requisitos que orientam os processos jurídicos que visam à regulamentação das terras reivindicadas pelas comunidades negras do Brasil.

Leite (2008) evidencia ainda a luta pela consolidação de tais direitos constitucionais dos quilombolas, referenciando os desafios, conquistas e impasses enfrentados na atualidade no que diz respeito às populações dos quilombos. De acordo com página na *internet* da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ):

Em oposição à lógica totalizante, imposta pelo sistema colonial e, mais recentemente, pelo pós-colonial, as resistências negras historicamente lutam pela sua identidade, por seu território e pela sua memória. Os quilombos, como símbolo expressivo dessa resistência, entram pelo século XXI e apresentam-se como um movimento que, a partir de seus critérios de pertença, trilham metas comuns em busca da garantia de seus direitos. O Conceito de Quilombo ganha novo marco jurídico após a Constituição de 1988 e esse fato é determinante para a garantia do direito à terra a essas comunidades. É também um fator fundamental para o estabelecimento e organização do movimento quilombola em nível nacional, que, a partir da construção de sua identidade étnica reivindica o seu direito à terra. São poucas as comunidades que alcançaram esse direito. Das mais de três mil comunidades quilombolas presentes nas cinco regiões do país, pouco mais de cem possuem o título. Atualmente a principal luta dos quilombolas se volta para implementação de seus direitos territoriais.(CONAQ, 2019).

Essa organização deve ser considerada quando se discute a Educação Escolar, pois o histórico de exclusão social e educacional fez parte da realidade das comunidades quilombolas. Nilma Lino Gomes (2012) evidencia o papel da educação nesses territórios como forma de luta por reconhecimento das identidades quilombolas, pelo direito à memória coletiva e pela vivência da cultura proveniente dos quilombos. Considerando o contexto apresentado sobre os Quilombos no Brasil, há que se reconhecer tais espaços como espaços educadores, pois ocorre nas comunidades um movimento de Educação Quilombola que é anterior aos ideais da Educação Escolar Quilombola.

Nesse sentido, a discussão a respeito da Educação Quilombola (EQ) e da Educação Escolar Quilombola (EEQ) é importante tanto para compreender a distinção entre elas como as interlocuções entre elas, pois ambas são fundamentais para o diálogo sobre direitos das comunidades quilombolas.

A primeira se relaciona diretamente com o exercício desenvolvido pelas comunidades que visa cuidar dos saberes ancestrais e contemporâneos da própria comunidade. Por exemplo, em João Surá há técnicas específicas de plantio usadas pela família da Dona Santina Fogaça de Cristo Ramos<sup>14</sup>, tecnologias de processamento e transformação de alimentos que são praticadas na casa de farinha na moradia da Dona Irani Matos de Cristo Pereira, e também utensílios produzidos artesanalmente com a finalidade de processar a cana de açúcar para extrair o melado, a rapadura, a taiada, a guarapa e que, ainda hoje, estão presentes na casa do senhor Antônio Aparecido de Matos e da Dona Maria Lúcia de Matos Andrade.

Essa educação está presente também nos contos seculares compartilhados por dona Joana de Andrade e dona Benedita Freitas, contos estes que foram de suma importância no reconhecimento do território quilombola. Percebemos a EQ nos modos de organização social que direcionam a Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá na busca por melhorias para a comunidade, na culinária que carrega simbologias de uma luta quilombola, como o pilão utilizado na casa de dona Clarinda Andrade de Matos para socar o arroz ou fazer a apressada<sup>15</sup>, nas músicas e danças que fazem parte das festas e da religião por meio da Romaria de São Gonçalo, uma tradição que mesmo não sendo costume da Igreja Católica é parte da cultura da comunidade e pode ser vivenciada na atualidade, marcando a resistência e a sabedoria passada de geração em geração nas redes familiares. Esse conjunto de saberes é produzido pela comunidade negra e considerado em uma perspectiva emancipatória. Gomes (2017) os define como

[...] uma forma de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça. Numa sociedade racializada desde o início de sua conformação social. Significa a intervenção social, cultural e política de forma intencional e direcionada dos negros e negras ao longo da história, na vida em sociedade, nos processos de produção e reprodução da existência. Ou seja, não se trata de ações intuitivas, mas de criação, recriação, produção e potência. (p.67).

<sup>14</sup> Santina Fogaça de Cristo Ramos é a atual presidente da Associação de Moradores da Comunidade Remanescente Quilombola do Bairro João Surá.

Antônio Aparecido de Matos é professor aposentado e exerceu o magistério na Escola Rural Municipal João Surá.

Maria Lúcia de Matos Andrade é agricultora e quilombola do núcleo de Guaracuí, Benedita Freitas foi uma anciã muito importante no registro de informações sobre a história da comunidade. Faleceu em 08/09/2013.

<sup>15</sup> D. Clarinda é referência sobre a culinária do quilombo e faz a apressada, um tipo de bolo que faz parte da culinária quilombola de João Surá. Tradicionalmente, os ingredientes da massa: açúcar mascavo ou rapadura, ovos, polvilho e cravo da índia são socados no pilão.

Segundo a autora, são saberes que não podem ser considerados “menos saber” ou “saberes residuais”. No contexto da comunidade quilombola de João Surá, é inegável a reprodução de uma existência como resultado do acúmulo de saberes que permitiram a continuidade da comunidade. Para exemplificar essa assertiva, é possível citar a medicina que vem do conhecimento sobre as ervas, saber que está manifesto como parte de um processo de luta por existir, visto que a assistência médica esteve ausente durante a maior parte do tempo de existência da comunidade. Assim como é possível citar as técnicas de produção agrícola que acontecem de forma harmoniosa com a natureza, informação esta que se expressa pela extensa área de mata Atlântica que seguiu preservada com presença de quilombolas, e que foi transformada no Parque Estadual das Lauráceas, demonstrando que o conhecimento e a valorização do meio ambiente fazem parte dos saberes quilombolas. Mesmo assim, hoje as comunidades não podem usufruir desse espaço por ser uma Área de Preservação Ambiental, deixando explícita a situação de embate territorial que é travado entre quilombos e Estado. Ambas as situações elencadas exemplificam o potencial educador que o território possui.

Ao discorrer sobre a Educação Quilombola em Conceição das Crioulas, Givânia Maria da Silva (2016) referencia as práticas educativas que ocorrem fora do espaço formal de educação, não restringindo a educação ao ato de ler e escrever, mas ampliando-a para os campos de organização coletiva, do saber e da ciência da saúde. Com isso, podemos considerar a reunião de associação de moradores ou o mutirão para plantio de uma roça como práticas educativas no quilombo, pois desses espaços emanam possibilidades de emancipação social. O indivíduo passa a fazer parte da luta coletiva compreendendo a relevância de uma lei que os protege, até elaborando movimentos de luta e reivindicação em prol da seguridade dos direitos da comunidade, da mesma forma como apreende formas de cultivo de alimentos, o que é essencial para a sobrevivência e permanência no território.

Portanto, a Educação Quilombola (EQ) não é compreendida como sinônimo de Educação Escolar Quilombola (EEQ), porque os espaços da Educação Quilombola estão para além dos muros de uma escola. No entanto, a EEQ não ocorre de forma desvinculada do movimento educacional que acontece nas comunidades quilombolas, pois este é basilar para constituir os saberes científicos do currículo da Educação Básica na modalidade EEQ. As duas formas de educação devem estar imbricadas em um único processo de aprendizagem.

A luta das comunidades pela articulação entre a Educação Quilombola e uma educação na escola constituiu-se na Educação Escolar Quilombola, sendo uma pauta antiga das comunidades. Um dos marcos importantes dessa luta ocorreu durante a Marcha de Zumbi em 1995, quando aconteceu o:

“I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, realizado durante a Marcha Zumbi dos Palmares é criada a Comissão Nacional Provisória das Comunidades Rurais Negras Quilombolas. Nesse período, a organização do I Encontro tinha conhecimento da existência de quatrocentas e doze comunidades, e a partir disso foi pensada a estrutura da Comissão Nacional. Alguns Estados presentes ao Encontro e traziam um histórico de articulação e mobilização bastante significativo. Dentre esses, destacam-se o Maranhão, que já havia promovido o 3º Encontro das comunidades quilombolas desse Estado, o Pará, que na região do Rio Trombetas possuía uma associação bastante atuante, a ARQMO, e Rio das Rãs, na Bahia, que trazia um histórico de luta pelo seu território. A Comissão Nacional nasce com o objetivo de mobilizar as comunidades nos vários Estados da Federação. (CONAQ, 2019, s/p).

A mobilização dessas comunidades, nessa ação, buscava o acesso à educação formal nos territórios quilombolas com diretrizes próprias e que valorizassem as identidades quilombolas pertinentes a cada comunidade. Nesse sentido, Silva (2012) salienta a importância da presença da escola nos territórios quilombolas, porém uma escola que seja comprometida com o anseio das comunidades, pois ela não deve estar presente nos quilombos apenas para romper com o analfabetismo, por exemplo, mas como um processo de luta permanente, que inclui também a territorialidade e o direito de permanecer nas terras onde os saberes ancestrais, as tecnologias de agricultura, mineração, arquitetura e diversos modos de sobrevivência foram e são constituídos. Nunes (2016) corrobora com tal assertiva quando destaca o fato de que a

[...] forma peculiar com que as populações quilombolas vêm garantindo há centenas de anos sua permanência em seu território, revela que a educação é um dado quase inerente ao mesmo e que a escola que irá se somar a esta dimensão educativa preexistente, não pode ser outra senão àquela que se propõe ao diálogo-diferente do consenso-com este território.(p. 118).

É nesse sentido que a EEQ deve pautar suas práticas educativas, considerando que é a partir da dialogicidade entre o território quilombola e a educação escolarizada que as práticas educativas ocorrem e contribuem para fortalecer a permanência das populações quilombolas em suas terras. Afinal, a conquista da EEQ não é dissociada da luta pelo território, pois sua existência está condicionada a existência do território, sendo assim uma luta depende da outra e ambas passam pelo direito à terra:

O movimento quilombola ao reivindicar uma educação diferenciada para quilombos atrelada à reivindicação por regularização fundiária, construiu uma forma peculiar de se pensar arranjos educacionais que estejam arraigados ao chão em que se vive, na perspectiva de que as mudanças que o conhecimento produz, impliquem, acima de tudo, em possibilidades coletivas de um bem viver manifesto em toda a extensão da vida cotidiana. (NUNES, 2015, p. 110).

Ponderando a respeito desse diálogo, a EEQ, como modalidade da Educação Básica, surge a partir de amplo debate entre órgãos governamentais, movimentos sociais, Associações de Comunidade Quilombolas, estudantes e docentes, resultando então, em 2012, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, por meio da Resolução 08/2012, de acordo com o texto das DCNEEQ:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL, 2012, p. 42).

Diante do exposto, a EEQ possui caráter social bastante relevante, posto que possui dimensões políticas, identitárias, educacionais, históricas e libertadoras<sup>16</sup> de uma população cujas vivências são atravessadas pelo viés excludente da sociedade capitalista. Sendo assim, a EEQ se configura em uma soma de fatores que, comungados, viabilizam novas perspectivas de valorização étnico-racial e de pertencimento cultural e territorial da comunidade quilombola.

Nessa perspectiva, as orientações estabelecidas para a EEQ assinalam que ela deve considerar os saberes ancestrais, permitindo assim que os/as educando/as possam contar suas histórias a partir de seus pontos de vista, não sendo guiados apenas pelos modos já consolidados da história oficial, realizada na perspectiva do opressor, mas objetivando uma educação emancipatória. Freire (1992) aponta a impotência de um diálogo entre educador/a e educando/a que respeite o saber de “experiência feito”, isso é, falando com os/as estudantes a partir de suas vivências.

Conforme texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Raciais (DCNERR) e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira ressalta, há necessidade de registrar a história contada pela população negra

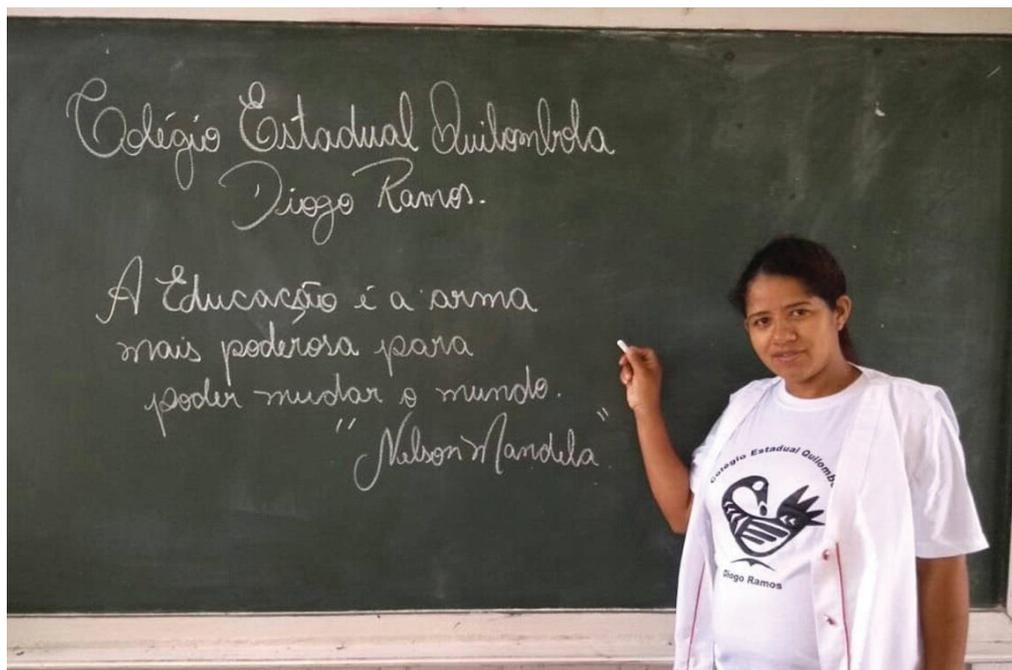
<sup>16</sup> Na obra *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1994) fala sobre a importância do indivíduo na luta por liberdade, não apenas no sentido de ter liberdade para comer, mas liberdade para criar e construir, para admirar-se e aventurar-se.

brasileira, tais como pelos quilombolas, comunidades e territórios negros urbanos e rurais. Entende-se que, partindo dessa premissa educativa, torna-se possível então a releitura da identidade de um/a quilombola, afinal, segundo Woodward (2005), a política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado.

Compreendendo a identidade quilombola apresentada nesse contexto, percebe-se que ela se torna também um fator importante da mobilização política que está configurada em uma trajetória de lutas constantes pelo direito à educação escolar, sendo assim, consideramos pertinente expor, nos subtítulos seguintes, alguns dos marcos legais dessa trajetória.

### 1.3 MARCOS LEGAIS SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM ÂMBITO NACIONAL E ESTADUAL

FIGURA 4 - PROFESSORA QUILOMBOLA



FONTE: Agência de Notícias do Paraná (2018).<sup>17</sup>

O histórico de luta pela EEQ tem um marco importante em novembro de 1995, ano em que ocorreu em Brasília a *Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida*. Tal ação é de iniciativa do Movimento Negro brasileiro como um

<sup>17</sup> Professora Cassiane Aparecida de Matos. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=99159&tit=Ser-professora-e-algo-que-me-completa-<> . Acesso em: 25 fev 2020.

ato de indignação e protesto contra as mazelas de exclusão social, racismo e discriminação racial contra o povo negro. Essa ocasião é marcada pelo primeiro Encontro Nacional de Articulação Quilombola. Nesse momento, a reivindicação por uma educação que respeitasse as especificidades dessas comunidades já estava presente, conforme texto do relatório oficial da referida marcha:

Educação: Reivindicamos que o Governo Federal implemente um programa de educação de 1 e 2 graus especialmente adaptado à realidade das comunidades negras rurais, com elaboração de material didático e a formação e aperfeiçoamento de professores. Extensão do programa que garante o salário base nacional de educação para professores leigos das comunidades negras. Implementação de cursos de alfabetização para adultos nas comunidades negras. (BRASÍLIA, 1996, p. 30).

Nessa primeira manifestação pública de reivindicação por educação específica para comunidades negras rurais, neste caso inclui-se as comunidades quilombolas, já está pautada a formação de professores. Porém, a concretização de ações efetivas para atender as solicitações, evidenciadas no texto acima citado, ocorre no poder público por meio da Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004, esta que Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Conforme texto base dessa resolução, o Parecer CNE/CP nº 003/04, há indicação da oferta de Educação Fundamental em áreas de remanescentes de quilombos, contando as escolas com professores e pessoal administrativo que se disponham a conhecer física e culturalmente a comunidade e a formar-se para trabalhar com suas especificidades (BRASIL, 2004), dialogando dessa forma com os anseios apresentados na reivindicação contida no relatório da Marcha de Zumbi.

Entretanto, o espaço de tempo decorrido entre a marcha e a efetivação das ações merecem ser enfatizados e questionados. Afinal, se as reivindicações estiveram em pauta no ano de 1995, anterior a LDB, por que somente em 2004 a educação para as comunidades quilombolas passou a ser considerada na legislação educacional brasileira? Tal delonga evidencia o descaso com as políticas voltadas à população quilombola. A efetivação dos direitos ganha força, também a partir das leis, e é nesse sentido que os movimentos quilombolas lutam pressionando o poder público no intuito de garantir uma legislação que atenda às demandas apresentadas.

Posteriormente à resolução supracitada, tem-se o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, apresentado em 2009 pelo Governo Federal, com vistas à promoção da

Lei 10.639/03, que orienta para uma educação que valorize as pluralidades raciais, reduzindo a desigualdade de acesso à educação que atinge a população negra, bem como as práticas racistas e discriminatórias que circundam os espaços formais da educação básica. Dessa forma, a instituição de uma orientação legal, que pautasse o reconhecimento das contribuições dos povos africanos na constituição da cultura nacional, está presente como possibilidade de ressignificação do espaço de educação formal para a população negra brasileira.

Dando continuidade ao lento processo de inclusão das pautas raciais e das comunidades quilombolas, em específico na legislação educacional, em 2010, por meio da Resolução 04/2010 do CNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica incluem a EEQ como uma de suas modalidades, caracterizando um avanço significativo para as lutas das comunidades quilombolas.

Após essa conquista legal respaldando a modalidade EEQ, e diante da constante mobilização quilombola, articulada ao Movimento Negro Brasileiro, a Educação Escolar Quilombola passa, enfim, a ser amparada pela Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação. O referido documento apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A base para esta normativa é encontrada no Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012, cuja relatoria é de Nilma Lino Gomes<sup>18</sup>. Esse documento aponta os caminhos percorridos no diálogo com as comunidades e detalha como a modalidade educacional deve ser estabelecida.

Mesmo que no Parecer nº 16 conste uma contextualização bem elaborada a respeito do funcionamento e da compreensão do que é uma Educação Escolar Quilombola, cabe suscitar fatores que são de grande relevância para esta discussão, pois uma escola que atende estudantes quilombolas é cercada por contextos diferentes de uma escola inserida em território quilombola. De tal delimitação há que se analisar que as formas de educação ofertadas nesses espaços tomam rumos diferentes. Afinal, entende-se que há possibilidade de a escola não estar inserida no território, e assim, o atendimento prestado aos/às estudantes fora de seus territórios implica outros processos identitários. Da mesma forma, o processo de docência quilombola desenvolvido por profissionais nesse contexto caminha por vivências distintas, pois

---

<sup>18</sup>Em 2 de outubro de 2015, foi nomeada pela Presidenta Dilma Rousseff para ocupar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que uniu as secretarias de Políticas para Mulheres, Igualdade Racial, Direitos Humanos

constitui-se uma identidade docente que não é atravessada pelas experiências advindas da convivência no/do território quilombola, mesmo que sua convivência com estudantes quilombolas seja cotidiana. Entretanto, essa análise, de forma mais aprofundada, caberia em outra investigação, que não no objetivo proposto para este estudo.

Tendo como base as definições dessa modalidade de educação, formulam-se orientações para as escolas que se enquadram em tal compreensão, estando estas sujeitas às normas estabelecidas nas DCNEEQ em nível nacional, devendo a EEQ atender aspectos como a organização; etapas e modalidade; nucleação e transporte escolar; projeto político pedagógico; currículo; formas de gestão; avaliação; formação inicial, continuada e profissionalização das professoras; ações colaborativas para sua efetivação e as competências dos sistemas de ensino no regime de colaboração próprios das comunidades quilombolas atendidas.

No entanto, alguns estados têm histórico de trabalho voltado para a EEQ anterior ao referido relatório, pois os estados de Pernambuco, São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Bahia são precursores em relação às orientações para a EEQ e compuseram um papel importante na elaboração das referidas diretrizes, visto as experiências de longo tempo na modalidade. Em destaque, nessa situação, a comunidade de Conceição das Crioulas em Pernambuco. O estado de Pernambuco<sup>19</sup> realizou, em 2006, o primeiro Seminário Estadual de Construção de Política Educacional Quilombola, e, a partir de seu histórico, demonstrou estar avançado em relação a essa demanda, pois foi o estado que produziu, nos anos de 2007 e 2008, a “Carta de Princípios da Educação Quilombola”. Esta que subsidiou a construção das DCNEEQ em 2012. A referida carta de princípios é resultado da reflexão da Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco sobre a educação escolar nos quilombos.

O documento produzido pela comissão pauta sistematicamente todos os ideais almejados em relação a uma educação diferenciada, visto que, desde 1995, o estado experiencia o desenvolvimento de uma educação voltada para as comunidades quilombolas no município de Salgueiro. Segundo Silva (2014, p.120):

Embora o Estado tenha colocado em discussão essa orientação em 2006, em Conceição das Crioulas, desde 1996 a comunidade já havia construído uma

---

<sup>19</sup> Estado de origem de uma das mais importantes lideranças quilombolas, a professora mestra Givânia Maria da Silva.

proposta específica e diferenciada nas escolas da comunidade. Com sua prática e com a construção do seu projeto político pedagógico, Conceição das Crioulas é referência nacional no processo que fundamentou a necessidade de uma educação específica para os quilombolas nacionalmente [...].

O trecho acima revela que o pioneirismo do estado em relação à EEQ está centrado na ação municipal, pois foi em Salgueiro que as ações de educação diferenciada para o contexto quilombola iniciou. Sendo importante destacar nessa situação, o caráter emancipatório deste fazer pedagógico que não é instituído pela ação do estado, mas sim das professoras quilombolas que perceberam o potencial que a prática pedagógica pensada a partir do território possui.

Ainda faz parte da política do estado o Plano Pernambuco Quilombola (2016) que, no triênio 2016/2019, objetivava reduzir as desigualdades raciais, dando destaque à população quilombola, nos âmbitos rural e urbano, por meio da elaboração de propostas e da adoção de ações associadas às políticas universais.

No estado de São Paulo, estão em funcionamento 26 escolas quilombolas, das quais 24 fazem parte dos sistemas municipais e duas são vinculadas à rede estadual. São elas: Escola Estadual Cangume, no município de Itaóca, e Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, em Eldorado. A segunda é resultado de articulação conjunta que uniu cinco comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (André Lopes, Ivaporunduva, Nhunguara, São Pedro e Sapatu). Por meio dessa articulação, conseguiram a construção da primeira escola quilombola do estado de São Paulo, criada em 2005 e que, atualmente, oferece o Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos. Analisando a quantidade de escolas quilombolas presentes no estado de São Paulo, percebe-se que as comunidades quilombolas articulam movimentos de lutas que reivindicam a presença da EEQ em suas comunidades.

Também em processo anterior às diretrizes nacionais, o estado de Mato Grosso instituiu, em 2010, as Orientações Curriculares para as Diversidades Educacionais, e nesse documento publica orientações para a Educação Escolar Quilombola, reconhecendo as reivindicações das comunidades quilombolas do estado por direitos sociais, dentre eles a educação. Conforme texto das orientações, é papel da escola propiciar valorização da identidade quilombola por meio do currículo e dos espaços pedagógicos, permitindo aos estudantes reconhecer a história dos quilombos, garantindo ainda a valorização dos saberes e conhecimentos quilombolas como formas de afirmação da identidade quilombola e nacional (2010, p. 144).

O estado do Paraná também tem uma trajetória importante nas reflexões e na constituição de políticas que constituem o campo da EEQ e da EQ. No Paraná, um dos movimentos de destaque pela reivindicação da Educação Escolar Quilombola acontece no I Encontro de Educadores/as Negros/as, que ocorreu no ano de 2004, durante o governo de Roberto Requião. Momento no qual a situação da Comunidade Quilombola Paiol de Telha, de Guarapuava, ganha força no debate pelo direito à terra, assim como é problematizada a situação da população negra no estado, questionando-se a afirmação corrente de que não havia comunidades quilombolas nessa região do país, pois, conforme Leite (2008) evidencia, a colonização da região Sul atendeu aos interesses das elites intelectuais e políticas de trazer para essa região pessoas brancas, provenientes de países europeus, na tentativa de constituir um espaço territorial considerado por essas elites como lugar “mais desenvolvido”.

Na perspectiva de colonização do “Novo Mundo”, sobretudo nas regiões submetidas a um processo de colonização denominada pelos historiadores de colônias de exploração, desenvolveram-se sociedades profundamente desiguais, tanto na perspectiva da inclusão socioeconômica quanto no aspecto da participação política. Essas características estão presentes até hoje na sociedade brasileira. Dessa forma, a população negra é empurrada para a marginalidade na sociedade, negando-se então a existência de comunidades quilombolas no Paraná. Sobre essa afirmativa o livro Paraná Negro aponta que:

O Estado, por muitos anos, foi apresentado como um local de descendentes de europeus, com uma pequena parcela de orientais e outra, menor ainda, de indígenas; a invisibilidade negra era sentida e vivida. Depois do censo de 1988, com o recorte étnico-racial na metodologia do IBGE, descobriu-se que o Paraná é o Estado mais negro da região Sul do País. (PARANÁ, 2008, p. 15).

O debate iniciado no Encontro de Educadores/as Negros/as e as constantes manifestações organizadas pelos movimentos quilombolas do Paraná, em conjunto com as comunidades do lado Paulista do Vale do Ribeira, as quais já se mostravam avançadas nas discussões de reconhecimentos dos territórios, impulsiona a Secretaria de Estado de Educação, sob chefia de Maurício Requião de Melo e Silva, a criar o Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Esse GT, que era composto majoritariamente por professoras negras, tinha por finalidade realizar um diagnóstico apurando o número de comunidades quilombolas e suas características socioeconômicas, culturais e educacionais. Depois de realizar o mapeamento de todas as comunidades tradicionais negras e quilombolas existentes no estado, o GT finaliza suas atividades no ano 2010,

disponibilizando à população um vasto acervo de relatórios sobre as pesquisas por ele desenvolvidas<sup>20</sup>.

Após o estado do Paraná passar por todo o processo de conhecimento a respeito das comunidades quilombolas, no ano de 2009 inicia a oferta de Educação Escolar em dois territórios: João Surá e Adelaide Maria da Trindade Batista. Projetando em conjunto com as comunidades a Proposta Pedagógica Experimental, a qual contou ainda com assessoria de Georgina Helena Lima Nunes, Maria Clareth Reis, Giselle Moura Shnorr e Lauro Cornélio, especialistas na área e comprometidas com a EEQ. A referida proposta subsidia a autorização para funcionamento do Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos nas escolas quilombolas estaduais e foi aprovada no ano de 2010, por meio do parecer nº 194 do Conselho Estadual de Educação/ Câmara de Educação Básica. Este parecer é um marco legal importante para situar o estado entre os pioneiros na oferta da modalidade.

Diante de tais considerações, compreendemos que os passos na luta das comunidades quilombolas, demarcadas pelos importantes acontecimentos de 1995, pautam as necessidades de uma educação diferenciada para os/as estudantes quilombolas. Esses passos demarcam um árduo caminho na efetivação de políticas públicas. É a ação organizada das comunidades quilombolas que resulta em atividades educacionais voltadas para a EEQ, operacionalizadas por Diretrizes Curriculares Nacionais específicas, que atendem a todo o território nacional. Diante disso, compreender como se constitui a docência para a Educação Escolar Quilombola na comunidade de João Surá é uma significativa contribuição, tendo em vista que no estado há um projeto educacional na perspectiva quilombola com trajetória singular.

É possível pensarmos as ações formativas como determinantes para corroborar com um sistema educacional envolvido e preocupado com a qualidade de ensino disponibilizado à população, visto que a formação continuada para docentes deve estar correlacionada aos interesses da comunidade atendida, considerando então as singularidades que condizem com as modalidades que a Educação Básica abrange. Nesse sentido, o processo necessita ser contextualizado no ambiente de trabalho - no caso as instituições educacionais - contribuindo no desenvolvimento dos profissionais por meio de experiências institucionalizadas ou não, e ressignificar o fazer docente (SILVA, 2016).

---

<sup>20</sup> O acervo pode ser acessado por meio do *link*: [www.gtclouvismoura.pr.gov.br](http://www.gtclouvismoura.pr.gov.br).

Sendo assim, acreditamos que a formação e profissionalização da docente relaciona-se com o ambiente educativo em diferentes perspectivas, e os processos formativos contínuos auxiliam a responder e dar o suporte necessário para constantes reflexões que se expressam nas práticas de ensino e aprendizagem pertinentes a grupos sociais e modalidades educacionais específicos. Conforme Freire (1996, p.51) questiona e responde:

Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos?" A formação dos professores e das professoras devia insistir na constituição deste saber necessário e que me faz certo desta coisa óbvia, que é a importância inegável que tem sobre nós o contorno ecológico, social e econômico em que vivemos.

Partindo desse pressuposto, direcionamo-nos primeiramente para compreender as normatizações que orientam a Educação Escolar Quilombola e suas especificidades, pois sabemos que elas são o resultado da luta organizada dos quilombolas para garantir uma educação a partir de suas próprias questões. Os quilombolas defendem uma educação pensada para os seus territórios a partir de suas vivências, costumes religiosos, culinários, educativos e organizativos. Nesse sentido, desenvolver práticas pedagógicas na EEQ demanda compreender também o processo de luta pelo qual as comunidades quilombolas passam para efetivar o direito ao território e à educação. Essa modalidade educacional está respaldada em diretriz específica no Brasil, desde 2012, e foi promulgada pela então Presidenta da República Dilma Rousseff, tendo como Ministro da Educação Aloísio Mercadante.

A resolução 08/2012 é decorrente de intensos debates envolvendo as populações quilombolas, conforme informações que constam no Parecer do Conselho Nacional de Educação Nº 16/2012, redigido pela professora Nilma Lino Gomes. Durante o ano de 2011, a Câmara de Educação Básica (CEB) realizou três audiências públicas<sup>21</sup>: a primeira em Itapecuru-Mirim, no Maranhão; a segunda em Cidade de São Francisco do Conde, Bahia; e a terceira em Brasília, Distrito Federal, com o intuito de subsidiar a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. A participação de representantes de comunidades quilombolas foi crucial.

---

<sup>21</sup> A realização das audiências contou com parceria do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD), Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), Fundação Cultural Palmares, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Governos de Estados, Prefeituras Municipais locais e alguns Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) e principalmente a participação efetiva de representantes quilombolas indicados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) estes atuaram como assessores especiais junto à Câmara de Educação Básica.

Além disso, estiveram presentes: gestores, docentes, estudantes, movimentos sociais, fóruns estaduais e municipais de educação e diversidade étnico-racial e pesquisadores/as, todos/as envolvidos/as em amplo debate entre as organizações e entidades supracitadas, na Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2010, e das audiências públicas realizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

A luta por direito à educação e à escola sempre foi prioridade nas pautas do movimento quilombola, aliada ao reconhecimento da identidade quilombola, pelo direito à memória e pela vivência de suas culturas em seus territórios. Havia (e há) uma dura crítica desses movimentos, principalmente, aos modos como a educação formal chegava às comunidades (alguns casos ainda chegam), desconsiderando seus modos de vida e seus conhecimentos. A educação escolar realizada nas comunidades quilombolas sem as DCNEEQ orienta-se por uma perspectiva eurocêntrica e urbana. Com a aprovação dessa normativa, o direito a uma Educação Escolar Quilombola, que fora negado durante muito tempo, passa a ganhar força e status de lei.

## CAPÍTULO 2

### 2 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JOÃO SURÁ E A LUTA PELA EDUCAÇÃO

FIGURA 5 - CASA DA MEMÓRIA DO QUILOMBO DE JOÃO SURÁ



FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS>

#### 2.1 A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO QUILOMBO JOÃO SURÁ

As ações do Grupo de Trabalho Clovis Moura, mencionadas no item anterior, demarcam a temporalidade em que o estado do Paraná esteve engajado, com mais vigor, na luta pela EEQ e trabalhou juntamente com as comunidades quilombolas. Embora o reconhecimento da atuação do GT seja um marco na história da EEQ no estado, ele é resultado das lutas das comunidades quilombolas para garantir o direito ao território e o acesso à educação escolar.

A história da comunidade quilombola de João Surá na reivindicação por acesso à educação caminha junto a sua história na luta pela liberdade, pois uma existe em função da outra, visto que a educação quilombola permite a (re) existência da comunidade, que há pelo menos 213 anos constitui uma forma de resistência à opressão.

De acordo com relatório do GTCM (2010), foram os/as negros/as escravizados/as no garimpo de Santo Antônio, em Apiaí, no estado de São Paulo, que, ao abrirem caminho pelas matas às margens do Rio Ribeira de Iguape para libertarem-se do regime escravocrata ao qual eram submetidos, deram origem aos quilombos do Vale do Ribeira, dentre eles o João Surá. A referida comunidade está situada no

município de Adrianópolis, estado do Paraná. A distância entre o quilombo e a sede do município é de aproximadamente 60 km, em estrada de chão margeada pelo Rio Ribeira e também pelo Rio Pardo. Para apresentar a comunidade, utilizamos a produção de um poema que os estudantes do 7º ano: Adriana Gonçalves Pereira e Franklin Lima do Nascimento escreveram em uma atividade da disciplina de Língua Portuguesa, no ano de 2017, cujo intuito foi de usar o gênero lírico para contar sobre moradores e elementos que fazem parte da identidade do quilombo:

*QUILOMBO JOÃO SURÁ*

*Existe um lugar que se chama João Surá  
Ele é bom de se morar  
Aqui tem pessoas importantes que nós vamos lhe apresentar*

*Se da história do quilombo  
Você quer perguntar  
Na casa do Seu Silvestre, resposta irá encontrar*

*Mas se sua curiosidade é sobre a cultura local  
A casa de Dona Joana é o lugar ideal  
Por meio de cantigas e muita alegria  
Ela irá contar histórias e até declamar poesia!*

*Se o assunto é religião  
Seu Zé Cordeiro é o indicado para essa missão  
Romaria de São Gonçalo, Recomendação das Almas e procissão  
São assuntos que ele fala com sabedoria do fundo do coração*

*Se você quer saber sobre artesanatos quilombolas  
Aqui temos muitos oficinairos que vêm até nossa escola  
Lili ensinou a usar a taboa para fazer esteira  
Dona Joana ensinou a fazer petecas para animar a brincadeira*

*Se você quer aprender a fazer peneira ou apá  
Também temos pessoas que podem lhe ensinar  
Aparecida, Antônio, Aparecido e Paulico  
São os metres nesse serviço*

*Seu Paulico e d. Adelaide também sabem fazer o tipiti  
Utensílio que é muito utilizado nas casas de farinha daqui*

*O cóvo é outra tecnologia local  
Feito para caçarmos peixe de maneira artesanal  
E para fazer o Pilão, nosso símbolo de resistência  
Seu Vitor é a preferência!*

*As receitas de bijú, apressada e pão de ló  
Estão vivas na memória das mulheres quilombolas  
Lúcia, Clarinda, Joana, Delfina, Aparecidas, Anas, Marias e Santinas...*

*Da farinha de milho fazemos o tradicional pastel  
Esse você encomenda direto com a d. Izabel  
Já a arte de fabricar vinho de jabuticaba  
É com a família Baitacada*

*O que lhes apresentamos foi um pouco da nossa cultura e história  
Isso tudo e muito mais se aprende aqui com essas e muitas outras  
pessoas...Em nossa escola que é quilombola!*

O poema escrito pelos estudantes demonstra elementos que também fazem parte da cultura indígena, a exemplo da esteira, cóvo, tipiti e peneira. Isso deve-se ao processo histórico que permeia os quilombos, pois os/as negros/as aquilombados uniram-se aos indígenas que já habitavam as matas do Vale do Ribeira. Dessa junção, nasce uma cultura diferenciada que se alimenta de duas culturas e dá forma a uma identidade própria da comunidade quilombola de João Surá.

Como fica perceptível na letra do poema, a valorização do território e das pessoas está presente nas ações pedagógicas que ocorrem no colégio, que leva o nome do professor que inicia a educação escolar na comunidade. Não se tem registro preciso acerca das características físicas e detalhes sobre sua vida no quilombo, no entanto, contam os descendentes de Diogo Ramos que ele era um morador da comunidade que teve a oportunidade de ir estudar na França. Ao retornar da Europa para o Brasil, ele permanece no quilombo trabalhando como professor. No Projeto Político Pedagógico do colégio consta o relato de dona Joana de Andrade<sup>22</sup> a respeito da história desse professor:

O meu bisavô era o Diogo Ramos... Ele foi o primeiro professor aqui... Quem sabia bem a história dele era a Dita Freitas, mas ele ensinava nesta mesa que eu guardei... Todo mundo ficava sentado em volta dele e todo mundo escrevia na folha do palmito Jussara, escrevia com um pauzinho fino e passado um tempo a letrinha aparecia... A Dita Freitas contava que ele, o Diogo Ramos era filho de uma mulher escrava em São Paulo, mas ele foi mandado para estudar na França. Ele foi pra França e depois que ele voltou, ele não ficou na cidade, ele veio ensinar o povo a ler. (PARANÁ, 2016, p.10).

Ele foi o primeiro professor do qual se tem registros oficiais na atuação docente do território quilombola investigado.

---

<sup>22</sup> Dona Joana de Andrade faleceu em 27 de abril de 2018. O dia foi declarado como dia do ancião/ã na comunidade.

FIGURA 6 - REFERÊNCIA AO PROFESSOR DIOGO RAMOS NO RELATÓRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ

Instrução Pública do Paraná  
Município de BOCAJUVY

Localidades	Professores	Catego- ria	Funcionou logo e como?	Até quando	Alunos matriculados durante o ano			Aprovações			Reprovações			Média de nota de 1º a 4º	Porcentagem alfabetizada	Visita do inspector tec. ped.	Observa		
					1ª	2ª	3ª	Tot.	1ª	2ª	3ª	Tot.	1ª					2ª	3ª
LAPINHA	Djeir Borio	Prov.	5.1/2 n.		36	1	1	38	-	2	1	-	3	21	-	1	22	13	
SALTO DO SUMIDOURO	Magdalena Rosa Poelli	Eff. la	Sim.		24	4	1	33	-	5	3	-	8	16	1	1	18	7	
OLHO D'ÁGUA	Pedrina Silva	Prov.	Sim.		19	6	-	25	-	6	6	-	12	11	-	-	11	2	
POVOADO DO SALTO	Antonio Martins Ruppel	Prov.	Sim.		34	-	-	34	16	4	-	-	4	14	-	-	14	-	
VILLA	Analia Voiga de Moura Leite	Eff. la	Sim.		25	10	11	46	16	-	-	-	10	5	4	19	11		
OURO FINO	Francisco Gabriel de Oliveira	Prov.	Sim.		22	7	-	29	-	8	2	-	10	9	-	-	9	10	
CABEÇA D'ANTIA	Jannuarina Bandeira Ribas	Prov.	1 n.		25	-	-	25	-	-	-	-	20	-	-	20	5		
CAMPINA DOS TAVARES	Dulalia Clara de Brito	Prov.	Sim.		20	10	-	30	5	3	3	-	6	12	-	-	12	7	
CERRO LINDO	Lucilia de Brito Castro	Prov.	Sim.		20	4	-	24	-	-	-	-	20	4	-	-	24	-	
PEDRA PRETA	Maria Theodora Santos	Prov.	8 n.		33	14	-	47	7	23	7	-	30	4	-	-	4	6	
ANTA GORDA	Manoel Eydio	Prov.	Sim.		28	7	-	35	5	3	-	-	3	11	-	-	11	16	
GUARACUY	Magdalena Mendes Ramos	S. E.	Junio		15	5	3	23											
JOÃO SURÁ	Diogo Mendes Ramos	Prov.	Maio		11	6	2	19											
CABEÇA D'ANTIA	Sylvania Hippel de Mattos	Prov.	Revo.		20	2	-	22											
CACHOEIRINHA	Abilia Lemo	Prov.	Maio		15	1	1	17											
BOM JESUS	Alvaro Simeão Andrade	Prov.	Maio		8	5	4	17											
VILLA	Julietta Renaud Marcondes	Eff. la	Maio		19	-	-	19											
					378	82	23	483	49	54	28	-	76	148	10	-	6	164	77
								38											
								28											
								30											
								570											

FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS>.

A foto, acima destacada, foi publicada na página do colégio no facebook em 19 de outubro de 2016. A legenda da foto descreve que trata-se das páginas 50 e 51 do relatório de Instrução Pública do Paraná. Nessas páginas está registrado que, em 1929, Diogo Mendes Ramos ensinava 19 educandos/as em João Surá e que, além dele, Magdalena Mendes Ramos ensinava outros 23 estudantes no Guaracuy. Conforme texto transcrito: “Segundo o documento, o professor Diogo Ramos tinha contrato provisório, enquanto Magdalena consta como Subvencionada pelo Estado. Um documento histórico para guardarmos e trabalharmos em nossa escola”.

Conforme narrado no poema, dona Joana de Andrade foi uma das pessoas que contribuiu de forma imprescindível no registro das histórias do quilombo, foi ela quem relatou as estratégias que Diogo Ramos utilizava para superar a falta de material escolar e, dessa forma, colaborou para compor a narrativa que tece a história da Comunidade. João Surá. Com orgulho, Joana contava que a mesa de madeira utilizada por Diogo Ramos ainda era guardada pela família, como um símbolo que demonstra que a educação escolar sempre foi valorizada pela comunidade. É a partir dessas

histórias que o colégio consegue levantar informações e documentos importantes como o revelado na foto que trouxemos. Além dessas histórias apresentadas, muitas outras são captadas por outras pesquisas, a exemplo da tese de Komarcheski (2019), na qual são destacadas narrativas que constroem um fio condutor que permite compreender momentos históricos vivenciados por diferentes perspectivas quilombolas, que culminam em uma história sobre o quilombo de João Surá.

Durante muito tempo o acesso às séries iniciais da educação básica ocorria em salas de aula multisseriadas no quilombo, com um professor ou professora que era responsável por ensinar estudantes do 1º ao 4º ano, e que, além da função docente, desempenhava ainda a tarefa de merendeiro/a e zelador/a da escola.

Depois de concluídas as séries iniciais, os estudantes não tinham mais a possibilidade de continuar os estudos no território. Sendo assim, passavam a desafiar os limites que lhes eram impostos, percorrendo longas distâncias a pé para então utilizar transporte escolar, com o qual seguiam, sem qualquer forma de segurança, até os colégios estaduais mais próximos (cerca de 30 km) para dar sequência aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Na narrativa autobiográfica de Cassiane Matos, que vivenciou a realidade de seus familiares para conseguir concluir o ensino fundamental e ensino médio, é possível perceber a importância desse processo de luta por educação.

Passei parte da minha infância e adolescência fora da comunidade, devido ao trabalho do meu pai na Plumbum. Lá moramos por quase 10 anos, tive a oportunidade de estudar da educação infantil ao ensino fundamental próximo de casa, diferente dos meus parentes que moravam em João Surá, que tinham apenas a opção da escola multisseriada da 1ª a 4ª série na comunidade, já os anos finais e o ensino médio ficava a aproximadamente 30 km, o qual só foi acessado em 1994 devido à coragem de alguns jovens que se propuseram a se arriscar e caminhar até o transporte escolar (ônibus), no bairro Praia do Peixe. Foram aproximadamente 15 km a pé todos os dias letivos, no período de 2 anos. E a partir de 1996 foi disponibilizado um transporte/toyota para levar os alunos até o ônibus escolar, nesse ano minha família retornou para a comunidade, eu tinha 14 anos e estava cursando a 8ª série nesta época. (CASSIANE MATOS, 2019).

A realidade descrita por Cassiane se repetiu até o ano de 2009, ano em que a reivindicação de uma mãe, que foi a voz de toda a comunidade, enfim foi respondida pelo poder público. Segundo relatos do GTCM (2010), em audiência pública na comunidade quilombola de João Surá, ocorrida em 2006, com participação do representante do governo do estado do Paraná, Maurício Melo Requião, então

secretário da educação, uma mãe levanta-se e relata ao secretário a situação que seu filho enfrentava para estudar, assim como todos os demais jovens da comunidade.

Segundo ela, seu filho estudava a noite e saía de casa às 15:00 para pegar o transporte escolar. Sua aula se encerrava às 23:00 e ele chegava em casa a 1 h da madrugada. Quando chovia, ele chegava depois das 4:00 da manhã. Isso quando chegava!. Neste momento o secretário perguntou: „Então seu filho já é um homem não é? „ E a mãe respondeu: „Não, o meu filho é um menino de 13 anos“. Ela falou da saga desse menino, e a partir de então, a disposição política do estado, que vinha se concentrando no levantamento das comunidades, se intensificou na área da educação." (CRUZ, 2012, p.84).

Após ouvir o relato dessa mãe, a promessa de construir uma escola na comunidade foi feita pelo representante do governo. Devendo ser salientado nessa ocasião que havia uma abertura de janela política (CRUZ, 2012), na qual representantes federais e estaduais firmaram o compromisso diante de um contexto de campanha eleitoral. A partir do ano de 2006, os sonhos renovaram-se, e a comunidade passa a contar com a possibilidade de ter escola em seu território. Dona Santina Fogaça de Cristo, atual presidente da Associação de Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá, foi a mãe que ergueu essa voz, em depoimento cedido por ela durante o desenvolvimento dessa pesquisa, ela relembra e nos conta sobre o dia de sua reivindicação.

Eu me sinto emocionada até [...] Era pra ser, porque tinha tanta gente, eu fui lá falar com o secretário, a Cintia (filha) era pequena e tava comigo, e de repente os dois (filhos) apareceram lá [...] então apresentei os dois pra ele... Pensar que aquelas três palavrinhas deu algum resultado. Porque foi assim, eu achei até que ele nem ia dar atenção, eu comecei a falar e logo chegou outras pessoas e ele (o secretário) virou e disse que ia resolver isso. Ele comentou na reunião lá né...que tinha se emocionado com uma mãe que tinha apresentado seus três filhos pra ele... que saía 3h de casa e retornava no outro dia, né...só que daí ele prometeu pra mim. Ele bateu no meu ombro e falou assim: Pode deixar que nós vamos fazer uma sala de aula aqui. Isso foi o que ele respondeu. (SANTINA FOGAÇA, 2020).

Conforme registrado por Cruz (2011), a ação dessa mãe colocou em pauta a educação nos demais quilombos do estado, sobre isso ela relata o seguinte:

Eu não imaginava que ia tocar na consciência do governo, não só aqui na nossa comunidade, mas nas outras também, né [...] Quando eu cobrava, falava, reclamava da situação das crianças, eu não levei só problema dos meus filhos, eu falei: “problema de um é problema de todos, não só dos meus filhos, mas de todas as crianças” [...] Foi o que eu falei. Quando eu falava de educação eu falava de todos. (SANTINA FOGAÇA, 2020).

A fala de dona Santina exemplifica o protagonismo negro com grande ênfase nas lideranças femininas, que, segundo Georgina Helena de Lima Nunes (2015), são

as lideranças que se colocam à frente da decisão de devires políticos, sociais e econômicos em suas comunidades.

Dona Santina Fogaça tem um filho matriculado no colégio e, ao refletir sobre a situação que seus outros filhos vivenciaram para estudar depois da construção do C.E.Q. Diogo Ramos, ela relata:

Pelo que eu sinto assim...melhorou. Hoje graças a Deus eu não tenho aquela preocupação mais que eu tinha antes. Tem a escola aí, eu sei que eles tão estudando perto de casa, que eles aproveitam todo o tempo que é normal, de segunda a sexta. Também a gente conseguiu transporte através de tanta luta, né. Deu trabalho, mas foi conseguido. Hoje eu me sinto mais tranquila, né. Porque eu sei onde tão estudando, pode tá chovendo a gente sabe que eles tão seguros, não tão correndo aquele risco como os primeiros corriam antigamente. Porque quando eles estudavam longe, chovia a gente ficava preocupada, porque sabia que eles tavam vindo a pé embora pra casa e hoje eu me sinto bem mais tranquila. Mas a gente não para por aqui, não pode parar por aqui, tem que seguir a luta, porque se parar pode correr o risco de voltar lá atrás de novo. Eu não desisto, tem que seguir em frente. Hoje facilitou bastante, eles têm mais chance, não tem aquela dificuldade de chegar cansado na escola, ter que chegar lá e ter que já começar o trabalho com o cansaço de tá caminhando. No meu ponto de vista melhorou bastante. Dá muita oportunidade para os jovens, adultos também [...] Eu não pude estudar na época porque tinha as crianças pequenas, hoje tenho minha mãe pra cuidar [...] Pra mim não tem como ir aprender mais um pouco. Eu até sonho que tô estudando, mas tá dando trabalho pra conseguir. (SANTINA FOGAÇA, 2020).

A realidade vivenciada por dona Santina hoje é bastante diferente daquela que relatou ao secretário de educação há quatorze anos, porém a preocupação em manter a luta ainda é uma constante. Santina finaliza sua fala mencionando as oportunidades que os jovens e adultos passaram a ter. Quando ela diz que não pôde estudar na época, se refere a turma de Educação para Jovens e Adultos (EJA), que teve início em agosto de 2010, finalizando a primeira turma em agosto de 2013, quando um total de dez estudantes de variada faixa etária retornou à sala de aula para concluir as séries finais do ensino fundamental.

A iniciativa para formar uma turma na modalidade EJA parte da então diretora Sofia Rodrigues Coelho Dias, que conforme relatado na época, devido a impedimentos burocráticos, não pôde abrir a turma pelo colégio, porém ela buscou uma parceria com o Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA) Ulysses Guimarães, colégio da rede estadual destinado à modalidade EJA, no município de Colombo, que dispunha da possibilidade de abrir a sala como uma Ação Pedagógica Descentralizada (APED), mediante autorização do Núcleo Regional de Educação. Em agosto de 2010, iniciam as atividades da APED Quilombola. Clarinda de Andrade

Matos é concluinte da primeira turma. Sobre a experiência de voltar à sala de aula para estudar, enquanto adulta, ela relata o seguinte:

Pra mim foi bom, foi um tempo bem marcante na minha vida. A gente lembrava do passado da gente, conversava na sala de aula, era divertido encontrar aquele pessoal ali... compadre Zé, compadre Deolindo. Eu, compadre Zé, Benedito, compadre Deolindo, a Néia com o Daniel, nós que mais conversava na sala... conversava bastante. Contava história bastante, contava história de lobisomem, história de bruxa, de um monte de coisa...era divertido aquela vez. Fiquei com vontade estudar mais. Pra mim e pros outros foi a mesma coisa também... foi uma experiência boa [...] Tenho saudade dos estudos. (CLARINDA MATOS, 2020).

A presença da comunidade e de elementos da cultura local em sala de aula marca a experiência vivida pela estudante. Há uma construção de educação humanizada nessa situação de aprendizagem, em que o diálogo entre os pares e a liberdade para expressar o conhecimento individual constroem um espaço de aprendizagem acolhedor que permite sentir saudade do bom tempo vivido. A modalidade EJA funciona ainda nos dias atuais como uma APED do CEEBJA Ulysses Guimarães.

A oferta do ciclo 1 do Ensino Fundamental (E.F) é mantida na comunidade e acontece na Escola Rural Municipal João Surá, que atende da Educação Infantil (Pré-Escola) aos anos iniciais do E.F., sendo responsabilidade do município de Adrianópolis.

As turmas ainda são multisseriadas. Há um agente educacional responsável pela limpeza, manutenção e merenda escolar e uma professora responsável pelas turmas- que não é quilombola de João Surá. A professora é oriunda de um território denominado como Comunidade Tradicional Negra - o Bairro dos Roque<sup>23</sup>. Como dito, a escola é mantida pela Prefeitura Municipal de Adrianópolis, diferente do C.E.Q. Diogo Ramos que é responsabilidade do estado do Paraná. Embora seja indicada no censo escolar como pertencente a território quilombola, ainda recebe o nome de “Escola Rural”. A nomenclatura instiga o questionamento do modelo de ensino e aprendizagem contemplados pela instituição, no entanto, é uma questão que não conseguiremos abranger nesta pesquisa, visto que não dispomos de autorização para investigar o funcionamento da escola que está na esfera municipal, mas apontamos como um campo importante de investigação.

<sup>23</sup> Dados do Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Quilombolas2017/ADRIANOPOLIS.pdf>. Acesso em: 15 set. 2020.

FIGURA 7 - ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOÃO SURÁ



FONTE: Roselaine da Silva Rosa (2020).

Ao perseguir mais um pouco a história da educação escolar no quilombo de João Surá, chega-se a oferta do nível superior. O curso de Licenciatura em Educação do Campo, com ênfase em Ciências da Natureza, é resultado do diálogo entre comunidade e Universidade Federal do Paraná. A proposta do curso surge atrelada à necessidade de formação de professoras para atuar nas escolas de campo a partir de um currículo e oferta diferenciada de graduação. A proposta do curso foi realizada pelo setor litoral da universidade, localizado em Matinhos, no Paraná. O Projeto Pedagógico do referido curso surge para atender ao edital de chamada pública nº 02, promovido pelo SESU/SECADI/SETEC<sup>24</sup>, em setembro de 2012, para a criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo na modalidade presencial, com a oferta inicial de 120 vagas.

Conforme texto do Projeto Político Pedagógico do curso, a ideia de ensino é baseada na proposta de Paulo Freire, visando o resgate do humano como sujeito de si e de sua própria educação. Aline Nunes dos Santos (2020) realizou um estudo de caso referente à licenciatura da UFPR e sinaliza que o objetivo do curso

[...] é contribuir com a formação de um educador que promova uma transformação da escola atual buscando, a partir das relações de trabalho, território e educação, formar sujeitos capazes de romper os processos capitalistas que ocorrem nos territórios camponeses. Ou seja, que assumam os

<sup>24</sup> Secretaria de Educação Superior/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/ Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

processos de luta para a construção de um novo modelo de sociedade vinculada às demandas sociais, políticas e econômicas do campo. (p.53).

Nesse contexto, pode-se perceber a educação a partir do ideal do curso, que “pressupõe como princípio a educação libertadora - progressista, pois os envolvidos nos cursos são sujeitos construtores da história e transformadores do mundo.” (PPC, 2012, p.6).

Em 2019, são concluintes do curso 31 acadêmicos, dos quais 9 são quilombolas de Joao Surá, os demais são de outras comunidades vizinhas e moradores do município de Adrianópolis que tiveram a oportunidade de ingressar e concluir um curso de graduação em universidade pública.

FIGURA 8 - FORMATURA DA TURMA PAULO FREIRE EM JOÃO SURÁ



FONTE: A autora (2019).

## 2.2 COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JOÃO SURÁ E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO ESTADO DO PARANÁ

FIGURA 9 - JOVENS QUILOMBOLAS ENVOLVIDOS NO TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR



FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS>.

A história da comunidade e sua luta por educação está diretamente ligada a uma perspectiva de educação escolar quilombola, mesmo havendo a possibilidade de não poder ser afirmada a existência de uma compreensão a respeito do que seria a modalidade específica, visto a novidade envolta à temática. Ainda assim, é possível entender que não era apenas por escola que essa comunidade lutava, e sim por uma educação que respondesse as suas singularidades. Dessa forma, nesse período houve atuação conjunta entre comunidade e o governo do estado do Paraná para elaborar a proposta de uma educação diferenciada para estudantes quilombolas de João Surá.

A relação da Comunidade Quilombola de João Surá com o governo do Paraná na construção da EEQ não estava restrita ao planejamento estrutural da escola, mas passava pela elaboração de material orientador para implementação da modalidade educacional. Sendo assim, foi elaborado o Caderno Temático Educação Escolar Quilombola “Pilões, Peneiras e Conhecimento Escolar”, organizado pela Secretaria de Estado de Educação, no ano de 2010, tendo como colaboradores o Dr. Cassius Marcelus Cruz e a Dra. Edimara Soares Gonçalves.

A produção do Caderno Temático foi uma iniciativa do Departamento da Diversidade, por meio do Núcleo de Educação das Relações Étnico-raciais e Afrodescendência (NEREA) da Secretaria de Estado de Educação, com o objetivo de

apontar princípios e orientações para organização e consolidação de práticas educativas que associem Escolarização, Educação das Relações Étnico-Raciais e Etnodesenvolvimento Sustentável e Solidário, observando os seguintes objetivos específicos:

- Propor ações de reconhecimento e superação das desigualdades sociais e étnico-raciais, a partir de demandas apresentadas pela Comunidade Remanescentes de Quilombo João Surá;
- Contribuir no processo de construção e fortalecimento das identidades étnicas existentes no estado do Paraná;
- Articular os saberes e as práticas escolares com princípios e objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (Decreto 6040/2007). (PARANÁ, 2010, p.86).

Considerando ainda outras orientações normatizadas pelo Caderno Temático para a EEQ no Paraná, tem-se que as escolas que ofertam Educação Fundamental nas comunidades quilombolas devem contar com professoras e pessoal administrativo que se disponham a conhecer física e culturalmente os espaços em que as escolas estejam inseridas, todas estas determinações são de suma importância para que a comunidade possa preparar e formar-se para trabalhar com suas especificidades na educação formal ofertada por meio da modalidade EEQ. Mesmo anterior à DCNEEQ, o caderno temático já apontava para um perfil de profissionais comprometidos com as especificidades das comunidades quilombolas.

### 2.3. O COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS: UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA EXPERIMENTAL PARA A EEQ NO ESTADO DO PARANÁ

O passo inicial para implementar a EEQ no estado partiu de estudo e trabalho de investigação realizado na Comunidade Quilombola de João Surá, fato que explica a citação da referida comunidade no texto dos objetivos do Caderno Temático. A comunidade fica localizada no município de Adrianópolis, e sedia o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, este que foi um projeto experimental de consolidação da EEQ no estado. No ano de 2019, o colégio contava com 29 matrículas, incluindo ensino médio e séries finais do ensino fundamental. O quadro docente era composto por nove professoras (2 homens e 7 mulheres) que atuam em regime disciplinar, um pedagogo e uma pedagoga, um secretário, uma merendeira, um agente de serviços gerais e um diretor. Toda essa rede é constituída a partir da decisão da comunidade que atribui as funções em conformidade com as orientações legais.

De acordo com Cruz (2012), a proposta do governo estadual de implementar uma escola quilombola em João Surá iniciou em 2006 e só foi aprovada em 2010, sob o parecer do Conselho Estadual de Educação /Câmara da Educação Básica nº 194/10, tendo um modelo arquitetônico padrão, conforme imagens abaixo:

FIGURA 10 - PROJETO PADRÃO DE ESCOLAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS



FONTE: (CRUZ, 2012, p.102).

FIGURA 11 - PROJETO PADRÃO PARA ESCOLAS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS- INTERIOR



FONTE: (CRUZ, 2012, p. 102).

Conforme já mencionado, as atividades escolares no C.E.Q. Diogo Ramos iniciaram em 2009, antes mesmo da aprovação, por meio do parecer supracitado, e o modelo da estrutura projetada, de acordo com as imagens, não foi construído de imediato, pois problemas, como a falta de terreno regularizado, foram impedimentos para o encaminhamento do projeto que previa salas de aula e alojamento para estudantes e professoras. Destaca-se mais uma vez a territorialidade como eixo central das demandas quilombolas.

Na busca de resolver o problema emergencial, foi construído o prédio provisório do C.E.Q. Diogo Ramos. Este iniciou com oferta de turmas de ensino fundamental 2 e ensino médio, atendendo a demanda de 50 matrículas. Duas salas de aula foram construídas em madeira, pois a proposta de educação que o estado planejou foi pensada para atender em formato de ciclos, desse modo duas salas seriam suficientes. Porém a organização foi concretizada no modelo de série/ano, assim as salas tiveram que ser adaptadas com uma divisão para conseguir as 4 salas de aula que deveriam atender de 5ª a 8ª série no período vespertino e as séries do Ensino Médio no período noturno. Não havia mais espaços, além das salas de aula construídas, para organizar uma biblioteca ou um laboratório de química ou informática. Conforme registro fotográfico abaixo, a estrutura em madeira é pequena e difere dos padrões das escolas estaduais paranaenses:

FIGURA 12 - COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS- CONSTRUÇÃO PROVISÓRIA



FONTE: Roselaine da Silva Rosa (2020).

Passados dez anos da organização em estrutura provisória do colégio, percebe-se que o projeto inicial não foi concretizado em sua totalidade. A estrutura definitiva foi replanejada, pois os alojamentos não estão no novo projeto que está em processo de construção desde o ano de 2014.

FIGURA 13 - PLACA INFORMATIVA SOBRE A OBRA DA NOVA UNIDADE ESCOLAR



FONTE: Arquivo pessoal (2016).

Considerando a precariedade da construção provisória (em madeira), no ano de 2018, a comunidade, em conjunto com a gestão da escola, decide ocupar o espaço

inconcluso do colégio para atender estudantes do 8º e 9º ano do E.F. no período da tarde, e 3ª série do E.M noturno. Em 2019, toda a estrutura organizacional passa definitivamente para a nova construção, ainda por terminar. A ação da escola e da comunidade demonstra os desafios e uma EEQ em constante disputa para efetivar a garantia plena de usufruir o direito de acesso à educação de qualidade. A imagem seguinte mostra como o colégio está funcionando na atualidade:

FIGURA 14- COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS – NOVO PRÉDIO



FONTE: Henrique Gabriel Oliveira Matos (2020).

A comunidade quilombola local teve ampla participação na elaboração do modelo de educação escolar que deveria ser implementada na instituição de ensino, sendo esse modelo um referencial para a elaboração das demais propostas pedagógicas para escolas inseridas em territórios quilombolas paranaenses, que inclui o Colégio Estadual Maria Joana Ferreira.

Segundo informações contidas no Caderno Temático para a EEQ, a primeira escola quilombola do estado foi a Escola Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira, no quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista, no ano de 2009, em Palmas, no Paraná. A concretização da oferta de educação formal no território quilombola de Palmas só foi possível devido à incessante luta das Comunidades Quilombolas Adelaide Maria da Trindade Batista e Castorina Maria da Conceição, além do engajamento da professora aposentada Maria Arlete Ferreira, líder da comunidade quilombola. Maria Arlete solicitou uma escola no território por meio de ofício, assinado por demais lideranças quilombolas e encaminhado ao Sr. Wagner Roberto do Amaral, então chefe do departamento das Diversidades da Secretaria do Estado da Educação. No ano de 2013, ao passar a ofertar o Ensino Médio, a escola é renomeada como Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira. As duas escolas são anteriores às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EEQ,

Não havendo uma diretriz curricular específica para a EEQ, no período em que as escolas estaduais foram inauguradas, o Caderno Temático citado embasou-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira (2004) e nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo- DCEC para instituir uma forma diferenciada de educação nas comunidades quilombolas sob o seguinte pressuposto:

[...] a Educação Quilombola no Paraná deve basear-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; nas Normas Complementares dessas diretrizes no Estado do Paraná (Deliberação 04/06 do Conselho Estadual de Educação - PR); nas Diretrizes Operacionais da Educação Básica do Campo e nas Diretrizes Curriculares da Educação do Campo no Estado do Paraná. (PARANÁ, 2010, p. 91).

As referidas diretrizes foram orientadoras do trabalho pedagógico e da organização escolar do Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. Ao uni-las como orientadoras para a oferta da EEQ no estado, são pensadas ações que estão imbricadas em um processo que visa o respeito aos sujeitos do campo que, conforme texto das DCEC (2006, p.9), “têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais.” Assim como, visa também a educação voltada para as relações étnico-raciais, esta que deve permear todas as modalidades da educação básica, mas que, no contexto da EEQ, possui valor ainda mais significativo, pois tem a missão de ser desenvolvida numa perspectiva de re-educação para as relações raciais, considerando a construção positiva da identidade negra de uma população, que, além do campesinato, está envolta num processo de autoidentificação com as raízes africanas e afro-brasileira a partir de um histórico específico. Ressaltando ainda que a luta quilombola por acesso à terra está diretamente ligada ao propósito da Educação do Campo, somando-se ao fato de que tal modalidade já estava em andamento no estado, possuindo 11 escolas itinerantes atendendo às comunidades do Movimento Sem Terra (2006, p.21).

Abarcando então as duas orientações e a realidade posta pela Comunidade de João Surá, contando com inúmeras dificuldades em relação ao transporte escolar, visto que o lugar é de difícil acesso, com estrada de terra a qual fica intransitável em períodos de chuva, dificultando a frequência de estudantes e professoras na estrutura improvisada em madeira, o colégio passou a funcionar de forma regular com ajuda da

comunidade. O início das atividades oficiais da escola carrega significados superiores ao fato de não haver mais a necessidade de locomoção de estudantes para outros colégios, com ele renasce esperanças de um futuro, antes tido como impossível, conforme trecho de narrativa autobiográfica da professora Carla Fernanda Galvão Pereira:

No ano de 2009, foi quando a comunidade conquistou uma escola estadual, com muitas lutas das mães das comunidades. A escola provisória foi construída e os professores vinham da cidade para dar aulas na comunidade. Foi muito bom, porque pela primeira vez achei que poderia realmente aprender alguma coisa, que o meu estudo era muito fraco, não era suficiente para entrar em uma faculdade no futuro, a sensação que tinha era que não conseguiria um diploma de uma faculdade, porque meus estudos não eram suficientes. Essa sensação sumiu no meu primeiro dia de aula na comunidade. (CARLA FERNANDA, 2019).

A professora Carla situa nesse trecho o reconhecimento de que a conquista da escola para o território foi luta das mães das comunidades. Podemos estabelecer uma relação dessa passagem com o que dona Santina Fogaça afirmou ao dizer que a escola não se constituía como uma luta apenas dela ou para os seus filhos, mas sim de todos e para todos. De acordo com Freire (1992, p. 30), os momentos que vivemos ou são instantes de um processo anteriormente iniciado ou inauguram um novo processo. Nesse sentido, cabe ler o registro da professora Carla Fernanda sobre o momento de início de seus estudos nessa escola como um princípio inaugurador, pois ela passa a vislumbrar possibilidades diferentes para sua vida a partir do primeiro dia de aula na comunidade, inaugurando então novas perspectivas relativas ao processo educacional por ela vivenciado. É importante ressaltar que tal vislumbre foi possível por haver uma Proposta Pedagógica diferenciada para a escola, de valorização dos sujeitos quilombolas. E, como já mencionado, pensada em/ para e com os/as quilombolas.

O Projeto Político Pedagógico da instituição passa por atualizações no momento desta pesquisa, mas é válido ressaltar que os princípios da Sustentabilidade; Agroecologia; Bem Viver; conceitos de trabalho na perspectiva da Educação do Campo; e Cultura, partindo do pertencimento étnico-racial e valorização do conhecimento da comunidade local, estão presentes na proposta, possibilitando uma articulação entre a escola e a comunidade. Para exemplificar a aplicabilidade de um desses conceitos na prática pedagógica, consideremos o bem viver, o qual compreende um modo de viver em que humanidade e natureza convivem de forma harmônica, baseado nas culturas dos povos ameríndios e na filosofia africana ubuntu, é uma filosofia que não pensa os modos de vida para acumulação de capital. O conceito

é desenvolvido nas disciplinas curriculares e, durante o ano de 2018, o tema foi trabalhado de maneira mais específica por meio do Projeto de Aprendizagem<sup>25</sup> “Lutas por direitos de bem viver”. Assim, estudantes e educadoras puderam apreender o significado do conceito que o bem viver evoca, percebendo-o nas ações da comunidade quilombola.

Dessa forma, é de suma relevância pensar na estrutura de um quadro docente que esteja articulado a tais perspectivas, visto que o perfil da professora quilombola é sinalizado na DCNEEQ e na resolução 5979/2012 do estado do Paraná. Ambos os documentos concordam com a seleção de professoras oriundas dos territórios quilombolas onde a escola está situada, bem como a necessidade de comprometimento que os profissionais devem ter com a modalidade EEQ. Porém, quando iniciada a atividade pedagógica no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, a preocupação em relação ao quadro docente da escola à referida orientação ainda não estava em vigor, o que gerou conflitos na implementação da Proposta Pedagógica Quilombola, conforme evidencia a constatação de Cruz (2012):

A composição do quadro docente foi outro fator relevante para desvirtuar a execução das ideias que compunham a proposta pedagógica. Alguns dos professores que assumiram docência na escola nunca haviam ido à comunidade e defendiam posições antagônicas aos interesses da comunidade, principalmente no que se refere ao projeto de construção de barragem que afetaria o município. Enquanto a comunidade se posicionava diante dos impactos que causaria na região, alguns professores apoiavam abertamente essa iniciativa. Os critérios e os procedimentos de seleção de professores deveriam então ser melhor definidos. (p.101).

A ausência de professoras oriundas do quilombo pode ser comprovada por meio da seguinte tabela, que contém registro do quadro docente no ano de 2009<sup>26</sup>:

TABELA 1- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2009.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Quilombola	Cor Autodeclarada
Antonio B. Dias	Ed. Física	Geografia/Ed . Física	Não	Sem registro
Jorge Straub	Química	Matemática/ Química/Física/Biologia	Não	Sem registro

<sup>25</sup> A partir de um tema gerador escolhido no início do ano, as professoras elaboram os Projetos de Aprendizagem a serem trabalhados nas séries/anos.

<sup>26</sup> As tabelas com levantamento do nome, formação e disciplina de atuação das professoras foram elaboradas com base em consulta nos dados de censos escolares realizados anualmente pela secretaria do colégio.

Juceli de A. Moura	Letras	Inglês/Português	Não	Sem registro
Luiz Camões da Rocha	Ciências Naturais/Matemática	Ciências/Biologia/Matemática	Não	Sem registro
Maria Sofia de Cristo	Estudos Sociais	História/Geografia/Filosofia/Sociologia/Ens. Religioso	Não	Sem registro
Vasti Junia Santos	Letras	Arte/Inglês/Português	Não	Sem registro
Total: 6				

FONTE: A autora (2020).

Durante o ano de 2009, a direção do colégio esteve sob a responsabilidade da professora Sofia Rodrigues Coelho Dias e o quadro docente, como é possível observar, não contava com nenhuma professora do território.

A partir dos dados encontrados, é possível constatar que havia um número pequeno de professoras, que acumulavam diversas disciplinas de atuação, mesmo fora de área de formação que dispunham.

TABELA 2- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2010.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Quilombola	Cor Autodeclarada
Antonio D. Batista	Ed. Física	Biologia/Ciências/Ed. Física	Não	Sem registro
Eduardo Kierski	Biologia/Matemática		Não	Sem registro
Jorge Straub	Química(A)	Biologia/Ciências/Química	Não	Sem registro
José Roberto	Letras	Inglês/Português		Sem registro
Jucéli de Andrade	Letras	Inglês/Português	Não	Sem registro
Keli Lima	Letras	Inglês/Português	Não	Sem registro
Lilian Fortes	Matemática	Física/Matemática	Não	Sem registro
Tereza	Letras	Inglês/Português	Não	Sem registro
Luana Moreira	Geografia	Geografia	Não	Branca
Maria Sofia	História	Ens. Religioso/História/Filosofia/Sociologia	Não	Sem registro
Rozane Santiago	Artes Visuais	Arte	Não	Sem registro
Tereza Fonseca	Letras	Espanhol/Inglês/Português		Branca
Vanessa Rocha	Letras	EJA	Não	Preta
Total: 13				

FONTE: A autora (2020).

No segundo ano de funcionamento do colégio, houve um aumento significativo no quadro docente, bem como a adequação quanto a formação e disciplina de atuação, no entanto, não há registro de professoras quilombolas.

Das professoras que compõem o quadro docente do ano de 2010, duas contribuem nessa pesquisa com suas narrativas autobiográficas. Sobre o momento em que iniciam a carreira docente na EEQ, Tereza Amaral relata que:

[...]No ano de 2010, através do Processo Seletivo Simplificado (PSS) fui contratada para trabalhar no quilombo João Surá, no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos.

Foi um desafio, começando minha carreira como professora, e numa escola quilombola experimental. O acesso até o colégio era por meio de um transporte que demorava cerca de 3 horas para chegar, as condições das estradas eram precárias, principalmente quando chovia.

No primeiro momento, fui aprendendo a trabalhar, pois era diferente de uma escola normal, mas os alunos são sujeitos educados, vêm de uma cultura que traz muito conhecimento de seus ancestrais e precisam preservar a cultura de seus antepassados. (TEREZA AMARAL, 2019).

Luana Moreira também teve seu início de carreira docente na comunidade, como se pode ler em sua narrativa:

Em 2010, iniciei dando aula na Escola Estadual Quilombola Diogo Ramos que está localizada dentro da comunidade quilombola João Surá no município de Adrianópolis/PR, no início por não conhecer muito a realidade e como trabalhar com os alunos da comunidade, trabalhava os conteúdos básicos das disciplinas como se trabalha em qualquer outra escola, mas aos poucos fui aprendendo e conhecendo a realidade do local e a minha forma de trabalhar foi se aperfeiçoando e mudando completamente de como entrei. Porque é outra realidade, uma cultura diferente, tendo o apoio da comunidade em ensinar os seus conhecimentos principalmente a valorização pelos seus ancestrais e pela terra. (LUANA MOREIRA, 2019).

Ao narrar suas histórias de vida em conjunto com suas experiências profissionais no quilombo, ambas as professoras deixam em evidência a estranheza em relação à educação escolar em território quilombola, incluindo nessa estranheza a dificuldade do acesso até a escola. No entanto, também é possível constatar o envolvimento que a comunidade dispõe com o trabalho pedagógico realizado no colégio e a percepção entre as professoras de que a diferença é um valor e tem de ser trabalhado em sala de aula. As professoras vão apontando como um processo de constituição de docência quilombola ocorre na medida em que se interage com o território, em uma situação de aquilombamento por elas vivenciada, e explicitam reconhecer uma distinção entre uma escola quilombola e uma escola não quilombola. A primeira explicita a distinção ao chamar esta escola diferente de uma escola “normal”

e reconhece nela singularidades advindas do pertencimento de seus sujeitos, quando diz que os alunos “vêm de uma cultura que traz muito conhecimento de seus ancestrais e precisam preservar a cultura de seus antepassados.”

De acordo com as apreensões feitas pelas professoras, compreendemos o significado de ensinar, referenciado por Freire (1992, p. 82) como um ato criador, um ato crítico e não mecânico, em que a curiosidade das professoras, a respeito dessa escola diferente, e o diálogo com a curiosidade de aprender desses sujeitos conferem vida a uma forma de educação num ato, evidentemente, criador.

Na voz da segunda professora, também é possível capturar que a diferença se encontra intrinsecamente relacionada ao lugar que se estabelece essa docência, pois há uma conexão direta entre o “como ensinar” e “a quem ensinar” em território quilombola. Ela nos conta que “No início, por não conhecer muito a realidade e como trabalhar com os alunos da comunidade, trabalhava os conteúdos básicos das disciplinas como se trabalha em qualquer outra escola [...]”, porém “[...] aos poucos fui aprendendo e conhecendo a realidade do local”.

Essa forma de aprender diz muito sobre como não se tem nos cursos de formação inicial uma discussão em relação à docência em comunidades específicas e, de fato, elas percebem que há modos próprios de organização do trabalho pedagógico em escolas quilombolas, sendo necessário apropriar-se dessas especificidades que têm como fonte de conhecimento, não as universidades, mas sim as próprias comunidades, tal como aparece em seu depoimento “[...] Porque é outra realidade, uma cultura diferente, **tendo o apoio da comunidade** em ensinar os seus conhecimentos principalmente a valorização pelos seus ancestrais e pela terra.” (grifo nosso).

A perspectiva apreendida pela professora, no exercício da docência na comunidade quilombola, vai ao encontro do que afirma Silva (2014, p.9). Para ela:

A busca por uma educação mais inclusiva na comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas e pela própria comunidade definida como educação diferenciada não é feita apenas por aqueles/as que estão diretamente ligados aos espaços escolares (salas de aulas, gestão escolar etc.) e sim por um conjunto maior de pessoas construindo, em um processo de participação ativa, o sentimento de pertença e de busca de autonomia, de liberdade e de mudança real no fazer da escola e com a escola. Esse fazer se ancora na participação da comunidade no processo educacional como um todo.

A experiência dessas professoras que não eram da comunidade e aprenderam no processo, em contato direto com as pessoas do quilombo, vai sendo modificada ao

longo dos anos com a maior inserção de professoras quilombolas, porém o quadro de 2011 revela que há reincidência de professoras atuando em disciplinas fora de suas áreas de formação, o que resultou na redução do número de docentes que passaram de 12 para 8 professoras. Os registros do censo do ano em análise informam que a direção do colégio estava sob responsabilidade do professor Eduardo Kierski, formado em matemática e parte do quadro próprio do magistério.

TABELA 3- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2011

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Quilombola	Cor Autodeclarada
Antonio B. Dias	Ed. Física	Biologia/Ciências/Ed. Física	Não	Sem registro
Claudia Ribas	História	Matemática/Sociologia/História/Geografia/Filosofia/Física	Não	Sem registro
Jonatas Bruno	História(A)	Geografia/História/Filosofia/Sociologia/Ens. Religioso	Não	Sem registro
Jucéli de Andrade	Letras	Inglês/Português	Não	Sem registro
Keli Lima	Letras	Química/Arte/Ed. Física	Não	Sem registro
Luana Moreira	Geografia	História/Matemática/Física/Geografia	Não	Branca
Tereza Fonseca	Letras	Inglês/Português	Não	Branca
Vanessa Rocha	Letras	EJA/Espanhol	Não	Preta
			Total: 8 nenhum/a quilombola	

FONTE: A autora (2020).

A mudança significativa que ocorre nesse ano é a inclusão da merendeira Edna Andrade de Matos e da auxiliar de serviços gerais Eliziane de Andrade Matos, ambas oriundas do quilombo. As vagas de agentes educacionais passam a contar com moradoras do quilombo por reivindicação da comunidade, conforme relato de uma professora que registra a realidade anterior a esses fatos.

Quando a escola começou a funcionar, nós víamos chegar no transporte escolar a merendeira, auxiliar de serviços gerais, diretora, secretária e todos os professores. Não pensamos na possibilidade de ser professores naquele momento, mas as funções de agente educacional e administrativo nós éramos capazes de exercer, e esse foi o primeiro passo, conseguimos ocupar essas vagas já no ano seguinte (2011). (DIAS, ROCHA, 2019, p.6 ).

O depoimento aponta a importância do avanço dos anos de escolarização, formando pessoas do próprio território, e o quanto os quilombolas estavam atentos a essa demanda, instituindo as lutas necessárias e construindo estratégias futuras para chegarem a situação de terem pessoas da própria comunidade em distintos espaços de trabalho. Mas, a ausência de professoras quilombolas permanece no ano de 2012, conforme dados do censo escolar:

TABELA 4- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2012

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Quilombola	Cor Autodeclarada
Antonio B. Dias	Ed. Física	Ed. Física	Não	Sem registro
Claudia Ribas	Pedagogia/História	História/Física/Matemática/Sociologia	Não	Sem registro
Cleide Lima	Artes Visuais(A)	Arte/Biologia/Química		Sem registro
Jonatas Bruno	História	Filosofia/Geografia/História	Não	Sem registro
Jucéli Andrade	Letras	Português		Sem registro
Keli Lima	Letras	Química/Inglês/Português/Ciências		Sem registro
Olavo Marques	Biologia(A)	Química/Matemática/Inglês/Espanhol	Não	Sem registro
Tereza Fonseca	Letras	Inglês/Português	Não	Branca
Vanessa	Letras	EJA	Não	Preta
			Total: 9	
			Nenhum/a	
			quilombola	

FONTE: A autora (2020).

Os registros mostram que a situação de professoras atuando fora de sua área de formação acadêmica se mantém. Nesse ano há o ingresso de uma professora colaboradora<sup>27</sup> desta pesquisa, que em sua narrativa autobiográfica registra o seguinte:

Comecei atuar como professora de história em 2012, no Colégio Quilombola Diogo Ramos, no qual me sinto privilegia por lecionar. Desde o início sempre fui tratada com muito carinho por todos (as). No ano de 2013 comecei a residir durante a semana na comunidade, eu e outros professores(as), devido a distância houve essa necessidade de alugarmos uma casa para ficarmos, desse modo construímos não apenas um uma equipe de trabalho, mas sim grandes amigos. Na escola buscamos trabalhar questões que desconstruam a visão colonialista que foi engessada durante muito tempo e omitia a verdadeira história e cultura africana e indígena.

São relacionados os saberes da comunidade com os conteúdos curriculares, no início era difícil fazer essa ligação com os conteúdos, porém com a ajuda da direção, pedagogo e comunidade, foi possível compreender. (KARINY PONTES, 2019).

Quando Kariny Pontes diz que passa a residir na comunidade durante a semana de trabalho, abre-se uma possibilidade de maior interação entre a cultura da comunidade e a professora, uma vez que estando no território por mais tempo lhe possibilita vivê-lo e assim experienciar o que é a comunidade também em momentos que não compreendiam o tempo de trabalho e lhe dá novos elementos para constituir sua docência quilombola. Para Lourdes de Fátima Bezerra Carril (2017, p.559), “A territorialidade passa a ser o ponto de partida da realidade social para a construção de um processo pedagógico significativo, pois a memória, por meio das narrativas vinculadas ao território vivido, permite a análise da história mais ampla.”

Essa imersão de professoras no território, como uma forma de conhecer e aprimorar os modos de conduzir o processo pedagógico em acordo com a EEQ, articula-se com a luta dos quilombolas em ter cada vez mais professoras que são oriundas da própria comunidade. No caso do Paraná, a seleção de docentes para atuar na EEQ do estado foi regulamentada pela Resolução 5979, de dezembro de 2012, a qual explicita no Art. 23 como deve ser feita a distribuição de aulas em escolas localizadas em áreas quilombolas, situação a qual o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos pertence. A partir da referida resolução, passa a ser de responsabilidade do Núcleo Regional de Educação realizar o processo, considerando os seguintes critérios:

---

<sup>27</sup> O nome da professora não aparece nos dados do censo escolar do ano de 2012 devido ao fato de não fazer parte do quadro docente no início do ano quando há coleta de dados.

## Art. 27

- a) professores que residam em Comunidades Quilombolas;
  - b) professores que atuaram em Escolas localizadas em Áreas Quilombolas;
  - c) professores que participaram da Formação Continuada para Professores que atuam em Áreas Remanescentes de Quilombo, no período de 2006 a 2011, promovida pela SEED/DEDI/CEC e/ou SEED/DEDI/NEREA.
- Parágrafo Único. Com base no Parecer n.o 03/2004 – CNE/CP e no Parecer n.o 194/2010 – CEE/CEB, a atuação dos professores nas Escolas localizadas em Áreas Quilombolas está condicionada à apresentação pelos professores de Carta de Anuência assinada pelo Presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo, na qual localiza-se a Escola. (PARANÁ, 2012, p.22).

Quando instituídas tais normatizações para regulamentar o ingresso de docentes na EEQ do Paraná, foram ampliadas as possibilidades de contar com o trabalho de professoras quilombolas, e houve o fortalecimento da política de luta quilombola nos territórios. O fato de uma professora vivenciar os saberes e as experiências próprias dos territórios quilombolas, sendo também parte do processo identitário, abre precedentes para que expressem uma docência que colabora na perpetuação da identidade da comunidade como um todo, considerando, em todo caso, o comprometimento com a luta posta pela comunidade e assumindo a responsabilidade que a função implica. É diante dessa preocupação, a respeito do comprometimento, que as comunidades quilombolas do estado pautam o uso da Carta de Anuência- C.A, modelo inspirado na organização das escolas indígenas estaduais. De acordo com o texto do Projeto Político Pedagógico do colégio, a C.A é

[...] uma declaração onde a comunidade tem autonomia de escolher ou classificar qual perfil atende mais os objetivos da escola quilombola, da mesma forma a Carta é retirada, se no decorrer dos tempos o professor ou funcionário escolhido não corresponder com as expectativas ou não caminhar junto com a direção para alcançar seu plano de ação apresentado para a comunidade no início de sua gestão. (2018 p. 72).

Nesse sentido, a supracitada resolução do estado Paraná possibilitou à comunidade passar a acompanhar com liberdade e responsabilidade a atuação das professoras na escola. O acompanhamento condiciona a renovação da carta de anuência, bem como possibilita a priorização aos professoras do território, muitas, inclusive, iniciam a carreira por meio deste mecanismo, visto que, anterior à C.A, os critérios de contratação consideravam apenas pontuação advinda da escolaridade, aperfeiçoamento profissional e tempo de experiência no magistério, uma somatória que não favorecia as professoras do território quilombola, tendo em vista que a maioria era recentemente formada e possuía acesso a menos cursos de aperfeiçoamento que pontuam na classificação do processo seletivo de professoras da rede estadual. Assim,

a partir 2013, ano seguinte a resolução, uma professora do território quilombola de João Surá passa a ocupar vaga de docente na instituição, conforme dados que constam na tabela abaixo.

TABELA 5- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2013.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Quilombola	Cor Autodeclarada
Andressa Garcia	Pedagogia	Arte/Filosofia	Não	Sem registro
Glasielle Matos	Letras (A)	Português	Sim	Preta
Kariny Pontes	História(A)	História/Ens, Religioso/Sociologia/Física		Parda
Luana Moreira	Geografia	Geografia	Não	Branca
Ramon Rodrigues	Ciências Biológicas(A)	Biologia/Ciências/Química		Preto
Tereza Fonseca	Letras	Arte/Inglês/Espanhol/Matemática	Não	Branca
Tiago Martins	Ed. Física	Ed. Física		Sem registro
Vanessa Rocha	Letras	EJA/Matemática	Não	Preta
			Total: 8 (1quilombola)	

FONTE: A autora (2020).

A professora quilombola que assume é Glasielle Andrade de Matos, moradora no quilombo João Surá desde 17 de outubro de 1982, ano em que nasceu. Sua trajetória de vida narrada por meio da autobiografia nos conta um pouco mais sobre a estudante que enfrentou muitas dificuldades para concluir os anos finais do Ensino Fundamental e as séries do Ensino Médio, “pois andava a pé por cerca de 10 km para chegar ao ponto de ônibus e, então, andava mais 18 km de ônibus para assim chegar ao colégio e poder estudar”. Os esforços dessa professora foram constantes na busca por acesso à educação, desde a formação básica até a educação superior. Ela narra sobre esse processo com as seguintes palavras:

Em 2010 iniciei um estudo na faculdade UNAR, na disciplina de Língua Portuguesa, já em 2012 vim para o colégio Diogo Ramos como secretária, e em 2013 ministrei as aulas de português, como acadêmica. Com a dificuldade que tive em estudar, por não ter acesso a meio de comunicação, não consegui prosseguir no curso. Mas em 2015 me veio a melhor de todas as

oportunidades, a UFPR Setor Litoral com o curso de licenciatura em educação do campo ciências da natureza. O meu desejo de ser professora aumentou ainda mais aprendendo que o quilombo onde eu vivo é uma imensa sala de aula com materiais incríveis tirados de cada canto da natureza e com isso a sala de aula se tornou um lugar onde eu entro e com meus amados estudantes falamos deste incrível território na qual estamos inseridos. Em 2019 me formei e estou educadora no colégio Diogo Ramos.(GLASIELE MATOS, 2019).

Em seu relato, a professora menciona o início da graduação no curso de Letras, a modalidade que ela estudou foi Educação a Distância. Para muitos, tal modalidade é a única possibilidade de cursar o ensino superior, porém, ao considerar a realidade do quilombo naquele momento, a falta de acesso à *internet* foi dificultadora nesse processo de democratização de acesso à graduação. Foi o engajamento da comunidade que permitiu à professora concluir uma licenciatura em seu território, em uma situação diferenciada, na qual a sala de aula da universidade chegou ao quilombo. Nesse sentido, as políticas públicas de educação no campo e em comunidades quilombolas são de extrema importância para garantir o acesso à educação a todos, tendo em vista que este é um direito consagrado pela Constituição Federal de 1988. Porém, o governo federal, sob a direção do presidente Jair Messias Bolsonaro, não tem garantido tal prerrogativa constitucional<sup>28</sup>. O processo de incluir professoras quilombolas nas suas comunidades tem sido lento e poderá sofrer refração se as políticas públicas forem descontinuadas.

Fazer parte do corpo docente de uma escola quilombola nem sempre é uma opção inicial do/a docente, como nos relatou o professor Ramon Rodrigues:

Precisando de emprego para não ser mais um de Adrianópolis a ir para o exercito em Curitiba, com 18 anos me inscrevi no Processo Seletivo Simplificado – PSS para tentar concorrer a uma vaga de Professor. Como professor acadêmico não consegui aula na sede da cidade, mas havia uma chance de trabalhar em um Colégio Quilombola no qual nunca havia ouvido falar, mas o Diretor da época, Eduardo, por falta de inscritos na disciplina de Biologia, pediu para que eu fosse até a comunidade em um domingo para me apresentar para os moradores. Foi aí que ganhei a confiança da comunidade e iniciei minha vida profissional como Professor de Ciências e Biologia no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, onde tudo começou. (RAMON RODRIGUES, 2019).

---

<sup>28</sup> No dia 20 de fevereiro de 2020 por meio do decreto nº 20.252 publicado no Diário Oficial o governo reestruturou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Neste processo é extinta a Coordenação responsável pela Educação do Campo, inviabilizando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o Pronera, voltado para a formação de estudantes do campo que beneficiou milhares de camponeses e camponesas e também quilombolas nas várias etapas da educação.

O professor Ramon Rodrigues inicia sua carreira docente no C.E.Q. Diogo Ramos, fato também evidenciado pela professora Tereza Amaral, em 2010, e pela professora Kariny Pontes, que inicia em 2012. A falta de professores inscritos para trabalhar em escolas quilombolas é algo recorrente, como podemos observar em diferentes relatos. Isso corrobora a importância de discutirmos uma docência quilombola e seus modos de constituição, pois será necessário muito tempo para que as comunidades tenham professoras que são quilombolas e, mesmo assim, talvez a formação delas não cubra todas as áreas de conhecimento que a educação básica requer, ou seja, será sempre necessário preocuparmos-nos com a produção de uma docência quilombola. Sendo assim, ter a presença de professoras quilombolas no ambiente educacional para o exercício de uma EQQ é imprescindível,

[...] mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. (FREIRE, 1996, p. 10).

Parte da docência quilombola se constitui na confluência das experiências resultantes do encontro entre professoras quilombolas e professoras que vêm trabalhar no quilombolo, nesse sentido, não há um único caminho para sua construção, pois vai depender das singularidades de cada comunidade e de como a presença humana destas pessoas intervirá na presença do outro. Nesse caso, professoras quilombolas e não quilombolas

Nos pareceu importante acompanhar a composição do quadro docente ao longo dos anos da escola para que pudéssemos correlacionar as narrativas com o que estamos chamando aqui de constituição de docência quilombola na comunidade de João Surá. Nesse sentido, damos continuidade a apresentação dos quadros do corpo docente.

No ano de 2014 o quadro docente passa a ser composto por duas professoras autodeclaradas quilombolas.

TABELA 6- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2014.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Quilombola	Cor Autodeclarada
Elisane Sbravati	Pedagogia/Filosofia (A)	Filosofia/Sociologia	Sim	Sem registro
Glasielle Andrade	Letras (A)	EJA	Sim	Preta
Kariny Pontes	História	Ens. Religioso/História/Física	Não	Parda
Luana Moreira	Geografia/Arte(A)	Arte/Geografia	Não	Branca
Ramon Rodrigues	Ciências Biológicas	Biologia/Ciências/Química		Preta
Tereza Fonseca	Letras	Inglês/Português	Não	Branca
Tiago Martins	Ed. Física	Ed. Física		Sem registro
Vanessa Rocha	Letras	Inglês/Matemática	Não	Preta
			Total: 8 (2 quilombolas)	

FONTE: A autora (2020).

Em razão de não fazer mais parte do quadro docente da instituição no ano em que iniciamos esta pesquisa e não estar dentro do critério pré-estabelecido de 5 anos de exercício docente na EEQ, a professora Elisane Sbravati Lopes não faz parte do grupo de sujeitos desta pesquisa. Por isso, não temos mais informações a respeito da perspectiva dessa docente como professora no colégio.

O ano de 2014 foi mencionado como marco importante no avanço da formação docente inicial em duas narrativas autobiográficas. Nesse mesmo ano, a merendeira e a secretária, ambas quilombolas, prestam vestibular para os cursos de História e Matemática, respectivamente. Conforme narram em suas autobiografias:

[...] Em 2014 realizei um vestibular onde consegui me matricular em uma licenciatura de História, o estudo em uma faculdade a distancia é muito complicado por ser a distância e por não dominar bem a tecnologia, tenho muitas dificuldades, mas consegui concluir os estudos [...].(ELIZIANE ANDRADE, 2019).

[...] eu retornei, com a oportunidade de trabalhar no colégio e auxiliar nos movimentos da comunidade, colocando em prática o curso de secretariado e de informática que havia feito anteriormente, conseqüentemente, em 2014, prestei um vestibular na cidade mais próxima conseguindo me formar em 2 licenciaturas, Matemática e Pedagogia, resultado: 2 anos na secretaria e três anos como professora [...]. (CASSIANE MATOS, 2019).

Ambas apontam as dificuldades em realizar o intento de se formarem em nível superior, mas também é possível capturar um comprometimento delas nessa empreitada. Assim, podemos inferir que o fato de terem uma perspectiva de contratação pela escola seja um dos motores desse engajamento, além do fato de que elas sentem-se parte do processo de luta pela educação empreendida pela comunidade e, portanto, o alcance da escolarização em nível superior não é um projeto apenas individual.

O que se pode observar no quadro docente em 2015, seis anos após o início das atividades pedagógicas do colégio, é uma melhor adequação na relação formação/disciplina de atuação.

TABELA 7- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2015.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Quilombola	Cor Autodeclarada
Angélica Silva	Geografia(A)	Geografia	Não	Sem registro
Elisane Sbravati	Filosofia(A)	Ens. Religioso/Filosofia/Sociologia	Sim	Sem registro
Evelyn Rodrigues	Ed. Física(A)	Ed. Física	Não	Sem registro
Gedielson Ramos	Matemática(A)	Física/Matemática	Sim	Preta
Glasielle Andrade	Ciências da Natureza(A)	Matemática/EJA	Não	Preta
Kariny Pontes	Pedagogia/História	História	Não	Parda
Ramon Rodrigues	Ciências Biológicas(A)	Biologia/Ciências/Química	Não	Preta
Rozane Santiago	Artes Visuais	Arte	Não	Sem registro
Tereza Fonseca	Letras	Inglês	Não	Branca
Vanessa Rocha	Letras	Português	Não	Preta
			Total: 10 (2 quilombolas)	

FONTE: A autora (2020).

No ano de 2015, conforme demonstrado na tabela, há ingresso do professor Gedielson Ramos. Ele contribui para esta pesquisa contando sua autobiografia. Em suas palavras relata o compromisso que tem com a cultura quilombola, bem como com

o território de onde vem “[...] Em 2014 voltei a morar na minha comunidade e ajudar na luta pela titulação do nosso território. Tenho uma boa relação com minha comunidade e sou o tesoureiro da Associação de Remanescentes De Quilombola do Bairro Córrego das Moças”. Sobre o movimento como professor em território quilombola ele escreve que:

No ano de 2015 comecei a trabalhar no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, na disciplina de matemática para os anos finais do ensino fundamental e médio. Como a escola era muito longe da minha comunidade fui morar com os demais professores que já tinham casa alugada. [...] (GEDIELSON RAMOS, 2019).

Nesse trecho, o professor Gedielson menciona que foi “morar com os demais professores”, pois, desde o ano de 2014, docentes que não moram na comunidade passaram a residir ali durante a semana de aula. Tal acontecimento foi de suma importância para garantir o cumprimento de dias letivos e propiciar maior aproximação com os elementos e sujeitos do território. Na nossa avaliação esta provavelmente foi uma das mais significativas ações formativas vivenciadas pelas professoras, pois possibilitou que elas se inserissem na rotina da comunidade, passando a fazer parte de problemas que antes não as atingiam diretamente, a exemplo da falta de energia, estrada interditada, entre outras questões que são da rotina dos/as estudantes.

Dessa maneira, a docência implicava não só compreender o vivido pelos/as estudantes, mas experienciar na cotidianidade as mesmas implicações de vida que eles e elas. Certamente, tal experiência produz o que Freire (1996, p.12) afirma ao constatar que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.” Atuar como professoras quilombolas a partir das suas experiências no território e com os/as estudantes, para além dos momentos destinados ao exercício docente, transforma o sujeito, que na escola cumpre o papel de educador, pois ele passa, então, a viver como educando de uma Educação Quilombola.

Como vamos verificar no próximo quadro, o Colégio ganha, a cada ano, um corpo que pode mais em relação ao fato de constituir-se como docente quilombola, considerando que aumenta significativamente o número de professoras oriundas da comunidade. Enfim, no ano de 2016, encontramos nos registros mais duas professoras oriundas do quilombo fazendo parte do corpo docente.

TABELA 8- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2016.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Quilombola	Cor Autodeclarada
Angélica Silva	Geografia (A)	Geografia	Não	Sem registro
Cassiane Matos	Matemática(A)	Matemática	Sim	Preta
Elisane Sbravati	Filosofia (A)	Filosofia/Sociologia	Sim	Sem registro
Eliziane Andrade	História(A)	História	Sim	Preta
Gedielson Ramos	Matemática(A)	Ens. Religioso/Física	Sim	Preta
Glasielle Andrade	Ciências da Natureza(A)	Inglês/Espanhol	Sim	Preta
Kariny Pontes	Pedagogia/História/Ed. Física	Arte/Ed. Física	Não	Parda
Ramon Rodrigues	Ciências Biológicas	Biologia/Ciências/Inglês/Química	Não	Preta
Vanessa Rocha	Letras	Português/Inglês	Não	Preta
			Total: 9 (5 quilombolas)	

FONTE: A autora (2020).

Nas narrativas, as professoras que se inseriram no grupo como docentes revelam a importância dessa conquista da comunidade que se expressa também como triunfos pessoais delas. Uma diz o seguinte:

No momento trabalho como professora de história no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e gosto muito do que faço. [...] Hoje, graças a Deus, com muita dificuldade sou professora formada. [...] E sou muito feliz de poder trabalhar aqui no Colégio e estar morando na comunidade. Pra mim é um sonho, pois pra nós aqui da comunidade, antes era muito difícil pra estudar e as pessoas iam embora para dar estudos para seus filhos e hoje tem o colégio aqui. É muito bom, pois temos também pessoas da comunidade trabalhando. Sem palavras para descrever como é bom. (ELIZIANE ANDRADE, 2019).

Na escrita da professora Eliziane, é perceptível a consciência de que as conquistas não foram apenas individuais e, por isso, a prática docente exercida por essa professora é provida de alegria à medida que compreende que a existência da escola também permite a permanência dos moradores da comunidade, que antes migravam no intento de buscar o acesso à educação dos filhos. Como bem disse Paulo Freire na introdução do seu livro *Pedagogia da Esperança*:

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para mudar o mundo, como se a luta pudesse se reduzir apenas a atos calculados apenas, à cientificidade, é frívola ilusão. (FREIRE, 1992, s/p).

A professora Cassiane Matos também revela seu compromisso ético com os outros, com seus alunos e com a comunidade. Sua docência está a serviço do projeto coletivo. A luta e o sonho fazem parte desse projeto, que é muito maior que dar aulas. Ela diz:

Meu sonho é permanecer aqui, lutando e conquistando dias cada vez melhores. Ter nossa comunidade unida, desenvolvendo ações e melhorias para a permanência dos nossos jovens, das nossas famílias e das futuras gerações, onde todos valorizem e contribuam na construção do bem comum para todos, que é a sobrevivência e permanência em nosso território.. (CASSIANE MATOS, 2019).

Freire exprime de modo contundente o que podemos apreender nas palavras da professora. Segundo o autor, “[...] quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética e ética, em que boniteza de achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade.” (1996, p.13). É esse encantamento pelo seu fazer que se revela nas palavras da professora, nos mostrando que a docência quilombola exige um compromisso ético e coletivo com o território no qual se está inserida.

Os anos seguintes, 2017, 2018 e 2019, são anos com maior número de professoras quilombolas, 5, 6 e 6, respectivamente, coincidindo com o acesso a realização do curso de licenciatura no campo.

TABELA 9- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2017.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Oriundo(a)	Cor Autodeclarada
Cassiane Matos	Matemática	Matemática/ Física	Sim	Preta
Elisane Sbravati	Pedagogia/Filosofia	Arte/Filosofia/ Sociologia	Sim	Sem registro
Eliziane Andrade	História	Ens. Religioso/ História/Geografia	Sim	Preta
Glasielle Andrade	Ciências da Natureza	Ciências/Geografia	Sim	Preta
Kariny	Pedagogia/História/Ed.	Arte/Ed.	Não	Parda

Pontes Ramon Rodrigues	Física Ciências Biológicas	Física Biologia/Ciências/Inglês/Matemática/Química	Não	Preta
Roselaine Silva	Letras	Geografia/Inglês/Português	Sim	Preta
Vanessa Rocha	Letras	Inglês/Português	Não	Preta
			Total: 8 (5 quilombolas)	

FONTE: A autora (2020).

Do quadro docente apresentado no ano de 2017, apenas a professora Glasielle Andrade cursava a licenciatura em Educação do Campo. No ano seguinte, são incluídas as professoras Carla Fernanda e Lucinéia Rosa, também acadêmicas da LeCampo. Para Santos (2020, p. 127), esse “acesso dos sujeitos do campo ao Ensino Superior envolve paradigmas educacionais em disputa. A educação superior para/no/do/com campo supõe que as universidades atravessem seus muros e cheguem aos territórios.” Isso implica em romper com o ciclo dificultoso vivenciado pelos sujeitos quilombolas ao ingressar na graduação e na docência do colégio. Como se pode observar nas tabelas abaixo:

TABELA10- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2018.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Oriundo(a)	Cor Autodeclarada
Carla Pereira	Ciências da Natureza	Ciências/Química	Sim	Preta
Cassiane Matos	Matemática	Matemática	Sim	Preta
Eliziane Andrade	História	Ens. Religioso/História	Sim	Preta
Gedielson Ramos	Matemática	Matemática/Física	Sim	Preta
Kariny Pontes	História/Ed. Física	Arte/Ed. Física	Não	Parda
Luana Moreira	Geografia	Geografia	Não	Branca
Lucineia Rosa	Ciências da Natureza	Biologia	Sim	Sem registro
Ramon Rodrigues	Ciências Biológicas	Ciências	Não	Preta
Renan Rodrigues	Filosofia/Sociologia	Filosofia/Sociologia	Não	Preta
Roselaine	Letras	EJA/Português	Sim	Preta

Silva		ês/Inglês		
Vanessa Rocha	Letras	Inglês/Português	Não	Preta
			Total: 11 (6 quilombolas)	

FONTE: A autora (2020).

Ao reconhecer o papel da licenciatura do campo como fundamental na mudança evidente do quadro docente, faz-se indispensável reconhecê-la também como agente de transformação social e de engajamento para a promoção de uma prática pedagógica pensada a partir de uma formação acadêmica desvinculada do modelo tradicional. Na contramão do entendimento da importância do curso, os recursos financeiros para manter as turmas itinerantes, como a que ocorreu em João Surá, estão escassos. De acordo com Santos (2020, p.101), as aulas da Turma Paulo Freire foram realizadas com orçamento limitado e redução de gastos, resultando na abertura de novas turmas apenas no campus litoral da universidade. Fato este, que deve-se à reestruturação por parte do governo federal, o qual tem estabelecido cortes severos no orçamento destinado ao ensino público, principalmente na educação superior.

Ao impossibilitar a abertura de nova turma itinerante em João Surá, dificulta-se o ingresso de novos estudantes quilombolas na licenciatura, bem como a inclusão de novos/as docentes que poderiam lecionar na condição de acadêmicos/as no colégio, tendo em vista que a itinerância ocorre em Matinhos, no Paraná.

TABELA 11- RELAÇÃO DE DOCENTES POR DISCIPLINA NO ANO DE 2019.

Docente	Formação	Disciplina de Atuação	Oriundo/a	Cor Autodeclarada
Camila Barbosa	Ed. Física (A)	Ed. Física	Não	Sem registro
Carla Pereira	Ciências da Natureza (A)	Matemática/Biologia/Química	Sim	Preta
Cassiane Matos	Matemática	Arte	Sim	Preta
Eliziane Andrade	História (A)	Arte/História/Ens. Religioso	Sim	Preta
Gedielson Ramos	Matemática	Matemática	Sim	Preta
Glasielle Matos	Ciências da Natureza (A)	Ciências/Física	Sim	Preta
Kariny Pontes	Pedagogia/História/Ed. Física	Arte/Ed. Física	Não	Parda

Luana Moreira	Geografia	Geografia	Não	Eranca
Renan Rodrigues	Filosofia/Sociologia	Arte/Filosofia/Sociologia	Não	Freta
Roselaine Silva	Letras (A)	Inglês/Português	Sim	Freta
Vanessa Rocha	Letras	Inglês/Português	Não	Freta
			Total:	12
				6 quilombolas

FONTE: A autora (2020).

O perfil das professoras do colégio foi analisado tendo por base os registros narrativos autobiográficos, entrevistas e dados arquivados no estabelecimento de ensino. Podemos observar que, em relação ao gênero, tem-se recorrência de maior número de mulheres desde o início do funcionamento do colégio, e, no momento da pesquisa, eram majoritariamente autodeclaradas negras. Durante os anos em que o colégio está em funcionamento, há um período considerável em que existe maior quantidade de professoras acadêmicas, isto é, professoras que ainda estão cursando as licenciaturas, mas já desenvolvem a função docente nas disciplinas específicas nas quais estão em processo de graduação.

Dez anos após o início das atividades do colégio, são perceptíveis as mudanças significativas no quadro de professoras. Se, em 2009, não havia nenhuma professora quilombola compondo o quadro docente, em 2019, metade do quadro passa a contar com elas, e das professoras não quilombolas, três estão no colégio há pelo menos 5 anos. A satisfação das professoras quilombolas é notável, conforme diz a professora Roselaine Silva:

Atualmente eu sou muito feliz com o progresso da nossa comunidade, porque se olhasse há 10 anos isso que está acontecendo na nossa comunidade seria como um sonho quase que impossível, como por exemplo, ter escola estadual com turmas do ensino médio, e ter polo de faculdade da UFPR, e turmas que estão saindo da comunidade e buscando formação em Matinhos UFPR, ter professoras e agentes quilombolas trabalhando na escola e entre outras coisas boas que estão por vir. (ROSELAINÉ SILVA, 2019).

Também se constata como o movimento de luta por educação nas várias etapas produz mudanças nas perspectivas dos quilombolas e se apresenta como um dos modos de manutenção dos povos tradicionais em seus territórios.

[...] No ano de 2015, passei no vestibular Educação Campo, e voltei para a minha comunidade, no ano 2018 comecei a trabalhar como professora de ciências e química. Iniciou para mim uma nova etapa da minha vida. Ser

professora para mim é todo dia aprender coisa nova, desafios, todas as noites penso: poxa poderia ter feito diferente, não poderia ter falado com aquela pessoa daquela forma, poderia ter feito de outra forma. Há dias que chego triste, mas tem dias que chego eufórica de tanta felicidade, porque a arte de ensinar e aprender com as pessoas que acompanhei desde quando elas eram muito pequenas, com toda certeza, isso não tem preço. Parece-me que estou tendo uma segunda chance, de ler, aprender e ser uma pessoa melhor. (CARLA FERNANDA, 2019).

A professora Carla Fernanda relata as angústias cotidianas de sua profissão e sobre o processo de ensinar. A esse respeito, Freire (1996, p.12) diz que:

Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender.

É a esse processo que a professora se refere quando traz tais situações para sua narrativa, pois, de acordo com o autor, ensinar implica recriar e refazer o ensinado. E, como apresentaremos a seguir, é no processo de interação com as diversas práticas formativas que a docência quilombola vai se constituindo, e, antes de adentrarmos neste movimento, apresentamos, na imagem abaixo, uma parte do grupo de profissionais que atuam nessa comunidade:

Figura 15 - EDUCADORAS QUILOMBOLAS NO INÍCIO DE ANO LETIVO



FONTE: Arquivo pessoal (2020).

## CAPÍTULO 3

### 3 A FORMAÇÃO DA DOCÊNCIA QUILOMBOLA NO C.E. Q. DIOGO RAMOS NO PERÍODO DE 2013 A 2019

FIGURA 16 - PROFESSORA QUILOMBOLA EM ATIVIDADE NA PRAÇA CENTRAL DE ADRIANÓPOLIS



FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS>

Sobre a formação inicial de professoras para atuar na EEQ, os Arts. 49 e 51 da Resolução nº 08/2012 estabelecem o seguinte:

Art. 49 Os sistemas de ensino, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, deverão estimular a criação e implementar programas de formação inicial de professores em licenciatura para atuação em escolas quilombolas e escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas ou ainda em cursos de magistério de nível médio na modalidade normal, de acordo com a necessidade das comunidades quilombolas.

Art. 51 Nos cursos de formação inicial da Educação Escolar Quilombola deverão ser criados espaços, condições de estudo, pesquisa e discussões sobre: I - as lutas quilombolas ao longo da história; II - o papel dos quilombos nos processos de libertação e no contexto atual da sociedade brasileira; III - as ações afirmativas; IV - o estudo sobre a articulação entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos tradicionais produzidos pelas comunidades quilombolas ao longo do seu processo histórico, sociocultural, político e econômico; V - as formas de superação do racismo, da discriminação e do preconceito raciais, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004.

Como pudemos constatar no item 2.1, a formação inicial das professoras quilombolas na comunidade de João Surá passou a acontecer de forma mais

abrangente e inclusiva por meio do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Paraná que, mesmo não sendo uma licenciatura voltada especificamente para povos quilombolas, possui um currículo que atende às orientações instituídas nos artigos da referida resolução. Anteriormente à implementação do curso na comunidade, as primeiras professoras quilombolas valiam-se da graduação a distância, conforme relatos contidos em suas narrativas autobiográficas, pois, de um total de dez professoras, 7 tiveram acesso ao curso superior por meio da Educação a Distância (EaD). Esse contexto nos leva a reconhecer o papel social que a EaD possui para comunidades longe dos centros principais dos estados. Mesmo quando há críticas a essa modalidade, ela se apresenta como uma possibilidade de democratização do acesso ao ensino superior, e principalmente no contexto da EEQ no território ao qual investigamos.

### 3.1 A OFERTA DE CURSOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ

A profissionalização docente dá-se no contexto de uma contínua aprendizagem, visto que estudantes, política, governos, economia, dentre outros fatores, alteram-se constantemente e interferem na dinâmica do ensino e aprendizagem, pois a educação não está dissociada de tais elementos. Dessa forma, a professora estará em um processo contínuo de aprendizagem, visto que as estratégias de ensino são reformuladas a depender do contexto e do meio. Freire (1992, p. 24) sinaliza a urgência da formação dos educadores das escolas públicas, incluindo em seu discurso: vigias, merendeiras e zeladores. Para o autor, essa formação deve ser de caráter permanente e científica, “a que não falte, sobretudo, o gosto das práticas democráticas, entre as quais a de que resulte a ingerência crescente dos educandos e suas famílias nos destinos da escola.”

Nessa perspectiva, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná - SEED/PR- oferta durante o ano letivo opções diversificadas de formação na intenção de atender as diferentes especificidades que circundam a educação no estado. Tais programas englobam cursos como: Formação de Brigadistas Escolares, cujo objetivo é preparar educadoras para o atendimento aos primeiros socorros e demais situações de adversidade que ocorram em ambiente escolar; Conexão: Professor em Ação, que tem por finalidade preparar docentes dentro das áreas de formação e atuação; e Equipe

Multidisciplinar, que é composta por todos os segmentos da escola para desenvolver ações voltadas para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Durante os anos de 2018 e 2019, esses foram os cursos ofertados com maior abrangência no estado. Além da Semana Pedagógica, a qual é previamente definida em calendário escolar e realizada simultaneamente em todo o estado nos dias que antecedem o início das aulas, ocorrendo então, em duas etapas durante o ano.

Os programas de formação da Secretaria de Estado da Educação do Paraná são ofertados a todos os profissionais da rede (professores, pedagogos, diretores e agentes educacionais), sendo disponibilizados cursos de formação continuada nas modalidades presencial, em que o cursista precisa estar presente no local onde acontecerá a formação, semipresencial (presencial e on-line) e a distância (on-line). Existe também o curso na modalidade *stricto-sensu*, que destina vagas para afastamento para cursos que titulam mestres através de processo seletivo interno.

FIGURA 17 - CAPTURA DE TELA DO SITE DA SEED-PR



FONTE: Secretaria da Educação e do Esporte (2019).<sup>29</sup>

<sup>29</sup>Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=736>. Acesso em: 23 ago. 2020.

Os cursos referenciados estão disponíveis para as professoras da EEQ, do C.E.Q. Diogo Ramos. No entanto, durante os dois anos desta pesquisa, presenciei e participei apenas de uma situação em que houve deslocamento das professoras que atuam na comunidade quilombola até Curitiba para uma atividade de formação, conforme registro que segue:

Pela primeira vez estou saindo do quilombo para uma atividade de formação em Curitiba (geralmente saio de Adrianópolis e meus colegas já estão no transporte para a viagem). O horário combinado para sairmos daqui foi 2h30 da manhã, levando seis pessoas: Eliziane, Roselaine, Carla, Vanessa, Cassiane e Claudio. Seguimos no transporte escolar -que foi cedido pela prefeitura- até o Porto Novo em 4 pessoas (Carla, Cassiane, Claudio e eu). Enquanto esperava a kombi, fiquei analisando como seria o decorrer do dia, indo para um curso de formação sem ter ao menos dormido uma noite inteira [...] No Porto Novo, às 3h30, encontramos mais professores de outro colégio e passamos para um transporte maior. Chegamos a Adrianópolis e finalizamos os embarques. Seguimos para Curitiba em um ônibus precário, sem cinto de segurança e mal fechado, foi uma madrugada de 1°C na estrada [...] Ao chegar em Curitiba, cada grupo de professoras foi para um polo do curso. Eu e a professora Cassiane ficamos na UniBrasil onde ocorriam os cursos para professores de Língua Portuguesa e Matemática. A formação foi voltada para índices do IDEB e SAEB. Nossa missão é apreender novas formas de ensino para melhorar os índices que não estão bons no Estado. No intervalo para almoço, nos encontramos, e a professora Cassiane descreveu como bastante interessante o curso que estava tendo, estava aprendendo muitas novidades na área da matemática. Retornamos cada uma para sua sala e saímos apenas às 17h para voltamos para Adrianópolis. O sono e o cansaço estavam presentes. Na volta fiquei em Adrianópolis, os demais seguiram novamente para o quilombo. De Curitiba a João Surá são aproximadamente 5 horas de viagem, por esse cálculo, as professoras devem ter chegado em suas casas às 22h. (DIÁRIO DE CAMPO, 08 de junho de 2018).

Esse foi o único curso de formação continuada destinado às disciplinas do currículo no ano de 2018, com polos centralizados em Curitiba, em que houve transporte de professoras do C.E.Q. Diogo Ramos para a atividade. A segunda etapa da mesma formação ocorreu no colégio, sob coordenação da equipe pedagógica.

Hoje me apresentei oficialmente como pesquisadora e pedi permissão aos colegas para registrar os pontos levantados nas discussões que ocorreriam, uma vez que estou pesquisando os processos de formação continuada na escola. O diretor Cassius aponta a necessidade de formação continuada e fala um pouco sobre sua experiência no NEAB e discorre ainda sobre a importância das ações formativas que a escola faz de forma autônoma. Passada a palavra ao pedagogo Benedito Florindo, ele dá prosseguimento apresentando o tema da formação: Escola Sustentável em Foco. Ele explicou que o tema foi escolhido com base nas atividades desenvolvidas na escola, que são voltadas para as questões ambientais. O pedagogo utiliza o material disponibilizado pela SEED e faz as relações entre o texto base e as práticas relacionadas à horta escolar que são desenvolvidas na escola. São apresentados também os dados do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) apontando as produções agrícolas na região (Rio Pardo e Rio Ribeira), contextualizando de uma forma bem elaborada o material cedido pela secretaria de educação à realidade da escola e do quilombo. Nesta ocasião tivemos a presença da

professora Dout. Rosilene Komarcheski para discutir o tema: “O avanço de empreendimentos (Neo) extrativistas sobre territórios quilombolas em Adrianópolis-PR para pensar possíveis relações com escolas do campo e a educação quilombola”. Busca-se nessa discussão compreender formas de trabalhar a temática extrativista nos conteúdos específicos das disciplinas, pois a educação escolar quilombola deve fortalecer a luta pelo território. (DIÁRIO DE CAMPO, 01 de outubro de 2018).

Os relatos, das duas etapas de uma mesma modalidade de formação continuada, evidenciam que há diferença entre os conteúdos abordados e ao modelo proposto pelos coordenadores das formações. A respeito disso, no parágrafo I do artigo 53 da DCNEEQ a orientação aos professores que atuam na referida modalidade é de que a formação continuada:

[...]deverá ser assegurada pelos sistemas de ensino e suas instituições formadoras e compreendida como componente primordial da profissionalização docente e estratégia de continuidade do processo formativo, articulado à realidade das comunidades quilombolas e à formação inicial dos seus professores. (BRASÍL, 2012, p. 44).

Na primeira ocasião a especificidade não é considerada em nenhum momento, desde o fato de não sopesar o deslocamento até o polo, assim como o modelo apresentado. Já na segunda etapa, quando a formação se realiza no território quilombola, há contextualização do material enviado pela mantenedora para então discutir o tema da formação a partir das demandas da EEQ. Sendo de suma importância destacar que nessa atividade todas as professoras estiveram presentes, e o envolvimento da professora Rosilene Komarcheski demarca o compromisso da gestão para oferecer formação às professoras. Nesse sentido, é possível concluir que o atendimento à orientação da DCNEEQ é mais adequado quando a formação continuada é realizada na instituição, a exemplo de como acontece a chamada Semana Pedagógica.

A Semana Pedagógica (Estudo e Planejamento) organizada pela SEED/PR compreende a etapa de formação continuada mais abrangente no estado, e o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos optou por realizá-la no território quilombola desde o ano de 2017. Antes disso havia centralidade na sede do município, tendo participação de todas as educadoras da rede envolvidas na discussão dos temas propostos para debate. O ano de 2019 é marcado por mudança de gestão no Governo Estadual, e conseqüentemente, mudanças também na estrutura da Secretaria de Educação que implica em redirecionamento nas ações voltadas para a formação e busca por resultados na pasta. Para obter mais informações a respeito dessa etapa formativa,

elaboramos dois questionários, que foram enviados por meio de correio eletrônico, nos quais indagamos as equipes pedagógica e docente do colégio sobre a funcionalidade desse momento de estudo e planejamento ocorridos no primeiro semestre de 2019.

Duas questões foram enviadas à equipe pedagógica com a finalidade de compreender como ocorre a organização da formação, a saber: 1- Como a equipe pedagógica organiza o material e as atividades formativas para a Semana Pedagógica? 2- A Secretaria Estadual de Educação enviou algum material específico para a formação na modalidade Educação Escolar Quilombola?

Conforme respostas obtidas, por meio de questionários destinados à equipe pedagógica, compreende-se que o material disponibilizado pela mantenedora não é elaborado numa perspectiva diferenciada de acordo com a modalidade atendida, pois a pedagoga sinaliza a ausência de material específico para a formação destinada à EEQ. O enfoque está pautado nos resultados das avaliações externas que o governo do estado utiliza, nas palavras da pedagoga:

Nesse primeiro encontro da semana pedagógica de 2019, foi discutido apenas questões sobre as provas externas (análise de dados e descritores do SAEP), plano de ação, sala ambiente e projetos de aprendizagem. Em relação a uma formação específica para Educação Escolar Quilombola, nesse primeiro momento não foi contemplada. (KARINY PONTES, 2019).

Cabe olhar para a situação em destaque avaliando que existe um distanciamento entre os conteúdos avaliados (e tidos como importantes) para os sistemas de educação e o conhecimento construído e valorizado na educação escolar quilombola e educação quilombola. Freire (1996) ressalta que é importante que docentes e discentes críticos não estejam contra um sistema avaliativo, pois entende este como necessário, porém sinaliza ser essencial resistir a métodos silenciadores, impostos verticalmente, de cima para baixo. A prática da equipe pedagógica direciona para a compreensão de que existe a consciência da necessidade de reorganizar o material e redirecionar os encaminhamentos propostos pelo roteiro programado pela secretaria de estado da educação. Desse modo, a formação para a educação diferenciada demandada para essa modalidade é discutida por meio dos Projetos de Aprendizagem, conforme a pedagoga menciona.

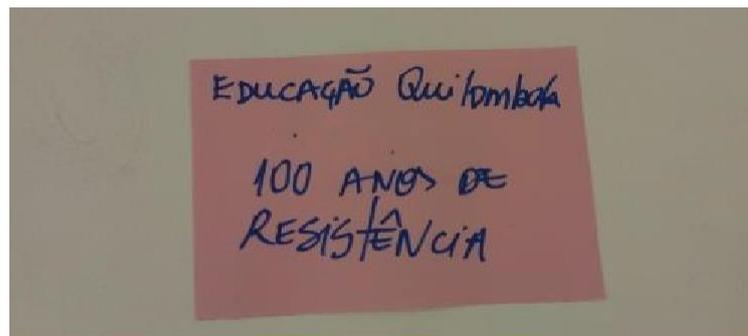
A secretaria Estadual de Educação disponibiliza os materiais e atividades no portal dia a dia educação e no e-mail da escola. Porém, a equipe pedagógica e direção organizaram o acolhimento dos docentes e analisaram os materiais que são mais significativos para o colégio, pois nesses materiais que a mantenedora enviou existiam alguns vídeos que não contemplavam a realidade

da escola. Para os projetos de aprendizagens, foram organizadas planilhas para preenchimento de conteúdos do primeiro trimestre e outros itens imprescindíveis para organizações dos projetos. (KARINY PONTES, 2019).

Os projetos da escola são organizados com o intuito de pensar um Tema Gerador que se desdobrará em projetos de aprendizagem específicos para cada turma/série. Para aplicar a metodologia de tema gerador, a escola se inspira em Paulo Freire. Na obra “Pedagogia do Oprimido”, o autor conclui que o tema gerador está inserido em um universo temático mínimo, e que, ao possibilitar uma apreensão consciente sobre as questões relevantes da sociedade a sua volta, permite que o ser humano pense o seu mundo de forma crítica. A partir dessa metodologia, professoras, comunidade e demais educadoras passam a investigar assuntos de interesse para a comunidade quilombola local. Assim há um olhar para a realidade, de forma que as professoras percebam e dialoguem com as demandas específicas da comunidade a partir de uma compreensão crítica.

A escolha do Tema Gerador para o ano de 2019 foi baseada no histórico de luta que a comunidade tem vivenciado para ter acesso à educação escolar no território. Sendo assim, a comunidade compreende que é necessário que os/as estudantes estejam atentos e engajados numa trajetória que permitiu que o colégio estivesse presente no quilombo há 10 anos a partir de uma demanda que soma 100 anos de existência.

FIGURA 18 - TEMA GERADOR ESCOLHIDO PARA O ANO DE 2019



FONTE: A autora (2019).

A resistência que aparece na escolha do tema gerador é contemporânea, e isso está em evidência quando o pedagogo cita o material disponibilizado pela Secretaria de Educação. Há consenso no fato de que não o recebem em acordo com a modalidade EEQ, conforme fala transcrita abaixo:

Primeiro a gente tem que estabelecer os objetivos, definir os temas a serem abordados, dar boas-vindas aos educadores com atividades de incentivo e motivação, participação ativa de todos e quantos dias serão necessários. A gente tem que retomar as avaliações, ver o que deu certo com as equipes anteriores, verificar os pontos que for possível avançar e se deu certo algum ponto, retomar e encaminhar. Aí, a gente considera as demandas da presença [...] nem sempre todos estão reunidos, então a gente deve selecionar as informações mais relevantes e considerar o calendário anual, copa, eleições, avaliações externas, considerar a formação dos educadores, a forma de aproximar a família da escola, uma escola mais atraente, indicar os passos que devem ser seguidos, dar a continuidade às reuniões anteriores e relacionar com as futuras. Deixar certo que os educadores preparem materiais e façam pesquisas. Definir datas pra reuniões e entrega do que for combinado. Quanto à secretaria, não mandou nenhum material específico até agora. (ALMIR ROGÉRIO, 2019).

Em sua fala, o pedagogo elenca alguns dos assuntos pertinentes ao universo temático que a comunidade apontou, a exemplo das avaliações externas e eleições, revelando a preocupação em atender demandas da comunidade de forma que propicie sua aproximação com as atividades da escola. De maneira geral, a equipe pedagógica faz uma análise sobre como planejam a Semana Pedagógica e conclui que a modalidade EEQ não é destacada no roteiro disponibilizado pela mantenedora. No entanto, quando questionamos as professoras, podemos perceber que, mesmo não havendo um roteiro elaborado pela SEED-PR voltado para a formação docente na EEQ, essa formação acontece, pois o trabalho de reorganização de conteúdo, que a pedagoga menciona, garante que a EEQ seja contemplada na prática, conforme registros obtidos a partir das seguintes perguntas: 1- Como a Semana Pedagógica auxiliou em tua formação profissional para desenvolver o trabalho na modalidade da Educação Escolar Quilombola? 2- Em seu ponto de vista, as atividades desenvolvidas durante os três dias de formação foram eficazes para lhe garantir a compreensão sobre a docência da Educação Escolar Quilombola?

Tendo por base esses dois questionamentos, podemos constatar que a recepção que as professoras têm do conteúdo são em maioria positivas, visto que lhes permite refletir sobre a prática pedagógica e o planejamento, conforme destaca a professora Roselaine Silva. Ela diz que durante a semana pedagógica foi dado destaque à importância de estudos sobre a ancestralidade, memória e oralidade, entre outros temas desenvolvidos na comunidade onde mora, e ainda considera que seria interessante que os três dias de formação fossem ampliados. De acordo com o posicionamento dessa professora, depreendemos que os elementos referenciados na DCNEEQ estão presentes nas discussões realizadas durante a formação, já que ela referencia a oralidade, ancestralidade e memória, eixos que estão contemplados na

DCNEEQ como partes essenciais à formação inicial e continuada de professores para a EEQ.

No entanto, a percepção sobre a eficácia da semana pedagógica não é unânime se ponderados outros fatores, a exemplo do que a professora Carla Fernanda sinaliza em sua resposta. Para ela, há fragilidade nesse momento de formação se considerado o ingresso na docência quilombola, nas palavras desta professora: “Na primeira semana eu fiquei um pouco perdida do que era educação quilombola e tal, mas por não conhecer o processo da escola como um todo, não saber como é que funcionava a escola.” A mesma análise é feita pelo professor Gedielson Ramos. Ele nos diz que “para compreender de fato o que é EEQ seria importante que, em algum momento do primeiro dia da semana pedagógica, fosse explicado o que é EEQ para então pensar a docência nessa modalidade [...]”.

As duas falas se complementam em relação à necessidade de introduzir o conceito da modalidade. Ambos são profissionais oriundos de território quilombola e, a partir de suas reflexões, podemos inferir que a docência para a Educação Escolar Quilombola - mesmo quando consegue atender a orientação da DCNEEQ, a qual diz que a EEQ deverá ser conduzida preferencialmente por professores pertencentes à comunidade quilombola - necessita planejar ações formativas para promover a compreensão a respeito das especificidades da modalidade.

Ainda em análise no que concerne aos questionamentos levantados, ao responder a segunda pergunta proposta no questionário, o professor Renan Rodrigues fala sobre a eficácia da semana pedagógica para auxiliar na compreensão da EEQ. Para ele, essa semana não atende plenamente às suas necessidades, “pois existem dúvidas na elaboração dos temas geradores com os critérios de avaliação para alavancar o IDEB da escola”. Mais uma vez é sinalizado o tema gerador como ponto inicial para se pensar as práticas pedagógicas na escola em acordo com as demais demandas inferidas no processo educacional. Esse mesmo ponto de vista é compartilhado pela professora Glasiele Andrade, que ao responder a segunda questão diz que “sinceramente, não, pois muita das vezes foi falado e no momento da prática para mim fica difícil de executar aquele tão esperado plano.”

O ato contínuo da formação permite que avanços ocorram no ambiente escolar e na compreensão da importância da atividade formativa para constituir uma docência diferenciada no contexto da EEQ, isso fica em evidência na fala da professora Carla

Fernanda que em 2019 estava em seu segundo ano de atuação como professora no colégio:

Esse ano eu já estava bem mais inteirada do que estava acontecendo na escola, então facilitou bastante entender o que a Proposta Pedagógica demandava. E, com isso, entender a importância da semana pedagógica. Então, acho que é um momento em que a gente senta com os demais colegas e consegue compartilhar as experiências da escola, o que pra mim é um processo muito enriquecedor. Assim...sentar funcionário, sentar os professores, falar o que deu certo, o que não deu certo nos anos anteriores e aí discutir mesmo qual é a importância de fazer um bom trabalho aquele ano. Então esse momento da semana pedagógica foi extremamente importante.(CARLA FERNANDA, 2019).

Ao analisar as observações registradas nas respostas que as professoras entregaram, é possível compreender a relevância da Semana Pedagógica como um momento de planejamento das ações a serem desenvolvidas durante o ano letivo. Da mesma forma fica perceptível na resposta da professora Carla Fernanda o que Freire (1996, p. 20) demarca ao dizer que na formação docente o que importa é a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo e da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser “educado”, vai gerando a coragem. É dessa coragem que a professora Carla vai se nutrindo para refletir sobre o processo de interação a respeito do que esperava do momento formativo em destaque.

Na mesma situação formativa encontra-se o que Tardif (2014) aponta como objetivação dos saberes experienciais, pois há uma relação entre professoras mais jovens com professoras mais experientes que em momentos de planejamento, na execução de projetos pedagógicos, ou mesmo no dia a dia, permite que o docente seja também um formador. No contexto da EEQ, os pares veem nesse momento uma oportunidade de formação específica para a modalidade, mesmo diante de uma formação pedagógica pensada pela mantenedora, sem considerar as especificidades da educação diferenciada necessária e o território quilombola como contexto.

Quanto às participações das professoras em ações relacionadas à formação continuada, em que a Secretaria de Estado de Educação ofereceu nos anos de 2018 e 2019, foi possível levantar e observar apenas os cursos acima mencionados. Ressaltando que este item teve como propósito observar a formação continuada ofertada pela SEED-PR de forma ampla, tendo o item seguinte a finalidade de analisar a formação continuada para a EEQ.

FIGURA 19 - EQUIPE DE EDUCADORAS EM INTERVALO DURANTE A SEMANA PEDAGÓGICA



FONTE: Roselaine da Silva Rosa (2019).

### 3.2 FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DA EEQ

Partindo da compreensão do conceito de formação continuada, entendida como um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e (re)construção permanente de uma identidade pessoa (NÓVOA, 1995, p.25), e da apresentação das ações formativas que ocorrem no estado do Paraná, cabe-nos nesta seção trazer em pauta a discussão de um dos objetos que movem esta pesquisa, ou seja, a formação continuada para professoras da EEQ, no C.E.Q. Diogo Ramos.

A efetivação de um processo de formação inicial e continuada é uma responsabilidade dos Sistemas de Ensino e deverá ser garantida como um direito. Para tal, quando necessário, esses deverão assegurar a liberação dos professores em efetivo exercício e que estejam participando de processos de formação das suas atividades de docência, sem prejuízo do cumprimento da carga horária dos estudantes. Isso implicará articulação entre o poder público, os docentes, a gestão da escola, as comunidades e as lideranças quilombolas. A escola poderá discutir coletivamente e junto com representantes das secretarias de educação a melhor forma de viabilizar tal situação, incluindo a formação dos professores em atuação na Educação Escolar Quilombola como parte integrante do projeto político pedagógico da escola. (DCNEEQ, 2012, p. 47).

Podemos considerar que a compreensão da constituição da docência para a Educação Escolar Quilombola está intrinsecamente ligada à consciência da especificidade inerente à modalidade. Nesse sentido compreendemos que as atividades de formação continuada, promovidas pela Secretaria de Estado de

Educação, com conteúdo exclusivo para a EEQ, são essenciais ao encaminhamento da ação docente na modalidade.

Para tanto, obtivemos registros informando que, durante o período considerado para levantamento de dados para esta pesquisa, 2013 a 2019, as formações continuadas específicas sobre a temática EEQ, promovidas pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, envolvendo as professoras do C.E.Q. Diogo Ramos, ocorreram em duas ocasiões, uma na Comunidade Quilombola de João Surá, em outubro de 2014, e outra na Comunidade Quilombola de Córrego do Franco, em setembro de 2017.

A primeira atividade, dentre as duas supracitadas, foi o II Encontro de Educação Escolar Quilombola, ocorrido nos dias 28 a 30 de outubro de 2014, no barracão da Igreja Católica, com carga horária de 24 horas, o qual teve como conteúdo os Eixos da Proposta Pedagógica Escolar Quilombola:

- - Educação Das Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.

- – Trabalho.

- – Meio Ambiente e Manejo Territorial.

- – Organizações Comunitárias e Políticas Públicas.

- – Etnodesenvolvimento Sustentável com Enfoque Territorial.

6 – Economias Solidárias.

7 – Juventude e Identidade.

Essa atividade ocorreu na Comunidade Quilombola de João Surá, sob organização e coordenação do Departamento da Diversidade (DEDI). Participaram da atividade, além do corpo docente em atuação no colégio, técnicos pedagógicos da Secretaria de Educação, estudantes e representantes das comunidades quilombolas do estado. O intuito da formação era de reorganizar os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas quilombolas estaduais a partir dos anseios das comunidades e da Proposta Pedagógica Quilombola. Essa atividade formativa consta no rol de cursos de formação continuada das quais a SEED-PR atribuiu certificação às professoras e demais participantes dos grupos já mencionados.

Ao discutir a Proposta Pedagógica para escolas quilombolas no estado do Paraná, a partir dos eixos acima numerados, é permitido que os sujeitos envolvidos no processo de educação quilombola dos/as estudantes apontem o tipo de educação que a escola deverá refletir. Afinal, a concepção que a comunidade tem desses eixos se

diferencia da concepção recorrente em outros contextos da vida em sociedade. A exemplo do eixo trabalho, que para a comunidade está ligado à coletividade, conforme aponta Rosilene Komarcheski (2019). Durante sua pesquisa na comunidade, ela identificou cinco formas de trabalho coletivo praticadas por membros da comunidade de João Surá, que são: o mutirão, a reunida, a reunida comunitária, o ajuntório e a troca de dias. Essas formas de trabalho fazem parte da identidade da comunidade, sendo assim, precisam estar contempladas nas práticas docentes, valorizando o conceito de trabalho construído no território, devendo a professora que atua na docência quilombola estar ciente dessa concepção para então aplicá-la em seu exercício. Essa ciência pode acontecer por meio desta atividade formativa que visa elaborar o PPP a partir de uma identidade coletiva que passa a moldar também uma identidade profissional.

A segunda atividade formativa que se tem registro oficial trata-se do Simpósio – Educação Escolar Quilombola e seu Projeto Político Pedagógico, ocorrida no dia 27 de setembro de 2017, no prédio da Igreja Assembleia de Deus, na comunidade quilombola de Córrego do Franco, com duração de 8 horas e cujo conteúdo programático pautou: etnodesenvolvimento sustentável, territorialidade quilombola e Projeto Político-Pedagógico; tecnologias, formas de produção do trabalho e Projeto Político-Pedagógico; práticas culturais, memória coletiva, e Projeto Político-Pedagógico e Proposta Pedagógica. Essa atividade aconteceu também com o intuito de subsidiar a construção de um Projeto Político Pedagógico, visto que é projeto do estado a construção de uma escola nessa comunidade. Na ocasião estiveram presentes representantes das comunidades quilombolas de João Surá e Córrego Franco, entre eles: o vice-prefeito do município de Adrianópolis, técnicos pedagógicos da SEED e professoras do C.E.Q. Diogo Ramos. O encaminhamento da atividade deu-se por meio do questionamento “Que escola queremos?” .

Assim como na primeira atividade relatada, esse momento de formação visava discutir a Proposta Pedagógica para a EEQ no Paraná, devendo ser ressaltada nessa ocasião a notável redução de carga horária do curso, bem como o tempo de intervalo de três anos entre uma formação e outra. O fato de a atividade ter sido realizada em um território quilombola diferente revelou a pluralidade de costumes, religiosidade, tradições e demandas pautadas para a EEQ, e permitiu que a equipe docente do C.E.Q. Diogo Ramos ampliasse a compreensão do que se entende por educação quilombola e educação escolar quilombola. Por meio dessa atividade de formação,

percebemos que a constituição da docência quilombola que ocorre em João Surá não será a mesma constituída em Córrego do Franco, visto que, embora sejam comunidades geograficamente próximas, apontam para necessidades diferentes em alguns pontos, a exemplo da religião. Em João Surá existe presença marcante da igreja católica, já em Córrego do Franco a igreja evangélica tem maior incidência. Essa diferença ficou marcada nas discussões levantadas durante a elaboração do documento base para a Proposta Pedagógica e nos espaços físicos onde aconteceram as atividades em cada comunidade.

Dessa atividade formativa é importante dar destaque ao modo como foi operacionalizada, pois, além do fator relativo à carga horária, outros pontos deixaram em evidência o papel da mantenedora e do colégio na formação. A proposta da mantenedora pautou apenas o debate, ficando a cargo do colégio e das duas comunidades quilombolas a responsabilidade de dispor alimentação e recursos humanos para fazê-la. Dessa forma, a merendeira, que também é uma educadora quilombola, não participou das discussões pertinentes à sua formação para a EEQ. Não houve diálogo suficientemente necessário para se pensasse coletivamente e junto com representantes das secretarias de educação a melhor forma de viabilizar tal situação, conforme está previsto no artigo supracitado. Nessa situação específica, revela-se a precariedade de recursos destinados à formação docente na EEQ, devendo ser questionado então quais os suportes que o departamento da diversidade vem recebendo para desenvolver as atividades formativas no setor, e ainda, se é interesse genuíno do Estado dispor de tais recursos para a educação que acontece na diversidade.

FIGURA 20 - PARTE DO GRUPO DE EDUCADORAS EM ATIVIDADE OCORRIDA NA C.Q. CÓRREGO DO FRANCO



FONTE: Roselaine da Silva Rosa (2017).

A continuidade do processo formativo desenvolvido pela SEED-PR dá protagonismo aos sujeitos dos territórios quilombolas, no entanto, é um processo que demonstra ser pouco priorizado, tendo em vista a frequência de realização. A ausência da continuidade efetiva da formação compromete a orientação demandada pela DCNEEQ no que tange ao atendimento às necessidades de formação continuada.

O papel da SEED-PR, como instância que promove ação de formação continuada, é referenciado na narrativa autobiográfica da professora Tereza Amaral. Ela relata a ação da mantenedora em capacitar o corpo docente para a modalidade, no entanto, a professora ressalta ao final que o diferencial na sua formação foi a relação estreita entre comunidade e escola:

Enfrentei muitas dificuldades, aprender a trabalhar com alunos quilombolas, tinha que trabalhar a cultura deles, a SEED nos proporcionou cursos de capacitação para que pudéssemos aprender o melhor possível a trabalhar em uma Escola Quilombola, mas a prática era bem complicada. O que ajudou bastante nesse tempo que trabalhei nessa escola foi a comunidade, que tinha uma atuação constante dentro do colégio, com os professores, nos ajudando como trabalhar a cultura deles. O trabalho do professor fica fácil, uma vez que trabalha-se em conjunto com as famílias da comunidade. Daí também surgiu uma amizade entre professores e as pessoas da comunidade. (TEREZA AMARAL, 2019).

A respeito dessa narrativa específica, é importante ressaltar que a professora Tereza Amaral trabalhou na instituição do ano 2010 a 2015, ou seja, um ano após o início do funcionamento do colégio, quando o estado, em conjunto com a comunidade, estava organizando o modelo de educação que deveria acontecer na escola, para tanto, acompanhava com maior presença de técnicos pedagógicos no cotidiano escolar.

Ainda referenciando a mantenedora como agente promotora de formação continuada, é necessário dar destaque à atividade formativa para a educação das relações étnico-raciais ofertada pela SEED em todos os anos letivos por meio da Equipe Multidisciplinar (EM). Sobre a EM tem-se que a seguinte compreensão:

Para dar suporte às escolas, no que se refere ao cumprimento da Lei 10.639/03 criou-se no Estado do Paraná as Equipes Multidisciplinares (EM"s), as quais têm por objetivo capacitar docentes, instâncias colegiadas e comunidade escolar para desenvolver atividades pedagógicas que incluam nos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento a história e cultura da África e afro-brasileira através de debates e ações pedagógicas que fortaleçam a implementação do disposto na legislação mencionada. É função da equipe também implementar a lei 11.645/08 a qual trata da questão das culturas indígenas, outro grupo que necessita ter sua história contada e valorizada no âmbito escolar por meio de suas próprias vozes. (DIAS, ROCHA, 2018. p.4).

A EM funcionou em todos os anos no C.E.Q. Diogo Ramos (2013 a 2019), dando o suporte didático para promover a formação continuada na instituição. Por meio do planejamento voltado para a EM, as professoras, equipe pedagógica, gestão e demais educadores/as envolveram a comunidade para executar as atividades, resultando em movimentos como: a restauração da Casa da Memória, o resgate de jogos e brincadeiras tradicionais da comunidade, a valorização da estética negra e o reconhecimento das lideranças negras e quilombolas do Brasil e da comunidade local. É importante destacar que a EM é uma formação que faz parte do programa do estado, no entanto, ela ocorre exclusivamente na escola, tendo por coordenador do curso um educador da própria instituição, que organiza os dias de estudo, orienta para os prazos de envio de tarefas *on-line* e é responsável por relatar todo o memorial descritivo do curso. Para essa formação ainda é necessário explicar que as ações organizadas pelos componentes da EM têm origem nas discussões do grupo, incluindo estudantes e comunidade, orientando as atividades para adaptar o programa da EM à realidade da comunidade quilombola.

Por meio da execução dos projetos organizados pela EM, é possível às professoras do colégio participar de uma atividade formativa constante, visto que o ambiente virtual do curso é dividido em módulos que dispõem de atividades liberadas progressivamente. A certificação é condicionada ainda aos encontros presenciais que ocorrem na escola para discutir história e cultura africana e afro-brasileira e cultura indígena. Avaliando as formações direcionadas pela SEED-PR, essa é a mais relevante em termos de oferta, pois atende a todas as educadoras do colégio e depende do diálogo entre a escola e a comunidade para acontecer, aproximando assim o corpo docente aos sujeitos do quilombo na elaboração e execução de projetos que visam valorizar a cultura e a história local.

### 3.3 AÇÕES DE FORMAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA PROMOVIDAS PELA INSTITUIÇÃO EM CONJUNTO COM A COMUNIDADE QUILOMBOLA: RELATOS DE OBSERVAÇÕES

FIGURA 21 - TURMA PRE-PÓS QUILOMBOLA DA UFPR



FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS>

No item anterior levantamos as ações de formação continuada previstas em calendário letivo sob mediação ou proposição da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, ações que se mostraram com pouca frequência quando considerada a necessidade de formação demandada por uma modalidade da educação básica que requer atendimento a diretrizes específicas, bem como considerando o contexto territorial e histórico ao qual a comunidade quilombola pertence. A formação que acontece no âmbito da própria escola é privilegiada, pois segundo Freire (2006), a

partir deste trabalho, faz-se o acompanhamento da ação-reflexão-ação dos educadores que atuam nas escolas, envolvendo a explicação e análise reflexiva sobre a prática pedagógica.

Sendo assim, passamos a investigar as ações formativas que ocorreram por iniciativas da própria escola, e também as atividades desenvolvidas no ambiente escolar ou no território e que foram apontadas nos registros autobiográficos como situações potenciais na construção da docência quilombola, isto é, que auxiliam as professoras a compreender a modalidade Educação Escolar Quilombola. O Projeto Político Pedagógico do colégio aponta tal perspectiva formativa quando trata do eixo “Formação Continuada dos Profissionais do Colégio”:

Os diferentes olhares nas assembleias, colegiados ou reuniões pedagógicas serão momentos coletivos fundamentais para potencializar a formação nas diferentes instâncias (gestão, oficinas, sala de aula), constituindo-se como ação de formação. O processo de formação continuada deve ajudar o educador no olhar e escuta para os saberes que permeiam o cotidiano e transformá-los em subsídios a ações pedagógicas, quer no planejamento, quer na produção de materiais e escolhas de temas a serem tratados em salas de aula e oficinas. (2018, p.67).

A compreensão a respeito desse caráter formativo está evidenciada no trecho da narrativa autobiográfica da professora Eliziane Andrade:

Durante minha caminhada acadêmica não tive acesso a materiais voltados para a cultura quilombola. Aprendi a ser professora no dia a dia, pesquisando em livros, internet, com os colegas docentes, diretores e nas reuniões da comunidade que participo, pois a comunidade articula parcerias com outras comunidades quilombolas para ofertar formação para as pessoas. Não são formações para ser professora, mas me ajudam a entender o que preciso fazer em sala de aula. (ELIZIANE ANDRADE, 2019).

A autobiografia da professora referencia o papel da comunidade como promotora de formação docente, reconhecendo que as ações não são pensadas para tal finalidade, conforme afirma quando diz: “Não são formações para ser professora”. No entanto, o olhar profissional não está dissociado do olhar da pessoa quilombola, uma vez que ela captura destes momentos, em que está participando de uma formação para a comunidade, a aprendizagem para a prática da docência. A respeito do conceito de formação quilombola em comunidades, Komarcheski (2019) diz que são processos que são sistematizados e processados pelos sujeitos, compondo assim um acervo, ao mesmo tempo individual e grupal, sendo essa uma definição sociológica das comunidades. Conforme Eliziane relata, esses conjuntos de informações que circulam nos espaços formativos da comunidade são levados para a sala de aula, pois são

vistos e reconhecidos como questões relevantes para si e para os grupos em que ela está inserida socialmente.

De acordo com Freire (1996, p. 19), é importante que docentes compreendam que são nas experiências informais, vivenciadas nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas e nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo e de pessoal docente se cruzam cheios de significação. Sendo assim, todas as realidades nas quais as professoras estão inseridas contribuem para o saber docente. Um trecho autobiográfico da professora Luana Moreira também evidencia a percepção do ambiente externo à escola como potencial de formação

Aprendi bastante durante todo esse processo de trabalhar em uma Escola Quilombola, pois, a gente mais aprende do que ensina, porque buscamos desenvolver a realidade de cada educando sempre valorizando as suas culturas, porque vivenciamos essa cultura no dia a dia. Por exemplo, na forma como a comunidade vê a religião, a forma como valoriza os mais velhos, e principalmente o valor dado a terra. E isso acabou facilitando meu desenvolvimento como professora para ensinar a minha disciplina, já que o objetivo da geografia está focado na discussão sobre espaço e território, um debate que faz parte da realidade da comunidade. (LUANA MOREIRA, 2019).

Ao investigar o ensino da disciplina de geografia em escolas quilombolas do Vale do Ribeira, Nascimento (2006) conclui que é fundamental que a proposta didática e os conteúdos estudados estimulem os/as alunos/as à elaboração de um conhecimento crítico sobre a realidade social, na qual estão inseridos/as. Do mesmo modo, a professora Luana Moreira destaca sua forma de desenvolver a docência no quilombo. De acordo com seu relato, ela demonstra ter uma consciência bastante definida a respeito de sua função como professora em uma comunidade quilombola, delimitando ainda a importância da discussão sobre o território; pauta imprescindível à realidade do quilombo. Esse processo de conscientização é decorrente da observação constante do território, bem como da participação em reuniões da associação de moradores e do contato do dia a dia entre a professora e a comunidade, pois conforme sua autobiografia, ela reside em João Surá desde 2014.

As situações formativas estão em todos os espaços, internos e externos à instituição escolar, e contam com o apoio de gestores que trouxeram para as vivências do tempo escolar experiências dotadas de aspectos formativos. A diretora Nará Souza Oliveira é mencionada em depoimento de uma professora que indica o papel da direção escolar já na sua formação inicial para a docência.

Estando na escola em contato com o processo educativo que as nossas crianças estavam obtendo e sob incentivo permanente da Nará, diretora na época, decidimos prestar vestibular para cursos de licenciatura. Eu passei para o curso de História em 2014 em uma faculdade a distância, mas só comecei a me inscrever no processo seletivo para professora do estado em 2016, e consegui a carta de anuência da comunidade para trabalhar no colégio. Desde então sou professora de história do Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio aqui no nosso colégio. (Professora 01, docente quilombola há 3 anos). O relato transcrito acima é uma demonstração de como o processo educativo em espaços territoriais como o quilombo é desafiador, pois além de configurar como processo de ensino regular tem a perspectiva de transformar a realidade da comunidade, e, a partir disso é capaz de provocar mudanças estruturais que iniciam por meio de ações aparentemente pouco significativas, como o incentivo feito pela diretora citada pela professora 01, e resultam em uma educação que vai além da tradicional transmissão de conhecimento comuns do currículo da educação básica. (DIAS, ROCHA, 2019, p. 6-7).

A partir do momento em que a comunidade passa a ter autonomia para indicar nomes para a gestão da escola, outras percepções começam a ser consideradas, a exemplo do que ocorre com a direção da professora Nará Souza Oliveira, que é licenciada em Letras, especialista em Ensino de Língua Portuguesa, escritora, militante do Movimento Negro Unificado e trabalhou no Grupo de Trabalho Clóvis Moura, realizando o levantamento de Comunidades Negras e Quilombolas no Estado do Paraná. Quando esta professora assume o cargo no colégio, na posição de primeira mulher negra na direção daquela escola, assume também a responsabilidade de ser representatividade naquele espaço, além de contornar os desafios com um quadro docente composto por maioria de professoras não quilombolas. Seu papel na escola foi além da função de gestora, passando a ser também a principal fonte de formação continuada para a educação das relações étnico-raciais e EEQ. Conforme depoimento que consta na narrativa autobiográfica do professor Ramon Rodrigues:

Com o passar dos meses chegou uma mulher negra, com seu cabelo Afro, empoderada e escritora. De uma segurança no que fala que me deixou apaixonado pelos seus conhecimentos. Bem, o nome dela é Nará Souza de Oliveira, uma mulher de personalidade forte, decidida e muito inteligente. Nará não sabe, mas ela foi uma pessoa muito importante na minha formação enquanto professor negro e um ativista sobre a cultura Afro. (RAMON RODRIGUES, 2019).

A gestão da diretora Nará compreende os anos de 2013 a 2015, nesse período a escola passou a se organizar incluindo as oficinas temáticas, que foram planejadas de forma cronológica, trazendo no primeiro ano os elementos dos grandes reinos e impérios africanos, conhecimento do qual a professora Nará dispunha com muita eloquência. Ao tempo em que reunia os/as estudantes para narrar as histórias, as professoras também compartilhavam do momento de aprendizagem, sendo formadas

para trabalhar os artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases, além da formação para a EEQ, pois, a partir dos grandes impérios, a história passa a ser contextualizada no território em que a escola está inserida. Uma referência sobre o trabalho realizado a partir dos impérios é descrita como fonte de conhecimento a respeito da história e cultura africana:

Na escola buscamos trabalhar questões que desconstruam a visão colonialista que foi engessada durante muito tempo e omitia a verdadeira história e cultura africana e indígena. São relacionados os saberes da comunidade com os conteúdos curriculares. No início era difícil fazer essa ligação com os conteúdos, porém com a ajuda da direção, pedagogo e comunidade, foi possível compreender. As atividades que lembro com muito carinho eram sobre impérios e tecnologias africanas, recordo que durante a elaboração dos trabalhos foi possível conhecer um pouco mais da história e cultura africana, percebendo a importância dos valores ancestrais e culturais em um território Quilombola. (KARINY PONTES, 2019).

Esses conhecimentos adquiridos por meio da troca de experiências são sinalizados por Tardif (2014) como saberes experienciais, os quais têm origem na prática cotidiana docente em confronto com as condições da profissão. Nesse caso, os saberes, gerados a partir das relações com os pares, constituem uma forma de compreensão da realidade para então relacionar à prática docente na EEQ.

Dando continuidade ao trabalho iniciado pela professora Nará, no período de 2016 a 2019, a direção do colégio esteve sob responsabilidade do professor Cassius Marcelus Cruz, o qual foi indicado pela comunidade para assumir ao cargo. Cassius Cruz possuía vínculos anteriores com a comunidade, pois, assim como a professora Nará, compôs o Grupo de Trabalho Clóvis Moura (durante os anos de 2006-2007), fez parte da equipe da Coordenação da Educação do Campo e coordenou o Núcleo de Educação das Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência e o processo de elaboração da Proposta Pedagógica Quilombola que deu início às atividades da escola. Em sua gestão, houve ampliação da oferta em termos de formação continuada promovidas de forma autônoma pela escola, que, em consonância com o Art. 56 da DCNEEQ, estabelece regime de parceria com a Universidade Federal do Paraná para desenvolver atividades de formação para professoras quilombolas.

No primeiro ano de gestão, em 2016, nos dias destinados ao estudo e planejamento, a comunidade foi convidada a participar das atividades para definir o plano de ação a ser implementado nas disciplinas. Seguindo questões como: “A comunidade que temos e queremos” e “A escola que temos e queremos”. Assim,

docentes e comunidade puderam discutir suas propostas e adequar as possibilidades de conteúdos aos apontamentos que a comunidade sinalizou.

FIGURA 22 - EDUCADORAS E COMUNIDADE QUILOMBOLA EM ATIVIDADE FORMATIVA



FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS>

Quando a escola une-se à comunidade têm-se a oportunidade de juntas decidirem os caminhos que devem seguir para que ambas dialoguem no processo educativo que ocorre no território. Assim, a escola passa a ter ciência de outras demandas e de que só é possível ter conhecimento a partir do olhar de dentro da comunidade. Em 2016, os problemas mais urgentes estavam centrados na falta de manutenção das estradas que dão acesso ao quilombo e na necessidade de conclusão da obra do novo prédio escolar. Dessa reunião saiu o tema que deveria nortear as práticas docentes dentro das disciplinas curriculares, sob o título: “Território: Caminhos para autonomia”. O corpo docente passou a planejar os conteúdos específicos para colaborar com a comunidade na resolução das situações-problema que foram apontadas. Esse momento de interação entre escola e comunidade ocorreu em dias destinados à formação continuada, podendo ser considerada uma ação formativa para educadoras e quilombolas.

No ano de 2017, a gestão da escola estabelece parceria com a Universidade Federal do Paraná por meio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro – NEAB. Sob coordenação da professora Dra. Carolina dos Anjos de Borba, o NEAB realizou a abertura de uma turma de preparação para o ingresso na pós-graduação, o Pré-Pós. Mesmo tendo o curso um objetivo explícito, que é o preparo para ingresso na pós-graduação, as ações formativas que ocorreram durante o ano foram eficazes também

na formação continuada, suprimindo a carência que o Estado não conseguiu atender. O processo trouxe benefícios para a prática pedagógica das professoras que passaram a entrar em contato com literatura e referenciais que abordam as relações étnico-raciais na educação e a própria educação escolar quilombola.

Durante a execução do curso, estiveram presentes a Dout. Givânia Maria da Silva, que está a frente do Coletivo Nacional de Educação Escolar Quilombola e vem de Conceição das Crioulas, território que é referência em EEQ no país; a Dra. Maria Clareth Gonçalves Reis, que acompanhou como assessora técnica na elaboração de orientações para a EEQ no estado do Paraná; a Dra. Lucimar Rosa Dias, professora na Universidade Federal do Paraná, escritora e nome referência na produção científica de material voltado para a educação antirracista; e a Dra. Carolina dos Anjos de Borba, também professora na Universidade Federal do Paraná, com experiência na pesquisa em Comunidades Quilombolas e representante do NEAB na ocasião da oferta do curso pré-pós. As contribuições de caráter formativo que essas profissionais representam para o grupo de docentes do colégio é contínuo, visto que possuem extensa produção acadêmica que coloca em pauta a EEQ e a Educação para as Relações Étnico-Raciais. No período do curso, elas colocaram em debate textos para a formação na EEQ, a exemplo de “Educação e Luta Política no Quilombo de Conceição das Crioulas”, de autoria de Givânia M. Silva (2012). Por meio das leituras indicadas, foi possível estabelecer diálogos sobre a educação que acontecia em João Surá, bem como compreender de forma mais ampla o conceito de Educação Escolar Quilombola, pensando a modalidade a partir de outras experiências narradas por especialistas da área de conhecimento.

Além da leitura do referencial contextualizado com a EEQ, foram elaborados projetos de pesquisa, que consistiam em uma das formas de avaliação do curso, sendo assim, todos os passos necessários à escrita de projetos foi desenvolvida durante as aulas, levando para as professoras do colégio a formação que necessitavam para colocar em prática a demanda do Projeto Político Pedagógico da instituição, que orienta para o trabalho com projetos de aprendizagem nas séries finais do ensino fundamental e ensino médio. O preparo para elaborar um projeto de aprendizagem veio a partir da formação ofertada pela UFPR.

Durante o período de observação-participante nesta pesquisa, coletamos dados em diário de campo que trazem relatos de participação em eventos de formações continuadas ocorridas na escola. Considerando para tais eventos as oficinas

ministradas por quilombolas para a confecção de utensílios próprios da cultura de João Surá, oficinas para preparar pratos típicos da culinária local e reuniões entre escola e associação de moradores, trabalhos envolvendo interação entre comunidade e escola para apresentações de atividades pedagógicas e momentos comemorativos, os quais entendemos serem formativos numa perspectiva gnosiológica, isto é, a ação de conhecer o sentido e a essência de cada situação.

Ao recorrer ao diário de campo, em registros obtidos nos dias 30/11/2018 e 01/12/2018, tem-se que ocorreu o II Seminário de Educação do Campo do Vale do Ribeira, evento promovido pela Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral. Participaram do evento docentes do C.E.Q. Diogo Ramos, Colégio Estadual de Campo Porto Novo e Colégio Estadual de Campo Selbmann, juntamente com discentes do cursos de Licenciatura em Educação do Campo. A atividade foi realizada no bairro Vila Mota, no C.E.C. Selbmann, localidade que dista pelo menos 40 km do quilombo João Surá, sendo assim, participaram do evento formativo um número reduzido de docentes do C.E.Q, sendo eles/as: Diogo Ramos (Benedito Florindo (pedagogo), Lucinéia Pereira, Kariny Pontes, Gedielson Ramos, Ramon Rodrigues, Renan Rodrigues, Cassius Cruz (diretor) e eu.

A discussão do seminário foi pautada na questão da formação docente pensada nos povos do campo, incluindo-se nessa ocasião comunidades camponesas do Vale do Ribeira Paulista. Os diálogos que permearam a programação do seminário foram propostos a partir dos relatos de experiências em relação à educação diferenciada que ocorre nos estados de São Paulo e Paraná, por meio das vivências dos sujeitos ali presentes. O registro da discussão está nestas palavras: “ Proposições: Articulação para formação de professores da educação do campo, já que o Estado não propõe.” Guiados por essa proposta foram elencadas possibilidades de executá-la de forma autônoma, formulando um grupo responsável por buscar parcerias com universidades, educadores populares, movimentos sociais e professoras especialistas na área para desenvolver um projeto de formação continuada dentro das especificidades da Educação do Campo.

A informação, acima destacada, evidencia que há carência de formação continuada para lidar com a heterogeneidade presente nas escolas, sobretudo, nas escolas de campo, visto que o movimento resultou em uma proposta com modelo de formação independente de ações do Estado. De um lado, a ação demandada pelas docentes e discentes acadêmicas revela a preocupação real em atender com qualidade

os sujeitos educandos do campo que estão à margem. Por outro lado, fica evidente, também, a falta de ação por parte do Estado, o qual é principal responsável por encaminhar ações formativas para professores da educação básica em todas as modalidades educacionais.

Seguindo a linha de ações independentes, destacam-se as atividades realizadas pelo C.E.Q. Diogo Ramos, as quais são observadas para esta pesquisa com caráter exclusivo de busca por situação de formação que colabore na compreensão do problema proposto nesta dissertação.

Nesse sentido, as oficinas envolvendo a comunidade são extremamente importantes para concretizar a EEQ conforme as orientações da Resolução 08/2012, pois são nos momentos de interação entre a comunidade e a escola que se permite mediar o respeito ao contexto cultural. Freire (1992, p. 86) trata da importância a esse respeito cultural evidenciando que “a localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando no mundo”. A partir de tal premissa, podemos conferir às oficinas interdisciplinares espaços nos quais professoras, comunidade e estudantes interagem, compartilhando e agregando o conhecimento científico exigido pelo currículo ao conhecimento prático que está presente nas tecnologias utilizadas pela comunidade.

Dessa forma, podemos ter exemplificadas situações observadas em campo de pesquisa que validam a importância das ações formativas internas da instituição, considerando que o propósito inicial das atividades não necessariamente foi planejado com intuito formativo para docentes, mas que tornam-se momentos de formação continuada na perspectiva da EEQ. Outra exemplificação que valida tal informação são os eventos promovidos anualmente, como a comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Em 2019, assim como nos anos anteriores, as mulheres quilombolas foram chamadas à escola para ouvir palestras sobre saúde feminina, prestigiar homenagens feitas por estudantes e falar de suas lutas e conquistas dentro da perspectiva da mulher quilombola. A formação docente está implicada nesse momento de escuta da comunidade a partir de uma narrativa de vozes muitas vezes silenciadas.

Ainda olhando para as atividades potencializadas do ponto de vista formativo, tem-se as Feiras Solidárias organizadas pela escola em conjunto com as comunidades quilombolas próximas de João Surá. A formação docente ocorre desde o planejamento das feiras até o momento das trocas solidárias, pois as professoras necessitam registrar o que cada morador produz e irá levar para trocar ou vender na feira, bem

como passam a ter contato direto com as produções de alimentos, artesanatos e demais elementos culturais presentes nas diferentes comunidades que participam do evento. O professor de matemática precisa elaborar um pensamento lógico para compreender o valor simbólico atribuído pelos quilombolas a cada produto ofertado na feira. Nessa dimensão, outras nuances formativas se fazem presentes, por exemplo, estar em contato com as formas de negociação e os valores morais/éticos que fazem parte da identidade do território. Em experiências como essas, as professoras passam a incorporar elementos da comunidade em suas práticas pedagógicas a partir de uma formação que se dá na cotidianidade da prática docente no colégio.

Em evento externo à atividade do colégio, acompanhamos as defesas de Trabalhos de Conclusão de Curso de estudantes da LeCampo. Essa atividade ocorreu em 15 de junho de 2019 nas dependências do colégio, mas não tratava-se de dia letivo para docentes e estudantes. No entanto, duas professoras do colégio estavam apresentando seus trabalhos nesse dia, além de outras professoras que hoje são formadas no curso, mas não atuam na docência quilombola. Ao observarmos os trabalhos desenvolvidos pelas professoras e as temáticas por elas escolhidas, percebemos como o processo de pesquisa e aprendizagem é contínuo nas vivências quilombolas.

A professora Carla Fernanda apresentou um trabalho que discutia as infâncias quilombolas no território, articulando a constituição das crianças em um espaço de permanente disputas territoriais. Tal momento configura uma possibilidade única de entender como as professoras quilombolas olham para seus territórios pensando a educação em interface com os demais eixos de problematização que permeiam a comunidade. Assim como as apresentações dos trabalhos também estão inseridas no momento exato da formação inicial das docentes. O papel da UFPR- Litoral, enquanto instituição formativa, tem destaque importante na constituição do docente que olha para o território para pensar a profissionalidade da professora quilombola.

Em virtude de uma greve estadual da educação, ocorrida no mês de junho de 2019, a escola se reorganizou para fazer as reposições de dias letivos, a fim de garantir o cumprimento de carga horária prevista no calendário escolar. A partir dessa reorganização, foi planejada uma aula de campo, a qual foi registrada e compreendida em ótica formativa para docentes, conforme dados que seguem.

Em 26 de julho de 2019, professoras, estudantes, agentes, mães e pais de estudantes estivemos em uma aula de campo na casa dos avós de estudantes

do 6º ano e 1ª série (E.M). A proposta da atividade foi de fazermos o beiju de farinha e o caldo de cana, abordando, portanto, a culinária típica quilombola deste território. A atividade foi enriquecedora, pois os estudantes puderam dar um novo significado a um prato típico ao aprenderem sobre física a partir do movimento cicloide da moenda, e da força empregada pelo burro (ferramenta usada para prensar a massa da mandioca e tirar o líquido dela). O senhor Antônio Aparecido de Matos também explica como existe uma toxina presente na água que é extraída da mandioca e que pode levar a morte se ingerida. (DIÁRIO DE CAMPO, 26 de julho de 2019).

FIGURA 23 - ATIVIDADE PEDAGÓGICA NA RESIDÊNCIA DE UMA FAMÍLIA QUILOMBOLA



FONTE: A autora (2019).

A partir desse registro, percebemos a riqueza do momento, pois as professoras que atuam na modalidade da EEQ precisam saber ensinar os conteúdos curriculares envolvendo a cultura local, e nesse dia específico houve uma atividade de formação continuada, tendo por principal locutor um professor quilombola aposentado na rede municipal de ensino e recém-formado no curso de Ciências da Natureza da LeCampo. Nessa atividade foi possível contemplar o que orienta a DCNEEQ no que diz respeito aos eixos de aprendizagem para a formação inicial e continuada de professoras (2012, p. 469-470)

- I – os conteúdos gerais sobre a educação, política educacional, gestão, currículo, avaliação;
- II – os fundamentos históricos, sociológicos, sociolinguísticos, antropológicos, políticos, econômicos, filosóficos e artísticos da educação;
- III – o estudo das metodologias e dos processos de ensino-aprendizagem;
- IV – os conteúdos curriculares da base nacional comum;
- V – o estudo do trabalho como princípio educativo;
- VI – o estudo de memória, ancestralidade, oralidade, corporeidade, estética e do etnodesenvolvimento, produzido pelos quilombolas ao longo do seu processo histórico, político, econômico e sociocultural;
- VII – a realização de estágio curricular em articulação com a realidade da Educação Escolar Quilombola;
- VIII – as demais questões de ordem sociocultural, artística e pedagógica da sociedade e da educação brasileira de acordo com a proposta curricular da instituição.

De acordo com relatos encontrados nas narrativas autobiográficas e das ações observadas, o colégio tem conseguido, em conjunto com a comunidade, atender aos eixos de orientação que destinam-se à formação continuada, e, para obter êxito, dispõe de recursos diversos dentro de uma visão de potencialidades que se insere na própria comunidade. Quando a escola propõe uma oficina de artesanato, levando para o ambiente escolar o Sr. Paulo Andrade e sua esposa d. Aparecida Pontes, que são quilombolas moradores do núcleo de Guaracuí, que fabricam artesanatos, como o cesto, o tipiti, a peneira, a pá, utilizando taquara, o cipó e a madeira, num trabalho completamente manual, não são apenas os estudantes que apreendem mais sobre a cultura local, mas também as docentes que participam da atividade. Afinal, tem-se nesse momento uma formação sobre a EEQ.

Ao participar da oficina, ao mesmo tempo aprendiz, pesquisadora e professora, despertamos para observar o envolvimento de estudantes e professoras do quilombo, que, sem uma educação escolar que valorizasse a cultura do território, aos poucos iriam deixando de ter conhecimento sobre tais ofícios. Perceber o olhar curioso e as mãos interessadas em tecer os fios de taquara dando forma a utensílios que há muitos anos fazem parte de seus lares, permite compreender o papel de uma escola quilombola no território na missão de auxiliar na valorização da cultura e na tradição de uma comunidade.

FIGURA 24 - ESTUDANTE TECENDO PENEIRA DURANTE OFICINA SOBRE CULTURA LOCAL



FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS>

O caráter formativo dessas oficinas é destacado na narrativa autobiográfica do Professor Gedielson Ramos:

Trabalhar em um colégio quilombola é muito importante para mim, pois nele nós aprendemos a trabalhar em equipe e respeitando nossas ancestralidades, fazemos saída de campo com os alunos para por em prática o que aprendemos em sala de aula. Fazemos as oficinas nas casas dos pais de alunos, tios e avós. As oficinas também ajudam na manutenção e preservação da cultura de fazer farinha de mandioca, biju, açúcar mascavo, rapadura, taiada, canjica cuscuz, tapioca, limpeza do arroz e torragem de café. Cada uma dessas atividades é planejada para que cada disciplina possa contribuir no aprendizado do educando. Essas aulas são de suma importância tanto para os alunos quanto ao professor, porque é nelas que percebemos que as aulas de campo são importantes. Na aula de matemática busco fazer relações dos conteúdos estudados com a realidade dos educandos para que eles possam compreender de maneira mais clara e objetiva. Ainda não temos materiais didáticos específicos para a disciplinas de matemática para a educação escolar quilombola, trabalhamos com projetos de aprendizagem no coletivo de turma. No dia a dia na escola sempre falo da importância de lutar por nossos direitos e preservar a nossa cultura. (GEDIELSON RAMOS, 2019).

Quando o professor Gedielson Ramos afirma que os momentos de oficina são importantes, tanto para os estudantes quanto para o professor, evidencia que o texto expresso no Projeto Político Pedagógico da escola e da Proposta Pedagógica elaborada em 2010, está se efetivando, pois nesses documentos a formação continuada parte exatamente da ideia de comunidade quilombola como um lugar educativo por excelência. De acordo com o PPP da escola (2018. p.56), para que essa ideia de formação continuada seja contemplada, os momentos formativos da instituição

são planejados considerando as produções que orientam a organização do currículo e a política educacional, mas de forma contextualizada com estudos sobre “a recriação das tradições da comunidade quilombola: festas religiosas, danças, agricultura, artesanato, pesos e medidas, contação de causos, enfim, símbolos que afirmam a identidade da comunidade.”

A interação entre conteúdo do currículo e as tradições da comunidade ocorre por meio das oficinas mencionadas na autobiografia do professor Gedielson, que também passa a refletir sobre o ensino de matemática a partir do que vivencia nas aulas de campo, relacionando ainda que o material didático não atende à diversidade cultural existente no quilombo, sendo necessário projetar um fazer pedagógico que possibilite desenvolver metodologias de emancipação, o que se revela quando diz que “no dia a dia na escola sempre falo da importância de lutar por nossos direitos e preservar a nossa cultura.”

Essa ação realizada pelo professor explicita o caráter de valorização da cultura do/a estudante e contribui para o processo identitário das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Ao se referir ao currículo para os Outros, isto é, os que estão compreendidos fora do saber hegemônico, Miguel G. Arroyo (2015) constata que os conhecimentos e o material didático em pouco auxiliam os sujeitos e sujeitas no processo de autorreconhecimento a partir de si, de seus coletivos, de sua história, de seu lugar, de suas formas de produção, de trabalho, de suas culturas, de suas memórias e lutas por outro projeto de campo e de sociedade. O fazer pedagógico evidenciado pelo professor Gedielson está também relacionado ao processo identitário e corrobora com a prática educativo-crítica que Freire (1992, p. 18) referencia, pois possibilita “propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se.”

FIGURA 25 - RAPADURA E TAIADA FEITAS EM OFICINA COM ESTUDANTES E FAMÍLIAS QUILOMBOLAS



FONTE: <https://www.facebook.com/CEQDIOGORAMOS>

Ainda considerando como momento de formação continuada ações envolvendo a comunidade e a escola, observamos, no dia 23 de outubro de 2019, uma reunião entre comunidade, escola e SEED-PR. A pauta discutida nessa ocasião é a normatização de um documento que regularize a Carta de Anuência. Conforme relatos do diário de campo, o encaminhamento da discussão esteve sob responsabilidade da representante do setor da Diversidade da Secretaria de Estado. Aos representantes da associação de remanescentes de quilombo do bairro João Surá coube a missão de apontar os requisitos que a SEED deverá seguir para contratação de professoras e demais agentes educacionais. A representante do governo relembra aos presentes de que a minuta sobre a carta de anuência é resultado de uma ação da comunidade, e a secretaria de educação passou a ser cobrada pelo Ministério Público do estado para regulamentação do documento em caráter de urgência. O texto base foi redigido pelas comunidades quilombolas de João Surá e Adelaide Maria da Trindade Batista (Palmas). As professoras do colégio que fazem parte da nossa pesquisa estiveram presentes nessa reunião, bem como estudantes, gestor e comunidade. No entanto, as vozes consideradas para construção do documento são exclusivamente quilombolas. Reconhecemos nessa situação uma atividade formativa para docentes quilombolas, ao passo que participam da discussão de um documento que irá orientar especificamente a contratação de profissionais para atuar nas escolas quilombolas do estado, nesse

sentido, passam a conhecer o que se espera de uma professora que irá ministrar aulas em território quilombola. Dessa forma, passa a ser de conhecimento de todos/as o que a comunidade busca ao selecionar sua equipe docente.

Como resultado da minuta sobre a carta de anuência, as professoras foram incumbidas de apresentar um plano de ação para desenvolver suas disciplinas no ano seguinte. A elaboração do plano de ação constitui uma das últimas atividades formativas observadas no ano de 2019, pois envolveu a comunidade quilombola na avaliação das propostas elaboradas pelas professoras e demandou buscar conhecimento a respeito do plano de ação.

FIGURA 26 - REUNIÃO ENTRE COMUNIDADE, PROEFSSORAS E EQUIPE DA SEED-PR



FONTE: Roselaine da Silva Rosa (2019).

O processo de elaboração do referido plano é primordial quando se trata da constituição de uma docência quilombola, pois é uma situação na qual a comunidade tem a possibilidade de avaliar se a professora está comprometida com a EEQ e disposta a implementar ações que viabilizem uma educação escolar diferenciada dentro do território. Ao mesmo tempo em que é uma situação formativa para as professoras, é também formativa para a comunidade, que precisou se reunir e discutir os conteúdos apresentados nos planos de ação das professoras, e ambos evoluem na compreensão de EEQ, em um processo contínuo de aprendizagem. Conforme percepção narrada na autobiografia do professor Ramon Rodrigues:

Encontrei vários problemas sobre falta de conhecimento de cultura Afro, mas como dizia Paulo Freire "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Então me propus a

aprender e me despi do que sabia ou achava que sabia sobre como ser um Educador Quilombola. Vi o quanto a valorização em gesto da comunidade é importante, o quanto ouvir o anseio da comunidade é necessário [...]. (RAMON RODRIGUES, 2019).

O professor Ramon demonstra, por meio de sua escrita, que a mediação da comunidade é essencial à constituição da docência no quilombo, que o ato de ouvir a comunidade faz parte de um processo de formação deste docente, assim como ocorreu na reunião acima relatada, corroborando à compreensão de tratar-se de uma situação de formação continuada.

FIGURA 27 - ESTUDANTES, PROFESSORAS E EQUIPE DA SEED-PR



FONTE: Arquivo Pessoal (2019)

Em registro do diário de campo, no dia 20 de novembro de 2019, professoras, estudantes, comunidade e demais educadoras do C.E.Q. Diogo Ramos estiveram envolvidos na organização de uma apresentação cultural em referência ao Dia da Consciência Negra. O município de Adrianópolis adotou o dia como feriado a partir de um projeto de lei encaminhado pela Vereadora Janaína Moreira Ariane Bernardi, o qual foi aprovado por meio da Lei nº 927, de abril de 2018. Mesmo estando em vigor desde 2018, foi apenas em 2019 que a data foi celebrada oficialmente com apoio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, colégios estaduais e, principalmente, das Comunidades Quilombolas do município.

Na ocasião, foram expostos trabalhos referenciando as lutas quilombolas, a resistência do povo negro e a importância de se conscientizar a população para eliminar as práticas racistas que permeiam a sociedade. Constituíram esse momento

também as apresentações culturais que fortalecem a identidade negra, a exemplo de danças, artesanatos, feira com alimentos cultivados pelas comunidades quilombolas, e ações de escuta nas quais as lideranças quilombolas puderam erguer a voz em praça central para dizer o que é ser negro e quilombola.

Durante o período das apresentações, a professora Glasiele Andrade dirige-se a mim com a seguinte observação: “ Vanessa, esse é um momento de formação para nós!”

Foi nesse momento que percebi o potencial daquele evento, pois assim como tivemos ações em acordo com o exposto nos artigos 26-A e 79-B, que tratam da Educação para as Relações Étnico-Raciais, observamos também apresentações que estavam em desacordo ao que está previsto nas referidas instruções normativas. Podendo ser referenciadas apresentações teatrais de outros colégios que trouxeram a narrativa do negro oprimido, escravizado, açoitado e estereotipado.

À luz do Parecer 003/2004, redigido por Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, tratando das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pode-se afirmar que “pedagogias de combate ao racismo e a discriminações elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra.” Portanto, cabe aos sistemas de ensino oferecer o suporte necessário para que as questões envolvendo a história e cultura afro-brasileira e africana sejam abordadas de forma completa, sem apelar para resumos incompletos ou com erros, forjados na visão eurocêntrica que desvaloriza o sujeito negro.

O olhar atento da professora Glasiele, e demais docentes presentes na ocasião, serve como base para compreender como as atividades, mesmo as de cunho cultural que ocorrem fora do ambiente escolar, são dotadas de ações formativas que precisam ser desveladas para que então as professoras passem a refletir sobre suas próprias práticas pedagógicas na docência quilombola.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

FIGURA 28- ATIVIDADE DE ORIENTAÇÃO *IN LOCO*



FONTE:: A autora (2019).

Ao investigar os processos envolvidos nos objetivos propostos para esta pesquisa, deparamo-nos com o novo, no sentido de analisar um campo de pesquisa a partir de um lugar que também é de dentro do campo investigado. Nesse sentido, ressalta-se o valor da ressemantização do termo quilombo dentro da perspectiva territorial e cultural, visto que os sujeitos desta pesquisa estão situados em um contexto histórico que também é de permanente ação, portanto, não podiam ser referenciados a partir do lugar de escravizados refugiados. Os/as quilombolas são muito mais que isso, são gente que luta, resiste, insiste e educa a sociedade brasileira.

Foi importante conhecer o histórico de João Surá como uma sociedade organizada na busca pela garantia e efetivação de direitos educacionais, na luta para serem tratados igualmente, considerando suas especificidades. Mais ainda, perceber como as mulheres estão em destaque nas pautas educacionais, na docência e na liderança comunitária. Essa potencialidade das mulheres quilombolas, que estão à frente de um projeto comunitário, deve ser pesquisada e valorizada no campo acadêmico. Futuras pesquisas devem ouvir as vozes femininas do quilombo de João Surá, pois certamente, há muito para ser dito, ouvido e registrado, na composição deste mosaico da lutas.

Por meio das análises realizadas, concluímos que o início da construção do que estamos chamado de Docência Quilombola, para quem não é quilombola ou mesmo para quem o é, se dá inicialmente pela dúvida e pelo estranhamento, porque falta conhecimento a respeito do território para alguns e, para outros, do campo epistemológico que ainda está se construindo sobre a EEQ, inquietações que foram evidenciadas nas vozes ouvidas nesta pesquisa. No entanto, também constatamos que é o comprometimento e a participação nas redes de apoio, tecidas entre direção escolar, comunidade e professoras, que irão compor essa docência, pois, durante o exercício da profissão, passam a compreender o território quilombola como um espaço educador, bem como a valorizar a história das pessoas que fazem parte dele.

Os dados, referentes aos processos de formação continuada ofertados pela mantenedora da instituição, permitem concluir que não há prioridade na formação profissional específica das professoras que trabalham no colégio, mesmo sendo esse colégio pertencente à categoria: escola quilombola. No entanto, o que a prática investigativa que conduziu essa pesquisa nos revela é que existe uma prática efetiva de formação continuada para estas docentes, e que não ocorre especificamente por meio de cronogramas ou programas de formação oficiais. É uma formação continuada que acontece cotidianamente no chão da escola e na constante interação que se realiza no território quilombola, e mais que isso, uma formação continuada no sentido de valorização e de continuação da comunidade.

O que cabe ser problematizado, como resultado de tal análise, é que as experiências formativas de uma Docência Quilombola expressam as armadilhas do racismo como impedimento para o acesso à formação inicial e continuada que garantam o conhecimento da modalidade EEQ e sobre a EQ. O poder público federal, estadual e municipal age conforme as janelas e interesses políticos, impondo às comunidades quilombolas uma luta diária para garantir direitos humanos basilares: moradia, educação e saúde. Sobreviver em seus territórios é parte do cotidiano de um/a quilombola, pois as ameaças são constantes, daí a importância da titularização dos territórios, que em João Surá ainda é um impasse, deixando as famílias inseguras e em estado permanente de alerta. Por isso, faz-se necessário garantir os direitos já adquiridos, a exemplo da Carta de Anuência, instrumento destacado como de suma relevância ao exercício da Docência Quilombola.

Depreendemos que não é de fato interesse do Estado promover a educação pensada na e para a diversidade étnico-racial, cultural e territorial, pois nos relatos

transcritos vimos que as formações ofertadas pela mantenedora enfatizam o sistema avaliativo, sem considerar as normativas legais específicas da modalidade EEQ.

São as iniciativas coletivas da comunidade e do colégio que garantem a EEQ. É um projeto pensado pelos quilombolas que tem garantido a realização dessa educação na modalidade, desde a luta inicial, das práticas observadas e dos relatos contidos nas narrativas autobiográficas. As informações evidenciam que EEQ ocorre porque os/as quilombolas e as professoras quilombadas tomam para si a responsabilidade dessa tarefa, criando a possibilidade diante das adversidades. O Estado, no contexto em que esta dissertação está sendo finalizada, tem realizado ações que massacram populações quilombolas em uma disputa que inicia pelo direito à terra e permeia as ramificações implicadas no território, neste caso: a educação escolar e a formação docente.

Então, qual foi a resposta encontrada para o questionamento de que se de fato existe uma Docência Quilombola e, como o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e o quilombo João Surá têm atuado como espaço de formação continuada para constituí-la? Nossa resposta é: sim, esta docência se manifesta nas práticas das professoras, nas relações da gestão, nos modos como a comunidade interage com o espaço da escola e está orientada pelos seguintes princípios: A docência quilombola é exercida por professora quilombola ou não quilombola, desde que tenham anuência da comunidade para ocuparem o lugar de educadoras. Porque estar no Colégio é estar no território, é pisar no chão lavrado pelas mãos de muitas vidas, é andar pelas terras de muitos contos guardados pelas mais velhas, é percorrer espaços sagrados em que muitos já estiveram fisicamente, e agora continuam por meio de seus saberes e de sua presença espiritual. É compreender que sem o conhecimento advindo da Educação Quilombola não há Educação Escolar Quilombola. É partilhar e se comprometer com a luta das comunidades. Nesse sentido, só realiza e se constitui em uma Docência Quilombola, não apenas quem nasceu no quilombo, mas também quem se quilomba.

As práticas autônomas da escola e da comunidade são fundamentais e, cabe destacar, que elas refletem o quanto as lutas quilombolas se atualizam, e a comunidade de João Surá apresenta-se como parte desse processo de resistência, possibilitando que as professoras vivenciem o quilombamento e protagonizem a

constituição de uma identidade necessária ao exercício docente em territórios quilombolas: a docência quilombola<sup>30</sup>.

Sendo assim, finalizo a pesquisa, não com a minha voz-escrita, mas com as vozes-escritas das professoras que expressam, de modo contundente, o que é a “Docência Quilombola”:

[...] Atualmente sou umas das professoras quilombolas do Colégio, e está sendo uma experiência incrível. Nunca imaginei que um dia eu seria professora e muito menos na minha comunidade, estou concluindo a licenciatura de letras, e sonho em avançar ainda mais na minha carreira profissional para ajudar ainda mais a minha comunidade!!! (ROSELAINÉ SILVA, 2019).

[...]Hoje sou um professor quilombola, consegui chegar onde estou através de muito esforço, e, apesar das dificuldades, é o quarto ano que trabalho no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, Desde então, o nosso trabalho é feito junto com a comunidade, resgatando a cultura, os costumes e as tradições quilombolas. (GEDIELSON RAMOS, 2019).

[...]Ver e aprender com um solo de mais de 213 anos de história, resistência e ancestralidade, foi algo que só me agregou enquanto humano, e tanto na escola, quanto fora dela, a Educação Escolar Quilombola e a Educação Quilombola, só me transformou nestes 6 anos, consegui amizades incríveis, experiências que eu jamais iria ter em outros colégios, e uma certeza de que estes 6 anos foram a melhor coisa que aconteceu no meu processo de formação como professor. (RAMON RODRIGUES, 2019).

Ser professora para mim é todo dia aprender coisa nova, desafios [...] Há dias que chego triste, mas tem dias que chego eufórica de tanta felicidade, porque a arte de ensinar e aprender com as pessoas que acompanhei desde quando elas eram muito pequenas, com toda certeza, isso não tem preço. Parece-me que estou tendo uma segunda chance, de ler, aprender e ser uma pessoa melhor.(CARLA FERNANDA, 2019).

Ser quilombola e professora neste campo foi fundamental, meu desejo de reforçar a tradição aos estudantes deu muito certo, fazendo então várias pesquisas de campo onde cada sujeito de pesquisa, são nossos anciãos na qual temos muito estima. (GLASIELE MATOS, 2019).

[...]Na minha percepção como educadora, a educação escolar quilombola é uma área fascinante, pois a cada dia é imprescindível a percepção do quanto ela é primordial, sempre é preciso buscar o conhecimento que vai muito além dos livros didáticos e que nos fortalece tanto no aspecto cultural como social. Proporcionando uma aprendizagem inigualável e o acúmulo de bagagem

<sup>30</sup> Finalizamos este texto no dia 16 de agosto de 2020. Entretanto, os movimentos no colégio são dinâmicos e constantes. Diante disso, destacamos que o período de trabalho remoto iniciado em março de 2020, em decorrência da Pandemia de COVID-19, impulsionou ainda mais os movimentos de formação continuada desenvolvidas pela instituição em conjunto com a comunidade, pois nesse contexto, as professoras não estão vivenciando o momento pandêmico no território. E, por meio de videoconferência, abrem-se possibilidades para a formação das professoras do colégio. O colégio firmou parceria com a Universidade Estadual do Paraná, a partir da mediação da professora Dra Giselle Moura Schnorr, para a oferta de um curso de formação continuada na modalidade EaD com o seguinte título: “Currículo Descolonial, Interculturalidade e Bem Viver”, que deve iniciar em 28 de agosto de 2020 e finalizar em 04 de dezembro de 2020. Além disso, os modos como a escola propôs a continuidade das aulas neste período daria uma nova pesquisa para quem se interessa pelas múltiplas formas de constituição da EEQ.

inestimável. Contribuindo nessa caminhada profissional, renovando nossos saberes. Agradeço muito a comunidade por me privilegiar com esse rico conhecimento que vem sendo transmitido não apenas para os educandos, mas também para nós educadores(as). (KARINY PONTES, 2019).

[...]Hoje, mesmo não estando mais trabalhando como professora na comunidade, posso dizer que os laços, aprendizados e minha formação como professora quilombola me fizeram ter outra visão do que é ser professora, e esta experiência é parte importante da minha identidade. (TEREZA AMARAL, 2019).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Os quilombos e as novas etnias: In: O" Dwyer, Eliane Cantarino. Quilombos e identidades étnicas e territorialidade.- **Editora FGV**, Rio de Janeiro. 2005.
- ANDRÉ, Marli. Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores. **Educar em Revista**, Dez 2013, Nº 50 Páginas 35 – 49.
- ARAÚJO, Dalva Vieira de. **Professores Em Escolas De Comunidades Quilombolas: Práticas Pedagógicas E Recomendações Legais**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR. Curitiba. 2017.
- ARROYO, Miguel G. Os Movimentos Sociais e a Construção de Outros Currículos. **Educar em Revista**, Jan./Mar. 2015, Nº 55, Páginas 47-68.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo, 1977.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola**. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira**. Conselho Nacional de Educação, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20/12/1996**. Disponível em: <  
[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf)> Acesso em 20 fev. 2019
- \_\_\_\_\_. **Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida**. Brasília: Cultura Gráfica e Editora Ltda, 1996.
- CARRIL, Lourdes De Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, Jun 2017, Volume 22 Nº 69 Páginas 539 – 564.
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ. **QUEM SOMOS- NOSSA HISTÓRIA**. Disponível em:  
<http://conaq.org.br/nossa-historia/>> Acesso em 02 dez. 2019.
- CRUZ, Cassius Marcelus. **Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar Quilombola no Paraná no início do III milênio**. 2012 - acervodigital.ufpr.br.

DIAS, Lucimar Rosa, ROCHA, Vanessa Gonçalves da. Uma identidade em construção: professor/a quilombola na comunidade de João Surá. **TRAVESSIAS**. v. 13, n. 3 (2019). Disponível em: ><http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/23498>< . Acesso em 05 jan. 2020.

Dossiê Temático. "Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas" **Revista da ABPN** | Nov 2015 - Fev 2016 v. 8 n. 18 (2016).

FALKEMBACH, Elza M. F. **Diário de Campo**: um instrumento de reflexão. Contexto e Educação. Universidade de Ijuí. ano 2. nº 7, julho /set 1987.

FREIRE, Paulo **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa – São Paulo: Paz e Terra, 1996.: Disponível em: ><http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/4393>< Acesso em 10 jan. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. 1992. Disponível em:> ><http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/4393><. Acesso em 10 jan. 2020.

JM Larchert, MW de Oliveira - **Panorama da educação quilombola no Brasil Políticas Educativas**, 2013. Disponível em: ><https://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/45656/28836>< Acesso em 30 jul. 2018.

KOMARCHESKI, Rosilene. **Redes de Re-Existências Desde o Quilombo João Surá**. Curitiba, 2019.

LEITE, Ilka Boaventura. Projeto Político Quilombola: Desafios, Conquistas e Impasses Atuais **Revista Estudo Feministas**, Sept-Dec, 2008, Vol.16(3), p.965(13).

MENGA, Lüdke, MARLI E.D.A. André. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I**. - São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo-Rio de Janeiro, HUCITEC-ABRASCO, 1992.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **QUILOMBOS E EDUCAÇÃO**: Identidades em disputa. Disponível em: ><https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/57234>.< Acesso em 23 jul. 2018.

MOITA, M. C. Percursos de Formação e de Trans-Formação. In NÓVOA, **A Vidas de Professores**. Porto: Porto Editora, 1995.

MUNAGA, Kabengele. Origem e Histórico do Quilombo na África. **Revista Usp**, São Paulo (28 ): 56-63, Dez./Fev 95/ 96. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28364/30222>> Acesso em 04 abr. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. Editora Vozes Ltda. Petrópolis- Rio de Janeiro, 1980.

NASCIMENTO, Lisângela Kati do. **Identidade e Territorialidade: Os Quilombos e a Educação Escolar no Vale do Ribeira**. São Paulo, 2006.

NETO, Otávio Cruz. **Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2 ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUNES, Georgina Helena Lima. Educação Escolar Quilombola: Processos de Constituição e Algumas Experiências. **Revista da ABPN** • v. 8, n. 18 • nov. 2015 – fev. 2016, p.107-131

Orientações Curriculares: Diversidades Educacionais./ Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Cuiabá: Defanti, 2010. Disponível em: >[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao\\_quilombola/material\\_mato\\_grosso.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_quilombola/material_mato_grosso.pdf)< Acesso em: 20 set. 2020.

PARANÁ. **Educação Escolar Quilombola: Pilões, Peneiras E Conhecimento**. Curitiba, 2010.

Parecer CNE/CEB Nº 16/2012. Brasil. 2011.

PERNAMBUCO. **Pernambuco Quilombola: Direitos Fortalecidos, Respeito Assegurado**. Pernambuco, 2016.

ROCHA, Vanessa Gonçalves da, DIAS, Lucimar Rosa. **A Implementação da Lei 10.639/03 no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos**. Kwanissa, São Luís, n. 2, p. 164-178, jul/dez, 2018. Disponível em: ><http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/9764><. Acesso: em 10 jan. 2019.

SANTOS, Aline Nunes dos. **A Diversidade Socioterritorial Dos Sujeitos Do Campo No Curso De Licenciatura Em Educação Do Campo** – Ciências Da Natureza Da Universidade Federal Do Paraná – Setor Litoral. Curitiba, 2020. Disponível em: ><https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=76408&idprograma=40001016001P0&anobase=2020&idtc=1523>< . Acesso: em 10 ago. 2020.

SILVA, Fabiane Moreira da. **Escolas Para Quilombolas: Identidade, Territorialidade No Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos E Na Escola Municipal Do Campo Augusto Pires De Paula**. Curitiba, 2020. Disponível em: ><https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=76407&idprograma=40001016001P0&anobase=2020&idtc=1521>< Acesso em: 15 ago. 2020.

SILVA, Flávia Carolina da. **A Educação das Relações Étnico-Raciais na Formação de Professores/as da Educação Infantil no Município de Curitiba (2010-2015)**. Disponível em:><https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/48572>.< Acesso em: 12.nov. 2018.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política** : a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das CrioulasPE - Mestrado em Educação (Dissertações) 2012 – Disponível em:<<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12533>> Acesso em: 20 jul. 2018.

SILVA, G. M. . **Educação e identidade quilombola**: outras abordagens possíveis. In: XII ENCONTRO DE PESQUISA / CENTRO OESTE, 2014, GOIÂNIA. POS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL, 2014.

SILVA, Francisco das Chagas Rodrigues da. MAIA, Sidclay Ferreira. **Narrativas Autobiográficas**: Interfaces com a Pesquisa sobre Formação de Professores. Disponível em:> <https://docplayer.com.br/21504637-Narrativas-autobiograficas-interfaces-com-a-pesquisa-sobre-formacao-de-professores.html>< Acesso em: 10 abr. 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 17.ed. – Petrópolis. RJ: Vozes. 2014.

## APÊNDICE 1- PRODUÇÃO CIENTÍFICA SELECIONADA PARA LEITURA

TIPO	AUTOR/A	TÍTULO	PUBLICAÇÃO	ANO	PLATAFORMA
Artigo	Shirley Aparecida De Miranda.	Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências	Revista Brasileira de Educação. Vol.17(50), pp.369-383	2012	CAPES
Artigo	Georgina Helena Lima Nunes.	A construção social da infância nas políticas públicas, nos discursos científicos e nas práticas sociais	Revista Eletrônica de Educação, Vol.9(2), pp.615-636	2015	CAPES
Artigo	Maria Anória Oliveira de Jesus; Rosemary Martins.	Educação escolar quilombola: currículo e cultura afirmando negras identidades.	Poiésis, Vol.8 (13), p.189-203	2014	CAPES
Artigo	Ilka Boaventura Leite.	Projeto Politico Quilombola: Desafios, Conquistas E Impasses Atuais	Revista Estudo Feministas, Vol.16(3), p.965(13)	2008	CAPES
Artigo	Tatiana Dias Silva.	Educação Escolar Quilombola no Censo da Educação Básica	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	2015	CAPES
Dissertação	Indiamara Ferreira Pickler Machado.	Juventude e identidade: o processo de significação e construção do ser quilombola entre os(as) jovens da comunidade Adelaide Maria Trindade Batista De Palmas/Paraná	Universidade Estadual do Oeste do Paraná  Francisco Beltrão Biblioteca Depositária: UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão	2017	CAPES
Artigo	Shirley Aparecida de	Quilombos e Educação: identidades em disputa	Educar em Revista, Volume 34 N° 69 Páginas	2018	SCIELO

	Miranda.		193 – 207		
Artigo	Lourdes De Fátima Bezerra Carril.	Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto	Revista Brasileira de Educação. Volume 22 Nº 69 Páginas 539 - 564	2017	SCIELO
Dissertação	Cassius Marcelus Cruz.	Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar Quilombola no Paraná no início do III milênio	Universidade Federal do Paraná.  acervodigital.ufpr.br	2012	Google Acadêmico
Tese	Edimara Gonçalves Soares	Educação escolar quilombola	Universidade Federal do Paraná  acervodigital.ufpr.br	2013	Google Acadêmico
Artigo	Candida Soares da Costa; Maria Helena Tavares Dias; Zizele Ferreira dos Santos.	Educação escolar quilombola: experiência sobre formação de professores em Mato Grosso (Brasil)	Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 8, n. 18, p. 90-106, ISSN 2177-2770.	2016	Google Acadêmico
Dossiê Temático	Cândida Soares da Costa; Flávio Gomes.	"Educação, Quilombos e Ensino de História: paradigmas e propostas"	Revista da ABPN   v. 8 n. 18	2016	Google Acadêmico
Artigo	Adelmir Fiabani	As diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola: a necessária ruptura de paradigmas tradicionais	identidade!, ism.edu.br	2013	Google Acadêmico
Dissertação	Givânia Maria da Silva	Educação como processo de luta política: a experiência de "educação diferenciada" do território quilombola de Conceição das Crioulas	Universidade de Brasília, Faculdade de Educação  FE - Mestrado em Educação (Dissertações)	2012	Google Acadêmico

			repositorio.unb.br		
Disser- tação	Lisângela Kati do Nascimento	Identidade e territorialidade: os quilombos e a educação escolar no Vale do Ribeira	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  teses.usp.br	2006	Google Acadêmico
Dossiê	Jeanes Martins Larchert; Maria Waldenez de Oliveira.	Panorama da educação quilombola no Brasil	Políticas Educativas, seer.ufrgs.br	2013	Google Acadêmico
Artigo	Augusta Eulália Ferreira; Suely Dulce de Castilho.	Reflexões Sobre A Educação Escolar Quilombola	RP3-Revista de Pesquisa em Política - periodicos.unb.br	2014	Google Acadêmico
Artigo	Willivane Ferreira de Melo.	Educação Escolar em Comunidades Quilombolas	SEMED - abrapso.org.br	2009	Google Acadêmico
Tese	Paulo Sérgio da Silva.	Contornos pedagógicos de uma educação escolar quilombola	Universidade Federal do Rio Grande do Sul- Faculdade de Educação  lume.ufrgs.br	2013	Google Acadêmico
Artigo	Givânia Maria da Silva; Maria Diva da Silva Rodrigues.	Formação inicial e continuada de professores(as) e a educação no Quilombo de Conceição das Crioulas/PE	Comunicações, metodista.br	2014	Google Acadêmico
Artigo	Georgina Helena Lima Nunes.	Educação Escolar Quilombola e Lei 10639/03: cartografias territoriais e curriculares	Indentidade! est.com.br	2015	Google Acadêmico
Livro	Miguel Arroyo.	Outros sujeitos, outras pedagogias.	books.google.com	2017	Google Acadêmico
Artigo	Miguel Arroyo.	Os Movimentos Sociais e a construção de outros	Educar em Revista, Nº 55	2015	SCIELO

		currículos	Páginas 47 – 68		
Dissertação	Marcia Adriane Falat Tortato.	Políticas de formação continuada de professores da rede estadual de ensino do estado do Paraná (1996-2017): entre a certificação e os desafios político-pedagógicos	Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: SLS	2018	CAPES
Dissertação	Adalberto Penha De Paula.	Educação do Campo: desafios para implementação de uma política educacional das escolas do campo.	Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa Biblioteca Depositária: Biblioteca do Campos Uvaranas	2013	CAPES
TESE	Adriano Antônio Faria.	Formação Continuada De Professores Das Escolas Rurais: Cursos De Especialização A Distância E Contrapontos Com A Educação Do Campo	Doutorado Em Educação Universidade Tuiuti Do Paraná, Curitiba, Biblioteca Depositária:	2015	CAPES
Dissertação	Dalva Vieira De Araújo.	Professores Em Escolas De Comunidades Quilombolas: Práticas Pedagógicas E Recomendações Legais	Pontifícia Universidade Católica Do Paraná, Curitiba Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUCPR	2017	CAPES
Artigo	Ionice Debus da Silva; Valeska Fortes De Oliveira.	Formação continuada de professores: um olhar a partir do Imaginário Social	Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação - PPGE, Vol.13(26), pp.205-226	2011	CAPES
Artigo	Camila José Galindo; Edson Do	Formação continuada de professores: impasses, contextos e perspectivas.	Política e Gestão Educacional, pp.463-477	2016	CAPES

	Carmo Inforsato.				
Artigo	Denise Do Nascimento Silveira; Carmem Lúcia Lascano Pinto; Cristhianny Bento Barreiro.	Formação Continuada De Professores: Ampliando A Compreensão Acerca Deste Conceito	Revista Thema, , Vol.7(1), pp.01-14	2010	CAPES
Artigo	Rudinei Barichello Augusti.	Teoria crítica de currículo em Giroux como enfrentamento do espaço de reprodução na formação continuada de professores	Revista Internacional de Educação Superior. Vol.3(2), pp.255-269	2017	CAPES
Artigo	Antônio Fernandes Da Cruz Junior; Sandra Soares Della Fonte; Robson Loureiro.	Formação continuada de professores: quando a experiência e os saberes docentes se limitam à vivência	Pro-Posições Vol.25(2), pp.197-215	2014	CAPES
Artigo	Mirtes Gonçalves Honório; Maria Do Socorro Leal Lopes; Francisca Lourdes Santos Leal; Teresa Christina Torres Silva Honório ; Vilmar Aires Dos Santos.	As novas diretrizes curriculares nacionais para formação inicial e continuada de professores da educação básica: entre recorrências e novas inquietações	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. Vol.12(3), pp.1736-1755	2017	CAPES
Artigo	Fabiane Romano de Souza Bridi;	Formação de professores: uma análise preliminar do programa nacional de	Reflexão & Ação, Vol.17(2), pp.69-	2009	CAPES

	Margareth Fadanelli Simionato; Luciane Torezan Viegas.	formação continuada dos professores da educação básica	90		
Artigo	Bartolina Ramalho Catanante; Lucimar Rosa Dias.	A coordenação pedagógica, a formação continuada e a diversidade étnico-racial: um desafio	Educar em Revista. Nº spe.1 Páginas 103 - 113	2017	SCIELO
Artigo	Jaqueline Kalmus; Marilene Proença Rebello de Souza.	Trabalho e formação: uma análise comparativa das políticas de formação de professores em serviço no Brasil e no México	Educação e Pesquisa. Volume 42 Nº 1 Páginas 53 - 66	2016	SCIELO
Artigo	Eurivalda Alves Santana; Alex Andrade; Célia Barros Nunes.	A Teoria dos Campos Conceituais num Processo de Formação Continuada de Professores	Bolema: Boletim de Educação Matemática. Volume 29 Nº 53 Páginas 1162 - 1180	2015	SCIELO
Artigo	Rita de Cássia M. Stano T.	O caminho de um grupo de formação continuada docente: do compartilhamento de práticas docentes para uma pedagogia da e para a autonomia	Educar em Revista, Nº 57	2015	SCIELO
Artigo	Marli André.	Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores	Educar em Revista. Nº 50 Páginas 35 - 49	2013	SCIELO
Artigo	Adolfo Samuel de Oliveira; Belmira Oliveira Bueno.	Formação às avessas: problematizando a simetria invertida na educação continuada de professores	Educação e Pesquisa. Volume 39 Nº 4 Páginas 875 - 890	2013	SCIELO

Artigo	Maria Bernadete de Melo Cunha; José Luis de Paula Barros Silva.	Complexos temáticos na formação de professores do campo	Educar em Revista. Nº 61 Páginas 171 - 188	2016	SCIELO
Artigo	D. Saviani	Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro	SciELO Brasil	2009	Google Acadêmico

FONTE: Elaboração da autora (2018).

## APÊNDICE 2- SOLICITAÇÃO DE NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS

Olá, Professora (Nominal a cada docente convidada):

Você tem um papel muito importante na construção da Educação Escolar Quilombola no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e agora está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre a constituição do/a “docente quilombola”.

Esta pesquisa irá compor a dissertação de mestrado intitulada, provisoriamente, como: “PROFESSOR/A QUILOMBOLA: UMA IDENTIDADE EM FORMAÇÃO NO COLÉGIO ESTADUAL QUILOMBOLA DIOGO RAMOS”, que visa compreender como o território, a comunidade, os momentos de formação pedagógica, interação com as pessoas e a própria ação docente constituem essa identidade única do professor e da professora que trabalha ou trabalhou no C.E.Q. Diogo Ramos.

Para tanto, você precisa escrever uma narrativa autobiográfica, esta que é utilizada como fonte de investigação e método de pesquisa reconhecendo a legitimidade dos/as sujeitos/as de direitos, sendo estes/as capazes de narrar sua própria história e de refletir sobre ela. Conforme Sousa (2012, p. 46) “[...] narrar histórias e contar a vida caracteriza-se como uma das possibilidades de tecer identidade, de compreender como nos tornamos professores e das configurações que nos são forjadas nos nossos percursos de vida-formação”. Portanto, contamos com sua contribuição para registramos a história desse profissional que fez e faz a diferença na Educação Escolar Quilombola do C.E.Q. Diogo Ramos.

### **Roteiro de orientação para escrita da narrativa autobiográfica:**

A escrita da narrativa autobiográfica é livre para que você possa se colocar de forma confortável e nos contar quem você é, de onde veio, sua vida escolar, suas experiências na vida da comunidade quilombola de João Surá e, finalmente, como tornou-se uma professora quilombola.

Não há um limite de páginas escritas, então revise suas memórias e deixe-se levar por este momento singular de reflexão sobre si e suas vivências como docente no C.E.Q. Diogo Ramos, bem como na Comunidade Quilombola de João Surá.

\*(Prazo de devolutiva: 30/07/2019.)

Atenciosamente, Vanessa Rocha  
(Mestranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná)

## ANEXO 1 - AUTOBIOGRAFIAS

### *Autobiografia 01: Professora Cassiane Aparecida de Matos*

Meu nome é Cassiane Aparecida de Matos, nasci no dia 16 de Julho de 1982, no Quilombo João Surá em Adrianópolis Paraná. Sou uma mulher negra e quilombola, filha de Clarinda de Andrade Matos e Benedito Eloi de Matos, ambos batalhadores, lavradores e lideranças na comunidade. Sou a primeira de cinco filhos (três mulheres e dois homens). Sou casada no religioso com Claudio M. de Lima e temos atualmente dois filhos: Danielly de 8 anos e Rogério com 5 meses.

Passei parte da minha infância e adolescência fora da comunidade, devido ao trabalho do meu pai na Plumbum. Lá moramos por quase 10 anos. Tive a oportunidade de estudar da educação infantil ao ensino fundamental próximo de casa, diferente dos meus parentes que moravam em João Surá, que tinham apenas a opção da escola multisseriada da 1ª a 4ª série na comunidade, já o anos finais e o ensino médio ficava a aproximadamente 30 km, o qual só foi acessado em 1994 devido à coragem de alguns jovens que se propuseram a se arriscar e caminhar até o transporte escolar (ônibus), no bairro Praia do Peixe. Foram aproximadamente 15 km a pé todos os dias letivos, no período de 2 anos. E, a partir de 1996, foi disponibilizado um transporte/toyota para levar os alunos até o ônibus escolar, mas nesse ano minha família retornou para a comunidade, eu tinha 14 anos e estava cursando a 8ª série nesta época.

Voltar para João Surá foi muito bom para nós, ficamos mais próximos de nossa família, da nossa comunidade, da nossa cultura, mas o que tornava a vida difícil aqui era a falta de políticas públicas que isolavam a comunidade. Esse retorno foi fundamental na minha formação como cidadã, aqui eu aprendi a valorizar e lutar por uma vida digna fundamentada nos valores da família, nos saberes, costumes e na cultura de nossos ancestrais dentro deste território. Ajudei meus pais na roça e na lida diária, me integrei à comunidade através da igreja, da Pastoral da criança, no trabalho como agente comunitária de saúde e na fundação e manutenção da Associação de Remanescentes de Quilombos do bairro. Integrações que me propuseram a oportunidade de falar, buscar e lutar junto com o nosso povo pelas demandas da comunidade. Vi muitos jovens irem embora a busca de um futuro melhor na cidade, naquela época, mas sempre perseverarei na esperança de melhorias em nosso lugar, e eu não estava errada, vejo o resultado da nossa luta e da nossa resistência. Hoje a

comunidade tem mais conforto, como luz elétrica, moradia, escola próxima de casa, atendimento médico e dentista, “estrada”, celular, internet, tem comunicação com o mundo lá fora, tendo mais facilidades e o acesso às políticas públicas, tudo conquistado graças ao nosso autorreconhecimento de comunidade Quilombola.

Uma das nossas maiores conquistas é o nosso Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, criado em 2009, em que a proposta pedagógica (criada em conjunto com a comunidade) está fundamentada nas diretrizes curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, uma grande evolução no acesso a educação, tanto para os nossos alunos como para os jovens e adultos que buscaram e buscam por formação. Dez anos sem sofrimento e medo no trajeto escolar (noites e madrugadas com sede e fome, estradas precárias, chuvas e tempestades, animais peçonhentos entre outros perigos e dores de cabeça...). O Colégio Diogo Ramos nos trouxe uma nova realidade, onde a frequência escolar, a aprendizagem e interação do aluno com o seu contexto no território quilombola são prioridades.

Quando o Colégio começou a funcionar eu estava morando em Curitiba. Devido a opção pelo casamento, fiquei 4 anos longe de casa, mas por influência da família e pelo desejo de estar novamente aqui, eu retornei, com a oportunidade de trabalhar no colégio e auxiliar nos movimentos da comunidade, colocando em prática o curso de secretariado e de informática que havia feito anteriormente. Conseqüentemente, em 2014, prestei um vestibular na cidade mais próxima conseguindo me formar em 2 licenciaturas, Matemática e Pedagogia. Resultado: 2 anos na secretaria e três anos como professora. Espero continuar estudando e aprimorando meus conhecimentos, para desempenhar um bom trabalho para com meus alunos e para com a comunidade.

Meu sonho é permanecer aqui, lutando e conquistando dias cada vez melhores. Ter nossa comunidade unida, desenvolvendo ações e melhorias para a permanência dos nossos jovens, das nossas famílias e das futuras gerações, onde todos valorizem e contribuam na construção do bem comum para todos, que é a sobrevivência e permanência em nosso território.

Assim como nossos antepassados temos que valorizar e manter viva a nossa cultura e os nossos costumes, preservando e cuidando da nossa terra, com organização, luta e união cuidando e mantendo o nosso tesouro, o nosso quilombo.

*Autobiografia 02: Professora Carla Fernanda Galvão Pereira*

Eu me chamo Carla Fernanda Galvão Pereira, se tivesse nascido menino meu nome seria Roberto Carlos, graças a Deus nasci menina. Tirando essa parte então, meu nome foi escolhido no meio de uma grande confusão familiar, onde minha vó materna queria Carla e restante queria que fosse Fernanda, então ficou Carla Fernanda.

Falar da história de vida da gente é bem engraçado, a gente nunca sabe por onde começar, não sei se começo pela infância em Curitiba ou a infância no Quilombo, que para mim foram dois momentos muito diferentes, uma eu gosto de contar a outra parte não. Então divido em duas partes, a primeira: minha infância em Curitiba, o que é marcante nessa época são os meus momentos na creche, dos lanches, das brincadeiras na creche e das minhas tias.

Essa época nossa família enfrentou momentos difíceis, meu pai teve que ser pai e mãe ao mesmo tempo e tomar decisões difíceis para garantir a nossa sobrevivência. Lembro-me que ele chegava tarde em casa, porque trabalhava durante o dia como pedreiro. Já minha mãe apresentou um quadro de esquizofrenia na juventude, ela sempre cuidou das filhas: eu, Bianca e Gislaine com muito amor, mas também com muitos limites. Aos 6 anos tive uma infecção nas pernas onde se espalhou feridas, o quadro agravou conforme os anos se passaram, então, foi quando meu pai decidiu me mandar morar com meus avós paternos no Quilombo.

Mudei-me para o Quilombo de João Surá em Maio de 2002, eu tinha 7 anos de idade. Me lembro de quando cheguei na casa da minha vó e fiquei impressionada com o tamanho da casa, como tinha comida e como meus primos tinham tanta disposição para brincar nas árvores. A vida logo se normalizou, nós fomos para escola, e me formei na 4<sup>a</sup> série em dezembro de 2005.

Em 2006 foi a primeira vez que saí do quilombo para estudar em outra comunidade, me lembro do primeiro dia que fui estudar no colégio do Porto Novo. Eu tinha cabelo curtos, coloquei um faixinha no cabelo e brincos nas orelhas para parecer mais menina, estava ansiosa, arrumei meu material, saí de casa às 15 horas, pegamos uma Toyota até o bairro da Praia do Peixe e depois um ônibus, cheguei à escola, toda suja de poeira.

Deparei-me com uma sala só de meninos, 37 meninos e uma menina. O nome dela Dulcinéia, viramos melhores amigas, ela era de outro quilombo, chamado

quilombo de Sete Barras. Dulcinéia me ensinou a me defender das piadas dos meninos. Nesse primeiro dia choveu e o ônibus não nos trouxe porque a estrada estava lisa, então caminhamos durante a noite toda, chegamos em casa às 4 horas da manhã. E assim foi boa parte do meu ensino fundamental. Estudei no Porto Novo até 7ª série.

No ano de 2009, foi quando a comunidade conquistou uma escola estadual, com muitas lutas das mães das comunidades, a escola provisória foi construída e os professores vinham da cidade para dar aulas na comunidade. Foi muito bom, porque pela primeira vez achei que poderia realmente aprender alguma coisa, que o meu estudo era muito fraco, não era suficiente para entrar em uma faculdade no futuro, a sensação que tinha era que não conseguiria um diploma de uma faculdade, porque meus estudos não eram suficientes. Essa sensação sumiu no meu primeiro dia de aula na comunidade.

No final desse mesmo ano, participei de um festival que o governo organizava na época, FERA- Festival de Arte da Rede Estudantil, foi quando surgiu a oportunidade de estudar num Colégio Agrícola em Pinhais. Como iria? Isso não me importava, iria estudar em tempo integral, disciplinas normais do Ensino Médio e as específicas do curso técnico, o que para mim foi a melhor coisa que me aconteceu. Passei três anos estudando integralmente, manhã, tarde e noite. Formei-me em 2012, técnica agropecuária com ênfase em Agroecologia.

No ano seguinte fui trabalhar na área em que me formei, surgiu uma oportunidade de trabalhar em Registro- SP como auxiliar em Administrativo e foi onde a minha militância foi reforçada com valores do Movimento dos Atingidos por Barragens, ao qual sou muito grata pela oportunidade que me proporcionou. As oportunidades em relação ao estudo político, minha formação no movimento social que me permitiu ser quem sou hoje. No ano de 2015 passei no vestibular Educação Campo, e voltei para a minha comunidade. No ano 2018 comecei a trabalhar como professora de ciências e Química. Iniciou para mim uma nova etapa da minha vida.

Ser professora para mim é todo dia aprender coisa nova, desafios, Todas as noite penso: poxa, poderia ter feito diferente, não poderia ter falado com aquela pessoa daquela forma, poderia ter feito de outra forma. Há dias que chego triste, mas tem dias que chego eufórica de tanta felicidade, porque a arte de ensinar e aprender com as pessoas que acompanhei desde quando elas eram muito pequenas, com toda certeza, isso não tem preço.

Parece-me que estou tendo uma segunda chance, de ler, aprender e ser uma pessoa melhor.

*Autobiografia 03: Professora Eliziane de Andrade Matos*

Meu nome é Eliziane de Andrade Matos, tenho 34 anos, nasci dia 11 de abril no ano de 1985, sou quilombola, filha de Benedito Elói de Matos e Clarinda de Andrade Matos, tenho 4 irmãos: Cassiane Aparecida de Matos, Alexandre de Andrade Matos, Leandro de Andrade Matos e Liliane Maria de Andrade Matos, todos são casados e têm filhos, menos o Leandro.

Moro na comunidade quilombola de João Surá, atualmente, sou casada com Santino Peniche de Matos de 35 anos, também nascido e criado em João Surá, tenho dois filhos: Evellyn Maria de Matos de 9 anos e Sérgio Vinicius Peniche de Matos de 5 anos.

No momento, trabalho como professora de história no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e gosto muito do que faço. Sou nascida aqui, nasci em casa e foi uma parteira que fez meu parto. Vivi aqui na comunidade até um ano de idade, depois meu pai teve que arrumar serviço fora, ele conseguiu serviço numa fábrica de chumbo em um bairro chamado Plumbum.

Lá eu estudei numa escola muito boa com uma professora por série e tinha várias amigas. Passou o tempo e a firma fechou. Meu pai fez curso para vigia em Curitiba e conseguiu passar, mas como éramos crianças ele teve medo de ir para cidade. A mãe dele, vó Clarinda, era idosa e morava aqui na comunidade, então ele e minha mãe, decidiram vim morar aqui, daí ele conseguiu uma casa que era uma casa que o pessoal vinha parar em dias de festa, e viemos morar nela. Estudei aqui na 4ª série e só tinha um professor para todas as séries e todas as séries tinham mais de 10 alunos cada, isso para mim foi bem diferente, porque onde estudava tinha vários professores, cada série tinha seu professor.

Quando passei para 5ª série, a escola ficava a 30 km daqui e tive que ir para escola de Toyota, quando chovia tinha que ir de a pé embora, andávamos 15 km a pé. Como na época chovia muito e as estradas eram muito ruins, ficávamos dias sem ir à escola e os alunos e professores nos chamavam de turistas, porque era raro nós irmos para escola. Concluí o ensino médio no colégio Selbmann na Vila Mota no ano 2003.

Em 2006 foi feita uma festa de comemoração aos 200 anos da comunidade, Maurício Requião veio aqui e nós falamos com ele, foi contado todo o sofrimento de nós alunos, que tínhamos que ir longe para estudar e que nós queríamos uma escola aqui perto para que os alunos não sofressem para estudar e assim ele disse que ia dar

um jeito e faria uma escola aqui para nós. Tempos depois o colégio foi construído e permanece até hoje. Temos o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos na porta de nossas casas, pena que quando fizeram a escola aqui, eu já tinha concluído os estudos.

Em 2014 realizei um vestibular onde consegui me matricular em uma licenciatura de História, o estudo em uma faculdade a distância é muito complicado, por ser a distância e por não dominar bem a tecnologia, tenho muitas dificuldades. Mas consegui concluir os estudos.

Hoje, graças a Deus, com muita dificuldade sou professora formada. Durante minha caminhada acadêmica não tive acesso a materiais voltados para a cultura quilombola, aprendi a ser professora no dia a dia, pesquisando em livros, internet, com os colegas docentes, diretores e nas reuniões da comunidade que participo, pois a comunidade articula parcerias com outras comunidades quilombolas para ofertar formação para as pessoas. Não são formações para ser professora, mas me ajudam a entender o que preciso fazer em sala de aula.

E sou muito feliz de poder trabalhar aqui no Colégio e estar morando na comunidade. Pra mim é um sonho, pois pra nós aqui da comunidade antes era muito difícil pra estudar e as pessoas iam embora para dar estudos para seus filhos e hoje tem o colégio aqui e muito bom, pois temos também pessoas da comunidade trabalhando. Sem palavras para descrever como bom.

*Autobiografia 04: Professor Gedielson Ramos dos Santos*

Meu nome é Gedielson Ramos Santos, tenho trinta e cinco anos, sou natural de Adrianópolis, nasci no dia 29 de maio de 1983, em um domingo com muitas chuvas. Minha avó materna ajudou eu chegar a este mundo, segundo ela o parto foi complicado, disse também que meu avô começou a orar de joelho e só levantou quando escutou meu choro, esse dia é muito importante para mim porque envolveu a minha família e eu tenho muito afeto pela minha avó Salustiana de Oliveira Santos, meus pais são Urculino de Oliveira Santos e Olinda de Jesus Ramos Santos, sou o segundo de seis irmãos.

Minha casa era de pau a pique sempre levamos uma vida simples, tinha dias que não tínhamos o que comer, mas sobrevivemos. Fiz o ensino fundamental no colégio próximo a minha casa, foi dificultoso para concluir os estudos eu não tinha roupas adequadas e nem calçados para ir à escola, levava meus cadernos em uma bolsa feita de embalagem de arroz, muitas das crianças que os pais tinham uma condição financeira melhor riam das nossas sacolas. Concluí o ensino médio no bairro Vila Mota e fiz minha faculdade a distância. Na época do meu ensino médio eu já trabalhava para meus vizinhos, lembro que eu trabalhava o dia todo para ganhar R\$6,00 por dia, mas eu guardava o dinheiro para comprar roupas, calçados e materiais para estudar, sempre fui um garoto curioso sobre os assuntos da escola.

Minha vida era estudar e trabalhar, meu pai sempre dizia que a única herança que ele poderia nos dar era os estudos. No ano de 2002 fui morar em Tunas do Paraná porque meu pai trabalhava em uma serralheria e morava sozinho na cidade e estava trabalhando doente. Fiquei cinco anos em Tunas, casei em 2007 e em 2008 sofri um acidente de moto. Fiquei por quatro anos afastado do trabalho, fiquei com limitações nas pernas. Comecei a fazer faculdade em 2012, desde então estou na área da educação. Comecei a dar aula no Colégio Diógenes Ribeiro de Lima e no Colégio Estadual Júlia Mello em Ribeira SP. Em 2014 voltei a morar na minha comunidade e ajudar na luta pela titulação do nosso território. Tenho uma boa relação com minha comunidade e sou o tesoureiro da Associação de Remanescentes De Quilombola do Bairro Córrego das Moças.

No ano de 2015 comecei a trabalhar no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, na disciplina de matemática para os anos finais do ensino fundamental e médio. Como a escola era muito longe da minha comunidade, fui morar com os demais

professores que já tinham casa alugada. Trabalhar em um colégio quilombola é muito importante para mim, pois nele nós aprendemos a trabalhar em equipe e respeitando nossas ancestralidades, fazemos saída de campo com os alunos para pôr em prática o que aprendemos em sala de aula. Fazemos as oficinas nas casas dos pais de alunos, tios e avós. As oficinas também ajudam na manutenção e preservação da cultura de fazer farinha de mandioca, biju, açúcar mascavo, rapadura, taiada, canjica cuscuz, tapioca, limpeza do arroz e torragem de café, cada uma dessas atividades é planejada para que cada disciplina possa contribuir no aprendizado do educando, essas aulas são de suma importância tanto para os alunos quanto ao professor, porque é nelas que percebemos que as aulas de campo são importantes. Na aula de matemática busco fazer relações dos conteúdos estudados com a realidade dos educandos para que eles possam compreender de maneira mais clara e objetiva. Ainda não temos materiais didáticos específicos para a disciplinas de matemática para a educação escolar quilombola, trabalhamos com projetos de aprendizagem no coletivo de turma. No dia a dia na escola sempre falo da importância de lutar por nossos direitos e preservar a nossa cultura. Hoje sou um professor quilombola, consegui chegar onde estou através de muito esforço, e apesar das dificuldades é o quarto ano que trabalho no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos desde então o nosso trabalho é feito junto com a comunidade, resgatando a cultura os costumes e as tradições quilombolas.

*Autobiografia 05: Professora Glasielle Andrade de Matos*

Glasielle Andrade de Matos, moradora no quilombo João Surá desde 17 de outubro de 1982. Viver aqui é o melhor que podia me acontecer. Cresci comendo peixe fresco caçado no Rio Pardo, alimentação trazida da roça com todo vigor e nutrição suficiente para meu crescimento. Hoje sou casada com o Reginaldo da Silva Rosa, também morador desta comunidade, temos 3 filhos maravilhosos, Wesley Matos da Rosa, com 14 anos, Stefani Matos da Rosa, com 10 anos, e a Cecilia Matos da Rosa, com 1 ano e 4 meses. Papai e mamãe são meu porto seguro, aqueles que me educaram na vida tanto para o mundo quanto para a Igreja e a religião, para assim preservar a cultura local com nossos cantos e rezas.

A comunidade quilombola de João Surá está localizada a 50 quilômetros da sede do município de Adrianópolis, região do Alto Vale do Rio Ribeira do Iguape, na fronteira entre Paraná e São Paulo, nas áreas compreendidas pela confluência do rio Ribeira com o rio Pardo e os limites do Parque Estadual das Lauráceas. Segundo relatos dos quilombolas, a comunidade recebeu o nome de João Surá em razão da existência de um garimpeiro – francês – que buscava ouro na região para vender em Iporanga, no estado de São Paulo. Esse garimpeiro morreu na cachoeira de um rio que deságua no rio Pardo. Rio e cachoeira receberam também o seu nome, João Surá.

Para concluir meus estudos no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio tive um tanto de dificuldade, pois andava a pé por cerca de 10 km para chegar ao ponto de ônibus e então andava mais 18 km de ônibus para assim chegar ao colégio e poder estudar.

Em 2010 iniciei um estudo na faculdade UNAR, na disciplina de Língua Portuguesa, já em 2012 vim para o colégio Diogo Ramos como secretária, e em 2013 ministrei as aulas de português, como acadêmica. Com a dificuldade que tive em estudar, por não ter acesso a meio de comunicação, não consegui prosseguir no curso. Mas em 2015 me veio a melhor de todas as oportunidades, a UFPR Setor Litoral com o curso de licenciatura em educação do campo ciências da natureza. O meu desejo de ser professora aumentou ainda mais aprendendo que o quilombo onde eu vivo é uma imensa sala de aula com materiais incríveis tirados de cada canto da natureza e com isso a sala de aula se tornou um lugar onde eu entro e com meus amados estudantes falamos deste incrível território na qual estamos inseridos. Em 2019 me formei e estou educadora no colégio Diogo Ramos.

Ser quilombola e professora neste campo foi fundamental, meu desejo de reforçar a tradição aos estudantes deu muito certo, fazendo então várias pesquisas de campo onde cada sujeito de pesquisa são nossos anciãos na qual temos muito estima. Estar professora no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos me faz sentir relevante nos aspectos educacionais na qual o ensino de ciências da natureza onde eu atuo me mostra todo sentido territorial.

*Autobiografia 06: Professora Kariny da Silva Pontes*

Meu nome é Kariny da Silva Pontes, tenho 29 anos de idade, resido no bairro Porto Novo no município de Adrianópolis-PR. Sempre estudei em escola pública, o Ensino Fundamental ciclo I estudei na Escola Municipal João Gonçalves de Almeida, o Fundamental ciclo II, no Colégio Porto Novo e o Ensino Médio ingressei no Colégio Selbmann que se localiza a 15 km do bairro onde moro. Ao término do Ensino Médio, ingressei no curso de Pedagogia pela Faculdade de Pinhais-FAPI, o sistema de aprendizagem era EaD e polo presencial em Adrianópolis com teleaula uma vez por semana, no início era difícil entender como funcionava esse tipo de ensino, além das dificuldades que ocorrem no início do curso, pois algo novo sempre assusta e é preciso se esforçar, persistir para concluir e alcançar os objetivos.

Em 2010, tive a oportunidade de iniciar o curso de graduação em História no Centro Universitário de Araras “Dr. Edmundo Ulson”, com duração de 3 anos no sistema de ensino EaD, as provas presenciais eram realizadas no polo de Araras- SP que fica a 450 km de onde resido, devido a distância e a realização de várias avaliações no mesmo dia tornava-se muito desgastante a ponto de muitas vezes pensar em desistir, mas com muito esforço e incentivo da família consegui concluir mais uma etapa.

Comecei atuar como professora de história em 2012, no Colégio Quilombola Diogo Ramos, no qual me sinto privilegiada por lecionar. Desde o início sempre fui tratada com muito carinho por todos (as). No ano de 2013 comecei a residir durante a semana na comunidade, eu e outros professores(as), devido a distância houve essa necessidade de alugarmos uma casa para ficarmos, desse modo construímos não apenas um uma equipe de trabalho, mas sim grandes amigos. Na escola buscamos trabalhar questões que desconstruam a visão colonialista que foi engessada durante muito tempo e omitia a verdadeira história e cultura africana e indígena.

São relacionados os saberes da comunidade com os conteúdos curriculares, no início era difícil fazer essa ligação com os conteúdos, porém com a ajuda da direção, pedagogo e comunidade, foi possível compreender. As atividades que lembro com muito carinho eram sobre impérios e tecnologias africanas, recordo que durante a elaboração dos trabalhos foi possível conhecer um pouco mais da história e cultura africana, percebendo a importância dos valores ancestrais e culturais em um território

Quilombola. Assim buscando proporcionar uma aprendizagem significativa, voltada à realidade dos/as discentes.

No mesmo ano resolvi cursar uma especialização em Educação de Campo, tendo como tema do artigo “ Educação Quilombola”.

Em 2016, iniciei a segunda especialização, em História e Cultura Afro-brasileira, cujo intuito de aperfeiçoar o conhecimento sobre esse tema que me encanta, ainda mais por atuar em uma comunidade Quilombola.

Atualmente leciono como Pedagoga e professora na disciplina de Educação Física, concluí essa licenciatura no ano 2017, foi uma realização de um grande sonho, sempre me interessei em cursar essa graduação, mas anteriormente não era possível devido a situações econômicas e outros fatores.

Na minha percepção como educadora, a educação escolar quilombola é uma área fascinante, pois a cada dia é imprescindível a percepção do quanto ela é primordial, sempre é preciso buscar o conhecimento que vai muito além dos livros didáticos e que nos fortalece tanto no aspecto cultural como social. Proporcionando uma aprendizagem inigualável e o acúmulo de bagagem inestimável. Contribuindo nessa caminhada profissional, renovando nossos saberes.

Agradeço muito a comunidade por me privilegiar com esse rico conhecimento que vem sendo transmitido não apenas para os educandos, mas também para nós educadores(as).

*Autobiografia 07: Professora Luana Moreira de Araújo*

Meu nome é Luana Moreira de Araújo, tenho 30 anos, nasci no dia 21/11/1988 às 00h, no Município de Adrianópolis/PR. Sou filha da Sandra Aparecida Moreira de Araújo e do Joani Veloso de Araújo. Tenho uma irmã mais velha e um irmão mais novo sendo ele especial tendo Síndrome de Down. Nasci e cresci nesse mesmo município.

Eu tive uma infância muito boa, mas aos meus oito anos minha família teve uma tristeza muito grande, perdemos o meu pai em um acidente de moto que acabou morrendo no hospital. Sofremos bastante, principalmente a minha mãe porque teve que nos criar sem a sua ajuda, ela é a minha guerreira, pois se sacrificou para nos criar e sermos grandes pessoas. Apesar de tantos sofrimentos fomos e somos felizes não completos porque sempre vai haver um pedaço sem preencher pela ausência do meu pai.

Faço parte de uma família em que só tem professor, e para variar também me tornei uma professora de geografia. Concluí minha primeira faculdade aos 20 anos, tenho mais formações de pós-graduações como educação especial e educação ambiental, além de outras graduações como história e estou terminando pedagogia também. Mas para conseguir a minha primeira graduação não foi fácil, pois, enfrentei várias viagens de ida e volta para Curitiba todos os dias por três anos, foi muito sofrido, mas valeu a pena e hoje dou muito valor a todo esse sofrimento. Posso dizer que sou uma pessoa alegre, amiga e procuro sempre ajudar as pessoas, mas sou bastante teimosa e desconfiada das pessoas. Gosto muito de conversar, amo jogar bola (vôlei e futsal) e ler.

No final de 2009 iniciei como professora no Colégio Estadual Santa Bárbara, no início senti muita insegurança, porque era a primeira vez que iria dar aula, por mais que sou uma pessoa que gosta de falar, na hora de dar aula é diferente a situação... até você conhecer os alunos e como desenvolver com eles os conteúdos, mas tive muito apoio da minha mãe, ela me orientava bastante como lidar com cada aluno.

Em 2010, iniciei dando aula na Escola Estadual Quilombola Diogo Ramos que está localizada dentro da comunidade quilombola João Surá no município de Adrianópolis/PR, no início por não conhecer muito a realidade e como trabalhar com os alunos da comunidade, trabalhava os conteúdos básicos das disciplinas como se trabalha em qualquer outra escola, mas aos poucos fui aprendendo e conhecendo a realidade do local e a minha forma de trabalhar foi se aperfeiçoando e mudando

completamente de como entrei. Porque é outra realidade, uma cultura diferente, tendo o apoio da comunidade em ensinar os seus conhecimentos principalmente a valorização pelos seus ancestrais e pela terra.

Fui mãe solteira aos meus 23 anos de um lindo menino que se chama Miguel, ele foi meu companheiro durante o meu trajeto para trabalhar na Escola Estadual Quilombola Diogo Ramos, eu deixava uma pessoa cuidando dele para ir dar aula, esta pessoa se chama Isabel, ela cuidava dele, é uma pessoa maravilhosa, tinha uma paciência para cuidar dele, do jeitinho dela foi conquistando meu coração que no final acabei chamando ela para ser a madrinha dele e com um sorriso estampado no seu rosto ela aceitou de coração. Através disso surgiu uma grande amizade entre nós duas junto com sua família, pois todos me tratavam muito bem. Além disso, com o tempo conquistei várias amizades dentro da comunidade e sempre procuro contribuir de alguma forma.

Trabalhei por 5 anos nessa escola, mas por motivos pessoais, acabei saindo, acabei casando com um quilombola e moro até hoje na comunidade, desde o ano passado (2018) retornei a trabalhar nessa escola com o apoio da comunidade. Aos meus 27 anos tive mais um menino lindo, o nome dele é João Davi.

Aprendi bastante durante todo esse processo de trabalhar em uma Escola Quilombola, pois, a gente mais aprende do que ensina, porque buscamos desenvolver a realidade de cada educando sempre valorizando as suas culturas, porque vivenciamos essa cultura no dia a dia. Por exemplo, na forma como a comunidade vê a religião, a forma como valoriza os mais velhos, e principalmente o valor dado a terra. E isso acabou facilitando meu desenvolvimento como professora para ensinar a minha disciplina, já que o objetivo da geografia está focado na discussão sobre espaço e o território, um debate que faz parte da realidade da comunidade. Essa percepção eu consigo ter a partir do meu envolvimento com a comunidade.

Para concluir, posso dizer que sou uma pessoa feliz e amo a minha família e meu serviço, apesar de tantos sofrimentos percorridos durante a minha vida, mas são provas que temos que enfrentar para tornarmos pessoas fortes. Meu maior exemplo é minha mãe, é através dela que procuro me espelhar para se tornar uma pessoa melhor e que futuramente meus filhos possam também refletir e procurar a seguir as mesmas coisas que procuro ensinar.

*Autobiografia 08: Professor Ramon Rodrigues Rosa*

Eu, Ramon, Biólogo e uma pessoa que aprendeu a se apaixonar pela cultura Afro-Brasileira, tenho 24 anos e moro no Bairro Vila Mota no município de Adrianópolis.

Com 17 anos concluí o ensino médio, tinha um sonho, sim, como todos os adolescentes eu tinha um sonho, queria ser médico, mas com pai autônomo e mãe dona de casa, isso se tornara um obstáculo. Meu pai, um trabalhador braçal, fez de tudo para tentar me matricular em Medicina, mas as mensalidades eram caras, então ele só conseguiu me matricular em uma faculdade de Biologia o qual pudera pagar. Precisando de emprego para não ser mais um de Adrianópolis a ir para o exército em Curitiba, com 18 anos me inscrevi no Processo Seletivo Simplificado – PSS para tentar concorrer a uma vaga de Professor. Como professor acadêmico não consegui aula na sede da cidade, mas havia uma chance de trabalhar em um Colégio Quilombola no qual nunca havia ouvido falar, mas o Diretor da época, Eduardo, por falta de inscritos na disciplina de Biologia, pediu para que eu fosse até a comunidade em um domingo para me apresentar para os moradores. Foi aí que ganhei a confiança da comunidade e iniciei minha vida profissional como Professor de Ciências e Biologia no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, onde tudo começou.

Cheguei ao Colégio e era uma mistura de medo e ansiedade, pois a imaturidade quanto professor e também de experiência me travou de início, com isso acabei me distanciando dos colegas de trabalho, coisa que se tornou bem difícil, pois eu estava em outra realidade, longe de casa, com muitas faltas de transporte, com uma cultura que na época eu não conhecia. Com o passar dos meses chegou uma mulher negra, com seu cabelo Afro, empoderada e escritora...de uma segurança no que fala que me deixou apaixonado pelo seus conhecimentos. Bem, o nome dela é Nará Souza de Oliveira, uma mulher de personalidade forte, decidida e muito inteligente. Nará não sabe, mas ela foi uma pessoa muito importante na minha formação como professor negro e um ativista sobre a cultura Afro.

Encontrei vários problemas sobre falta de conhecimento de cultura Afro, mas como dizia Paulo Freire: "Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Então me propus a aprender e me despi do que sabia ou achava que sabia sobre como ser um educador Quilombola, vi o quanto a valorização em gesto da comunidade é importante, o quanto ouvir o anseio da comunidade é necessário, ouvir a saudosa e já Falecida dona Joana

contando as histórias e os fatos da comunidade era incrível, pois ela, uma mulher forte, guerreira, neta do professor Diogo Ramos o qual escrevia em casca de palmito para alfabetizar e quebrar um sistema que não dá amparo, ter o mesmo propósito que sempre me vinha uma frase de Nelson Mandela e que está estampado nas paredes do colégio que " A Educação é a Arma mais poderosa para mudar o Mundo". Ver e aprender com um solo de mais de 213 anos de história, resistência e ancestralidade foi algo que só me agregou quanto humano, e tanto na escola, quanto fora dela, a Educação Escolar Quilombola e a Educação Quilombola, só me transformou nestes 6 anos. Consegui amizades incríveis, experiências que eu jamais iria ter em outros Colégios, e uma certeza de que estes 6 anos foram a melhor coisa que aconteceu no meu processo de formação como professor.

*Autobiografia 09: Professora Roselaine da Silva Rosa*

Meu nome é Roselaine da Silva Rosa, tenho 22 anos, nasci no dia 11 de março de 1997, natural do município de Apiaí-SP. Filha de Paulino Peniche da Rosa e Maria Isabel da Silva Rosa, e atualmente eu moro com a minha família na Comunidade Quilombola de João Surá, localizada no município de Adrianópolis-PR, onde atualmente residem aproximadamente 57 famílias, possuindo um Colégio Estadual Quilombola, Escola Municipal Rural, Posto de Saúde, e uma Associação de Moradores organizada por nós quilombolas.

Em minha família somos ao todo em 6 pessoas, sendo elas meu pai, minha mãe e meus irmãos Valdecir, Reginaldo, Paulino, Diego, Rosangela e eu.

Meus irmãos Paulino e Rosangela residem em outras cidades no estado de São Paulo, e os outros moram aqui mesmo na Comunidade Quilombola de João Surá.

Meus pais sempre trabalharam na roça com o sistema de agricultura familiar na qual é a grande parte a base de nossa alimentação cotidiana e auto sustento como arroz, feijão e algumas saladas como couve, pepino, alface entre outras.

Em análise de uma lembrança preferida da infância era quando nos juntávamos e íamos brincar de mãe-se-esconde e de pega-pega, porque sempre reunia muitas crianças e era muito divertido, pois sempre brincávamos a noite e sem ter noção dos perigos como cobras, sapos e aranhas, mas graças a Deus nunca aconteceu nenhum acidente.

Lembro-me de quando eu comecei a estudar, foi no ano de 2004, eu morava longe da escola e meu irmão me trazia todos os dias e sempre tínhamos que passar por uma fazenda de gado (era caminho mais perto) e era muito perigoso, até que meu pai fez uma casa aqui na Comunidade Quilombola João Sura e nos mudamos para cá e melhorou a situação.

No ano de 2009, através da luta da Comunidade, foi construído um Colégio Estadual Quilombola, o qual recebeu o nome de Diogo Ramos em homenagem ao primeiro professor da Comunidade. Uma grande conquista e superação da dificuldade enfrentada antes de 2009, pois os alunos iam estudar no bairro Porto Novo, mas não iam todos os dias porque sempre chovia e o transporte não vinha. Por diversas vezes aconteceu dos alunos tomar chuva na estrada, tanto pra ir como para voltar da escola e o ônibus não conseguia chegar até o destino e eles tinham que caminhar por muitos quilômetros debaixo de chuva, raios, correndo risco de vida e perdendo os materiais

escolares, mas com essa conquista na nossa Comunidade esse problema acabou. Hoje a escola atende os alunos de 5 comunidades e os pais se sentem mais seguros em mandar seus filhos para escola porque é mais perto e porque as condições de hoje são melhores.

Atualmente eu sou muito feliz com o progresso da nossa comunidade, porque se olhasse há 10 anos isso que está acontecendo na nossa comunidade seria como um sonho quase que impossível, como por exemplo, ter escola estadual com turmas do ensino médio, e ter polo de faculdade da UFPR, e turmas que estão saindo da comunidade e buscando formação em Matinhos UFPR, ter professoras e agentes quilombolas trabalhando na escola e entre outras coisas boas que estão por vir.

Sou umas das professoras quilombolas do Colégio, e está sendo uma experiência incrível. Nunca imaginei que um dia eu seria professora e muito menos na minha comunidade, estou concluindo a licenciatura de letras, e sonho em avançar ainda mais na minha carreira profissional para ajudar ainda mais a minha comunidade!!!

*Autobiografia 10: Professora Tereza Amaral da Conceição da Fonseca*

Tereza Amaral da C. da Fonseca, resido em Adrianópolis PR, sou licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itapetininga. Casada e Mãe.

No ano de 2010, através do Processo Seletivo Simplificado (PSS) fui contratada para trabalhar no quilombo João Surá, no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos.

Foi um desafio, começando minha carreira como professora, e numa escola quilombola experimental. O acesso até o colégio era por meio de um transporte que demorava cerca de 3 horas para chegar, as condições das estradas eram precárias, principalmente quando chovia.

No primeiro momento, fui aprendendo a trabalhar, pois era diferente de uma escola normal, mas os alunos são sujeitos educados, vêm de uma cultura que traz muito conhecimento de seus ancestrais e precisam preservar a cultura de seus antepassados.

Enfrentei muitas dificuldades, aprender a trabalhar com alunos quilombolas, tinha que trabalhar a cultura deles. A SEED nos proporcionou cursos de capacitação para que pudéssemos aprender o melhor possível a trabalhar em uma Escola Quilombola, mas a prática era bem complicada. O que ajudou bastante nesse tempo que trabalhei nessa escola foi a comunidade, que tinha uma atuação constante dentro do colégio, com os professores, nos ajudando como trabalhar a cultura deles.. O trabalho do professor fica fácil, uma vez que trabalha-se em conjunto com as famílias da comunidade. Daí também surgiu uma amizade entre professores e as pessoas da comunidade.

Hoje, mesmo não estando mais trabalhando como professora na comunidade, posso dizer que os laços, aprendizados e minha formação como professora quilombola me fizeram ter outra visão do que é ser professora, e esta experiência é parte importante da minha identidade.

## **ANEXO 2 - QUESTIONÁRIOS SOBRE A SEMANA DE ESTUDO E PLANEJAMENTO**

Questionário aplicado à equipe pedagógica (duas pessoas) que organizou e encaminhou a atividade formativa durante a Semana Pedagógica.

- 1- Como a equipe pedagógica organiza o material e as atividades formativas para a Semana Pedagógica?
- 2- A Secretaria Estadual de Educação enviou algum material específico para a formação na modalidade Educação Escolar Quilombola?

**Resposta transcrita de áudio obtido com o pedagogo Almir Rogério Moreira:**

Primeiro a gente tem que estabelecer os objetivos, definir os temas a serem abordados, dar boas-vindas aos educadores com atividades de incentivo e motivação, participação ativa de todos e quantos dias serão necessários, aí a gente tem que retomar as avaliações, ver o que deu certo com as equipes anteriores, verificar os pontos que for possível avançar e se deu certo algum ponto, retomar e encaminhar. Aí a gente considera as demandas da presença...nem sempre todos estão reunidos, então a gente deve selecionar as informações mais relevantes e considerar o calendário anual, copa, eleições, avaliações externas, considerar a formação dos educadores a forma de aproximar a família da escola, uma escola mais atraente, indicar os passos que devem ser seguidos, dar a continuidade às reuniões anteriores e relacionar com as futuras. Deixar certo que os educadores preparem materiais e façam pesquisas. Definir datas pra reuniões e entrega do que for combinado. Quanto à secretaria, não mandou nenhum material específico até agora.

**Resposta obtida por escrito pela pedagoga Kariny da Silva Pontes:**

1- Como a equipe pedagógica organiza o material e as atividades formativas para semana pedagógica?

R: A secretaria Estadual de Educação disponibiliza os materiais e atividades no portal dia a dia educação e no e-mail da escola. Porém a equipe pedagógica e direção organizaram o acolhimento dos docentes e analisaram os materiais que são mais significativos para o colégio, pois nesses materiais que a mantenedora enviou existiam alguns vídeos que não contemplavam a realidade da escola.

Para os projetos de aprendizagens, foi organizado planilhas para preenchimento de conteúdos do primeiro trimestre e outros itens imprescindíveis para organizações dos projetos.

2- A secretaria Estadual de Educação enviou algum material específico para a formação na modalidade Educação Escolar Quilombola?

R: Nesse primeiro encontro da semana pedagógica 2019, foi discutido apenas questões sobre as provas externas ( análise de dados e descritores do SAEP), plano de ação, sala ambiente e projetos de aprendizagens. Em relação a uma formação específica para Educação Escolar Quilombola, nesse primeiro momento não foi contemplada.

**Entrevista com quadro de docentes de 2019, os quais somam oito pessoas  
(Camila, Carla, Eliziane, Gedielson, Glasiele, Luana, Renan e Roselaine)**

Perguntas:

- 1- Como a Semana Pedagógica auxiliou em tua formação profissional para desenvolver o trabalho na modalidade da Educação Escolar Quilombola?
- 2- Em seu ponto de vista, as atividades desenvolvidas durante os três dias de formação foram eficazes para lhe garantir a compreensão sobre a docência da Educação Escolar Quilombola?

**Professora 01 - Camila Dias dos Santos Barbosa**

- 1- Foram tomadas decisões entre um todo para que possamos ter um ano bem evoluído em questão a educação, na minha formação profissional tive um excelente desenvolvimento em questões a minha disciplina, onde vai ser realizado no decorrer do ano.
- 2- Nos três dias foram desenvolvidas atividades para ser praticadas e aplicadas no decorrer do ano, onde planejamos projetos, atividades que envolvam a comunidade em um todo. Tendo em vista a participação, o diálogo, e a práticas desses projetos para a Escola Quilombola.

**Professora 02 - Carla Fernanda Galvão Pereira:**

Bom...é o meu segundo ano atuando na escola então eu lembro do ano passado, por exemplo, que na primeira semana eu fiquei um pouco perdida do que que era educação quilombola e tal, mas por não conhecer o processo da escola como um todo, não saber como é que funcionava a escola. Esse ano eu já estava bem mais inteirada do que estava acontecendo na escola, então facilitou bastante entender o que a proposta pedagógica demandava. E com isso entender a importância da semana pedagógica. Então, acho que é um momento em que a gente senta com os demais colegas e consegue compartilhar as experiências da escola, o que pra mim é um processo muito enriquecedor, assim sentar funcionário, sentar os professores, falar o que deu certo, o que não deu certo nos anos anteriores e aí discutir mesmo quais são as importâncias de fazer um bom trabalho aquele ano. Então esse momento da semana pedagógica foi extremamente importante.

Além disso, esse ano principalmente, eu acho que trabalhar com os projetos de aprendizagem possibilita muitas coisas, primeiro de conhecer melhor a comunidade e o que que ela demanda da escola, pra mim isso foi algo bastante novo, mas também entender que é um processo bem enriquecedor porque você demanda pensar o que que a comunidade quer, pensar o que o seu plano de trabalho vai exigir aquele ano o plano da escola. Então acho que é uma grande construção, e todo ano isso vai mudar porque as coisas da comunidade também mudam o que não faz esse processo ser engessado. Então, pra mim, essa semana, principalmente desse ano, ela deixou muito

claro isso, e o mais legal nessa semana é que teve contribuições de outras escolas, de outras pessoas, a exemplo da Fabi que estava lá, ela estava compartilhando as experiências dela de outros lugares, ela estava compartilhando as experiências de docência dela, então acho que isso foi bem legal...e que faz a gente ter esse processo de criatividade, olhar pra outras realidade e comparar com a nossa e falar...talvez seja por aqui. Então eu acho que pensar a educação escolar quilombola é pensar também nesse processo de criatividade dos professores de colocar a mão na massa e resolver os problemas daquele momento da escola...da comunidade/escola também. Então essa primeira semana define o trabalho dos professores, e que pra mim é um momento importante de pensar, refletir, analisar e responder com ações aqui que vai acontecer durante aquele ano. Então pra mim a semana pedagógica é fundamental , deveria ter mais momentos assim na escola, porém a gente vai fazendo conforme as nossas forças e demandas daqui.

### **Professor 03- Gedielson Ramos dos Santos**

- 1- Em relação à Educação Escolar Quilombola esse momento de formação foi importante na construção de projetos que visam melhorar o índice de aprendizado dos educandos quilombolas, valorizando a cultura afro-brasileira e a luta pelo território. Dentro da expectativa de cada aluno, prepará-lo para sua formação profissional para que o mesmo, depois de formado, venha desempenhar atividades dentro das suas comunidades.
- 2- Para compreender de fato o que é EEQ seria importante que em algum momento do primeiro dia da semana pedagógica fosse explicado o que é EEQ para então pensar a docência nessa modalidade... pois nem nossos livros didáticos são preparados para a EEQ, temos que estar nos adaptando todos os dias.

### **Professora 04 - Glasielle de Andrade Matos:**

- 1- Ao participar deste primeiro momento de ano letivo, percebo a importância no processo escolar quilombola no sentido de educar com amor e responsabilidade, na

Cultura e resistência de um território ameaçado por invasores que chegam e plantam em nossas terras, o chamado reflorestamento que para uma comunidade que resiste há 200 anos o Pinus e Eucalipto só serve para destruir com nossa biodiversidade. Neste momento de formação reafirmamos o propósito de ensinar territorialidade com compromisso e seriedade.

- 2- Sinceramente, não, pois muita das vezes foi falado e no momento da prática para mim fica difícil de executar aquele tão esperado plano.

**Professora 05 - Luana Moreira de Araújo:**

- 1- Auxiliou de uma forma mais ampla em relação às maneiras que podem ser trabalhadas em sala de aula. Em relação das formas práticas e teóricas buscando a realidade de cada aluno e aperfeiçoando nos conteúdos.
- 2- Foram sim. Pois contribuiu para o nosso planejamento. Em como planejar os conteúdos para desenvolver com os nossos alunos.

**Professor 06 - Renan Rodrigues Rosa:**

- 1- Na elaboração de metas educacionais, abordando temas geradores entre Instituição Escolar e Comunidade e em práticas pedagógicas a serem trabalhados no 1 trimestre.
- 2- Não plenamente, pois existem dúvidas na elaboração dos temas geradores com os critérios de avaliação para alavancar o IDEB da escola.

**Professora 07 - Roselaine da Silva Rosa:**

R: Em nossa formação da semana pedagógica foram destacadas a importância de estudos sobre a ancestralidade, memória, oralidade entre outros temas desenvolvidos em nossa comunidade, foram de muita importância os 3 dias de formação, mas seria interessante se fossem estendidos por mais dias para uma melhor compreensão do tema.

1 professora não deu retorno.